

Os Presidentes e a República





Os Presidentes e a República

Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva

Rio de Janeiro - 2026

6ª edição

Os Presidentes e a República





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Copyright © 2026 Arquivo Nacional

Esta obra está sob Licença Creative Commons – Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.

1ª edição, 2001 - 2ª edição revista e ampliada, 2003 - 3ª edição revista, 2006
4ª edição revista e ampliada, 2009 - 5ª edição revista e ampliada, 2012
6ª edição revista e ampliada, 2026
Praça da República, 173, 20211-350, Rio de Janeiro - RJ
www.gov.br/arquivonacional

Fotos da capa: Palácio do Catete e Palácio do Planalto. Acervo Arquivo Nacional.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Arquivo Nacional (Brasil)

Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva [recurso eletrônico] / – Dados eletrônicos (1 arquivo : 9,6 mb). 6. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2026.

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7009-032-4

1. Presidentes - Brasil - Biografias. 2. Brasil - História - República, 1889. 3. Brasil - Política e Governo, 1889 - 2023. I. Arquivo Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 923.1981

Ficha catalográfica elaborada por Mayara Cintya do Nascimento Vasconcelos
(CRB 7/7676)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

Gabinete Pessoal do Presidente da República

Marco Aurélio Santana Ribeiro

Gabinete Adjunto de Gestão Interna

Swedenberger do Nascimento Barbosa

Diretoria de Documentação Histórica

Jackson de Brito Raymundo

Ministério da Gestão da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

ARQUIVO NACIONAL

Direção-Geral

Monica Lima e Souza

Diretoria de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo

Thiago de Oliveira Vieira

Coordenação-Geral de Acesso e Difusão

Leticia dos Santos Grativol Pimentel

FICHA TÉCNICA

Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Divisão de Pesquisa para Difusão

Maria do Carmo Teixeira Rainho

Divisão de Produção Editorial

Mariana Simões

Redação de textos e pesquisa de imagens

Alba Gisele Gouget, Claudia Heynemann, Dilma Cabral, Vivien Ishaq, Maria do Carmo Teixeira Rainho, Maria Elizabeth Brêa Monteiro, Renata William, Thiago Mourelle, Viviane Gouvea

Revisão

Alba Gisele Gouget, José Cláudio Mattar, Mariana Simões, Tatiane Braga

Projeto gráfico

Giselle Teixeira

Diagramação e tratamento de imagens

Tânia Bittencourt, Eliane Alves

Apoio

Radiobrás, Secretaria de Imprensa/Secom/PR, Instituto Lula, Gabinete Pessoal da Presidência da República, Empresa Brasileira de Comunicação, Arquivo do Senado, Biblioteca da Presidência da República

Agradecimentos

Amanda Zanatta/DDH/PR, Maria Carnevale/EBC/Dicop, Glaucio Balduino dos Santos/Seaud/PR, Leonardo Costa/EBC/Dicop, Indiara Góes/EBC, Franciele Oliveira/AN

S U M Á R I O

- 11** Apresentação
- 13** Nota técnica
- 15** Manuel Deodoro da Fonseca
- 19** Floriano Vieira Peixoto
- 23** Prudente José de Moraes Barros
- 27** Manuel Ferraz de Campos Sales
- 31** Francisco de Paula Rodrigues Alves
- 37** Afonso Augusto Moreira Pena
- 41** Nilo Procópio Peçanha
- 45** Hermes Rodrigues da Fonseca
- 51** Venceslau Brás Pereira Gomes
- 55** Delfim Moreira da Costa Ribeiro
- 59** Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa

- 65** Artur da Silva Bernardes
- 69** Washington Luís Pereira de Sousa
- 73** Júlio Prestes de Albuquerque
- 75** Junta governativa
- 77** Getúlio Dornelles Vargas
- 85** José Linhares
- 89** Eurico Gaspar Dutra
- 95** Getúlio Dornelles Vargas
- 101** João Café Filho
- 105** Carlos Coimbra da Luz
- 109** Nereu de Oliveira Ramos
- 113** Juscelino Kubitschek de Oliveira
- 121** Jânio da Silva Quadros
- 127** Pascoal Ranieri Mazzilli
- 131** João Belchior Marques Goulart
- 139** Pascoal Ranieri Mazzilli
- 143** Humberto de Alencar Castelo Branco
- 149** Artur da Costa e Silva

155	Junta militar
159	Emílio Garrastazu Médici
165	Ernesto Geisel
173	João Batista de Oliveira Figueiredo
181	Tancredo de Almeida Neves
185	José Sarney
191	Fernando Afonso Collor de Melo
197	Itamar Augusto Cautiero Franco
203	Fernando Henrique Cardoso
211	Fernando Henrique Cardoso
217	Luiz Inácio Lula da Silva
227	Luiz Inácio Lula da Silva
239	Dilma Vana Rousseff
253	Dilma Vana Rousseff
265	Michel Miguel Elias Temer Lulia
277	Jair Messias Bolsonaro
299	Luiz Inácio Lula da Silva
304	Referências bibliográficas

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este livro é uma realização do Arquivo Nacional, órgão da administração pública federal criado em 1838, 61 anos antes da Proclamação da República, e atualmente ligado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Esta edição aborda 133 anos da vida republicana brasileira – do governo do marechal Deodoro da Fonseca ao início do meu terceiro mandato.

Desde a última edição desta série, publicada em 2014, nossa jovem democracia sofreu um duro revés. Naquele mesmo ano, o Brasil reelegeu a primeira mulher presidenta da República da história, Dilma Vana Rousseff.

Em maio de 2016, no entanto, Dilma foi vítima de um golpe parlamentar e afastada da Presidência.

O então vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo e promoveu uma gestão de desmonte de políticas públicas e direitos trabalhistas.

Alvo de *lanfare* promovido pela Operação Lava-Jato, tive minha prisão decretada pelo então juiz Sergio Moro, sem que houvesse cometido qualquer crime.

Apresentei-me voluntariamente à Superintendência Regional da Polícia Federal em Curitiba, no dia 7 de abril de 2018.

Fui impedido de concorrer nas eleições daquele ano. O deputado federal Jair Messias Bolsonaro venceu Fernando Haddad no segundo turno.

Libertado em 9 de novembro de 2019, tive meus direitos políticos restabelecidos pelo STF em março de 2021. A Suprema Corte reconheceu a parcialidade do juiz Sergio Moro e anulou as condenações injustas que me haviam sido impostas.

Derrotei Bolsonaro nas eleições de outubro de 2022, restaurando a normalidade política no país.

Na cerimônia de posse, em 1º de janeiro de 2023, subi a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de um grupo de oito cidadãos e cidadãs brasileiros, representando a diversidade do nosso povo.

Bolsonaro, que durante quatro anos de seu governo fomentou o obscurantismo, o negacionismo e os ataques à Constituição e aos direitos humanos, não aceitou minha vitória.

Seus questionamentos à legitimidade das eleições livres e democráticas, que me levaram pela terceira vez à Presidência, culminaram na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. As sedes dos Três Poderes foram depredadas pelos golpistas.

Bolsonaro e ex-integrantes de seu governo, entre civis e militares, foram julgados pelos crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado.

A primeira turma do STF condenou o ex-presidente a 27 anos e 3 meses de prisão.

A democracia venceu.

Retiramos pela segunda vez o Brasil do Mapa da Fome. Atingimos os menores níveis de desemprego, pobreza e desigualdade da história.

Corrigimos uma injustiça histórica, aprovando a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil reais e cobrando uma alíquota maior dos super-ricos, que pagavam nada ou quase nada.

Ainda temos uma longa jornada pela frente, mas avançamos como nunca na construção de um Brasil soberano, mais desenvolvido e menos desigual.

Boa leitura!

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

N O T A T É C N I C A

A publicação *Os presidentes e a República* visa apresentar ao leitor um panorama geral sobre os períodos presidenciais que assinalaram os 133 anos de vida republicana, iniciada com o governo do marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, e encerrada, na presente edição, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Sila para o terceiro mandato, em janeiro de 2023. Este livro tem o objetivo de subsidiar o leitor com informações sobre a biografia dos presidentes e acontecimentos políticos e econômicos que marcaram suas respectivas gestões como titulares do Poder Executivo no país. Entre as biografias aqui registradas, encontram-se duas de presidentes eleitos, porém não empossados: Júlio Prestes, que, eleito por voto direto em março de 1930, não tomou posse em virtude da Revolução de 1930; e Tancredo Neves, que, eleito indiretamente, deixou de assumir o cargo em razão de doença que o levou à morte em 21 de abril de 1985. Encontram-se, também, informações biográficas referentes aos presidentes interinos empossados no cargo, bem como aos integrantes da junta governativa instalada em 24 de outubro de 1930, e da junta militar que assumiu o governo do país em 30 de agosto de 1969. O livro *Os presidentes e a República* não pretende esgotar, de modo algum, os temas que marcaram a história republicana brasileira. Dessa forma, devem ser compreendidas as omissões relativas a fatos e pessoas presentes nesta publicação.

Alba Gisele Gouget

Vivien Ishaq

Maria do Carmo Teixeira Rainho



MARECHAL
DEODORO DA FONSECA
15 DE NOVEMBRO DE 1889

Manuel Deodoro da Fonseca

marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, estado de Alagoas, em 5 de agosto de 1827. Durante o Império, participou da brigada expedicionária ao rio da Prata, do cerco a Montevideu e da Guerra do Paraguai. Em 1885, foi presidente da província do Rio Grande do Sul. Presidiu o Clube Militar (1887-1889), comandando os setores antiescravistas do Exército. Assumiu a chefia do governo provisório da República em 15 de novembro de 1889. Por meio de eleição indireta, passou a exercer a presidência em 25 de fevereiro de 1891. Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1892.

Período presidencial

O fim do Império levou ao banimento da família imperial para a Europa, ato somente revertido em 1922. A proclamação do governo provisório da República, em 15 de novembro de 1889, estabeleceu, entre outras transformações, a separação entre a Igreja e o Estado, com a instituição do casamento civil e da laicização dos cemitérios.

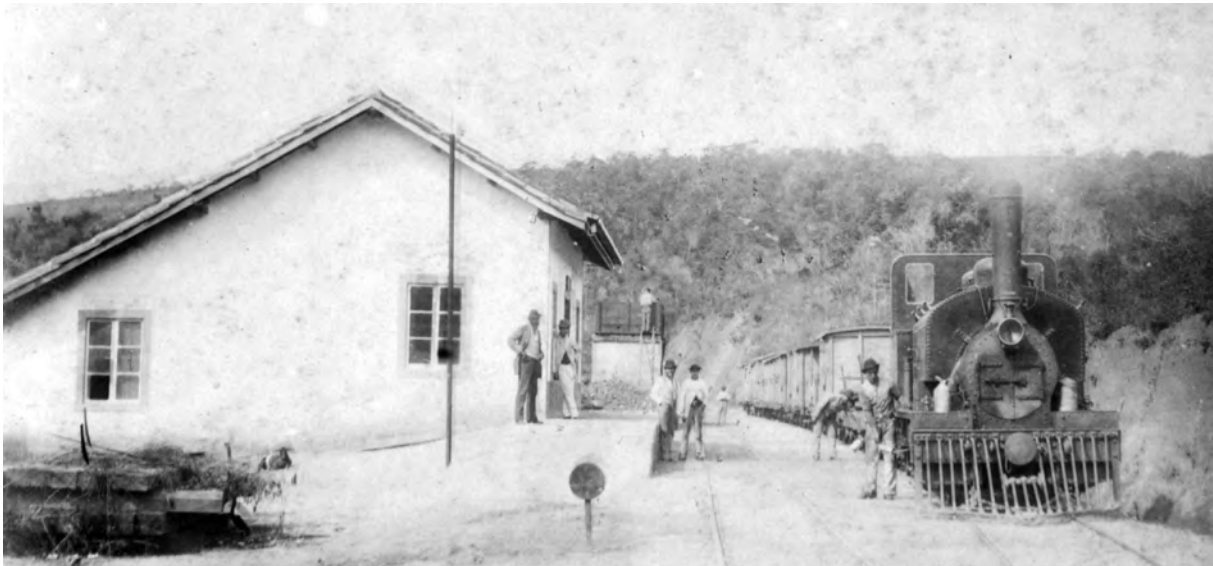
Em 1890, foi criado o Código Penal brasileiro, reformado o Código Comercial e, em 1891, promulgada a primeira Constituição republicana do país, de inspiração liberal e próxima ao modelo norte-americano.

O sistema político brasileiro passou a se basear no presidencialismo, no federalismo e no regime de representatividade. Definiram-se os três poderes de governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, extinguindo-se, conseqüentemente, as instituições do Império – Conselho de Estado, Poder Moderador e Senado vitalício.

As leis iniciais da República regulamentaram, ainda, o uso dos símbolos nacionais – hino, bandeira, armas e selos –, bem como as datas nacionais, que incluíam o 14 de julho, em uma referência à data francesa e ao espírito republicano revolucionário.

A política econômica, tendo à frente o ministro da Fazenda Rui Barbosa, foi marcada pelo “encilhamento”, que se caracterizou pelo incentivo à emissão de moeda por alguns bancos e à criação de sociedades anônimas, resultando em forte especulação financeira e

Estrada de Ferro
Sorocabana, 1889.
Arquivo Nacional



na falência de bancos e empresas. A formação de um novo ministério liderado pelo barão de Lucena, político vinculado à ordem monárquica, a tentativa de centralização do poder e as resistências encontradas no meio militar conduziram o país a uma crise política, que teve seu ápice na dissolução do Congresso Nacional. Imediatamente se organizaram as forças legalistas, que levaram à renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891.

O Brasil e o mundo

Nesse período, assistiu-se a uma crescente industrialização e urbanização do país e ao aumento da grande imigração europeia para o Brasil, registrando-se, apenas no ano de 1891, a entrada de 216 mil estrangeiros. No plano externo, a proclamação da República, ocorrida em meio à realização da I Conferência Internacional Americana, aproximou, diplomaticamente, o Brasil dos Estados Unidos da América. Em 1890, Émile Zola publicou *A besta humana*, e no ano seguinte, Conan Doyle publicou, na Inglaterra, as *Aventuras de Sherlock Holmes*.



Floriano Vieira Peixoto

marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu em Ipioca, atual Floriano Peixoto, estado de Alagoas, em 30 de abril de 1839. Formado em engenharia, participou da Guerra do Paraguai e foi presidente da província de Mato Grosso. Alinhado com os setores antiescravistas do Exército, destacou-se no processo de instauração da República, passando a exercer a vice-presidência em 25 de fevereiro de 1891. Com a renúncia de Deodoro da Fonseca, assumiu a presidência da República em 23 de novembro de 1891. Faleceu na cidade de Divisa, estado do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1895.

Período presidencial

Conhecido como Marechal de Ferro, Floriano Peixoto enfrentou, na presidência, duas rebeliões. A Revolta da Armada foi resultado de conflitos entre o Exército e a Marinha, no Rio de Janeiro. Já na Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, enfrentaram-se os republicanos de orientação positivista e os liberais, liderados

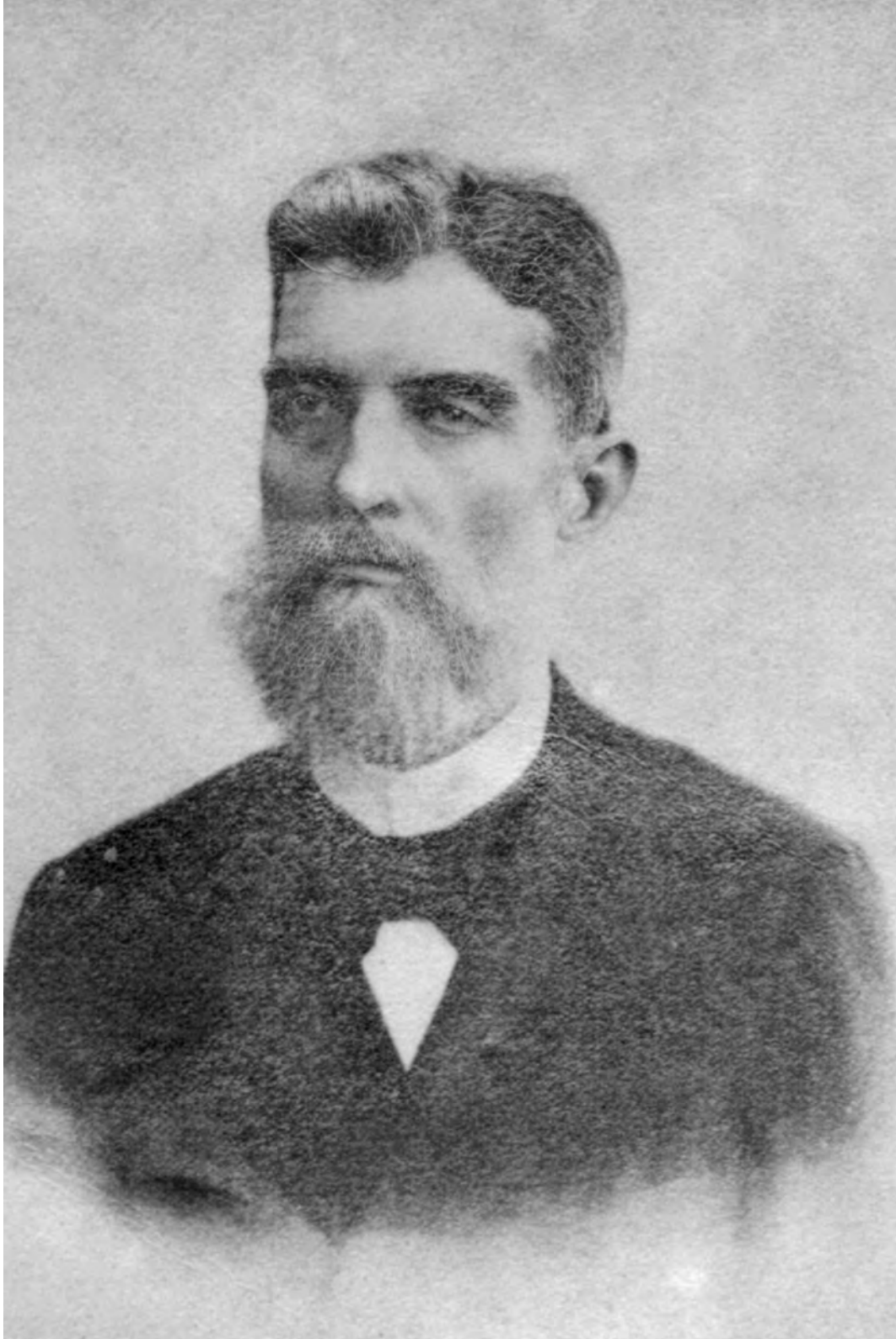
por Silveira Martins, político de destaque durante o Império. Esses eventos fizeram com que por diversas vezes, ao longo de seu mandato, fosse decretado o estado de sítio. Nesse período, foram organizadas, regulamentadas ou reformadas algumas instituições nascidas com o novo regime, na área da saúde e da educação, tais como a Diretoria Sanitária na capital federal e o *Pedagogium*, voltado para o ensino profissional. Foi, ainda, estabelecida a transferência para a União da administração do ensino secundário, anteriormente integrada à Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal, marcando uma das faces do regime republicano, de ênfase em um projeto pedagógico público e laico.

O Brasil e o mundo

Em 1893, o Havá tornou-se protetorado norte-americano e Daomé (atual Benin), na África, protetorado francês. Na Inglaterra, foi fundado o Partido Trabalhista Independente, que deu origem ao Partido Trabalhista inglês. Em 1894, Nicolau II, que seria o último czar, assumiu o governo da Rússia, e o Japão, após intervenção na Coreia, iniciou a guerra com a China. Nesse mesmo ano, Alfred Dreyfus, capitão francês de origem judaica, foi condenado ao exílio perpétuo na ilha do Diabo, em Caiena, acusado de ser espião para a Alemanha. Tempos depois, a injustiça foi reparada.

Docas da Alfândega do Rio de Janeiro,
década de 1890. Arquivo Nacional





Prudente José de Moraes Barros

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Itu, estado de São Paulo, em 4 de outubro de 1841. Após integrar a junta governativa de São Paulo, instituída com a proclamação da República, assumiu o governo daquele estado (1889-1890). Como senador por São Paulo, exerceu a presidência da Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891) e a vice-presidência do Senado (1891). Disputou, no mesmo ano, a presidência da República com Deodoro da Fonseca, perdendo a eleição indireta por uma pequena margem de votos. Tornou-se presidente do Senado até 1894, em substituição a Floriano Peixoto, então titular da casa, quando este assumiu a presidência da República. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1894. Faleceu na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, em 13 de dezembro de 1902.

Período presidencial

Como primeiro presidente civil da República, sua eleição marcou o término da presença de militares no governo do país, inaugurando a representação dos interesses das oligarquias agrícolas e paulistas,

sobretudo as do café. Em plena crise econômica, em decorrência da política do “encilhamento”, Prudente de Moraes enfrentou intensa oposição política, liderada por militares florianistas e pelo grupo dos “jacobinos” que lutavam pela consolidação do poder republicano; pelo Partido Monarquista, que buscava se reorganizar; e por parcela dos setores médios da população, descontente com o governo de um presidente civil.

Prudente de Moraes licenciou-se do cargo em novembro de 1896, por motivo de doença, agravando a crise política, que passou a ser enfrentada pelo vice-presidente Manuel Vitorino. Reassumiu a presidência na nova sede do governo, o Palácio do Catete, em 4 março de 1897.

No ano anterior, deu-se a eclosão do conflito em Canudos, no interior da Bahia, motivado pela questão do corte da madeira e liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, que, pregando uma vida ascética, havia atraído para perto de si uma comunidade de quase trinta mil sertanejos. A revolta foi vista como uma reação monárquica, apesar de seu caráter messiânico e regional. A derrota das tropas baianas levou o presidente do estado a solicitar o envio de tropas federais. O fracasso de duas expedições e as mortes de seus comandantes republicanos geraram uma onda de protestos e de violência na cidade do Rio de Janeiro. Os florianistas organizaram-se em milícias fardadas e assassinaram alguns monarquistas cariocas. Somente com a devastação do arraial de Canudos, ocorrida em agosto de 1897, por uma expedição militar federal composta por oito mil homens, e após o atentado sofrido por Prudente de Moraes, cometido por um soldado vitorioso em Canudos, deu-se fim à crise político-institucional, com o restabelecimento da ordem republicana.

O Brasil e o mundo

Nesse período, destacaram-se alguns inventos e máquinas que transformaram o mundo moderno. Em 1895, Karl Benz construiu

um automóvel. No mesmo ano, foi criado o fecho *éclair*. Em 1897, foi instalado o primeiro cinema permanente do país, o Cinematógrafo Edison, no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor. Em 1898, Vital Brasil descobriu o primeiro soro contra picadas de cobras, o italiano Guglielmo Marconi inventou o telégrafo sem fio, Auguste e Louis Lumière registraram a patente do cinematógrafo, o conde Zeppelin construiu um balão dirigível e foi também produzido o fósforo.

Sentado, o presidente Prudente de Moraes, s.l., s.d. Arquivo Nacional





Manuel Ferraz de Campos Sales

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Campinas, estado de São Paulo, em 15 de fevereiro de 1841. Foi presidente da comissão central do Partido Republicano de São Paulo (1889), tendo sido deputado provincial por essa legenda (1882-1883 e 1888-1889). Foi ministro da Justiça do governo provisório (1889-1891) e senador por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891). Residindo na Europa (1892-1893), atuou como colaborador do *Correio Paulistano*. Governou o estado de São Paulo entre 1894 e 1898. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1898. Foi novamente senador por São Paulo entre 1909 e 1912, e assumiu o cargo de ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina em 1912. Faleceu na cidade de Santos, estado de São Paulo, em 28 de junho de 1913.

Período presidencial

A eleição de Campos Sales expressou o triunfo da oligarquia cafeeira paulista, diante do esfacelamento da atividade política dos militares “jacobinos”, envolvidos na tentativa de assassinato do presidente

Prudente de Moraes. Campos Sales concebeu a chamada “política dos governadores”, que consistia em apoiar os grupos dominantes aliados ao governo federal em cada estado. Esse apoio estava condicionado à garantia de eleição, para o Congresso, de candidatos que defendessem o governo central, no que se refere às políticas nacionais, visto que Campos Sales instituiu a Comissão de Verificação pela qual os grupos politicamente dominantes validavam ou não o resultado de uma eleição.

A crise financeira foi enfrentada, momentaneamente, mediante a obtenção em Londres de um novo empréstimo, o *funding loan* – empréstimo para consolidar uma dívida. Esse acordo financeiro suspendeu temporariamente a cobrança de juros dos empréstimos anteriores, possibilitando que os recursos provenientes do novo empréstimo fossem utilizados para a criação de condições materiais para saldar seu débito.

Campos Sales criou o Instituto de Manguinhos, voltado, entre outras atribuições, para a fabricação de vacinas contra a peste bubônica. O Brasil contava, em 1900, com 17.318.554 habitantes, dos quais 64% viviam no campo.

O Brasil e o mundo

Em 1899, Sigmund Freud publicou a *Interpretação dos sonhos*. Em 1900, foi inventada a aspirina. Em maio de 1901, alguns bairros da cidade de São Paulo passaram a ter luz elétrica. No ano seguinte, foi gravado o primeiro disco brasileiro, do cantor Manuel Pedro dos Santos, conhecido como Baiano, com a canção *Isto é bom*. Em 19 de outubro de 1901, os habitantes de Paris acompanharam o voo do brasileiro Santos Dumont, que pilotando um balão dirigível conseguiu contornar a Torre Eiffel. Guglielmo Marconi, o inventor do telégrafo sem fio, realizou a primeira transmissão transcontinental, com uma mensagem enviada da Inglaterra para os Estados Unidos, em 12 de dezembro de 1901. Na Noruega, as mulheres conquistaram o direito ao voto, pela primeira vez no mundo, em 21 de dezembro de 1901.

Comemorações do IV Centenário
dos Descobrimentos. Rio de Janeiro,
1900. Arquivo Nacional





Francisco de Paula Rodrigues Alves

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Guaratinguetá, estado de São Paulo, em 7 de julho de 1848. Cumpriu dois mandatos como deputado provincial pelo Partido Conservador (1872-1875 e 1878-1879). Na mesma legenda, foi eleito deputado geral (1885-1887) e presidente da província de São Paulo (1887-1888). Foi conselheiro do Império em 1888. Tornou-se deputado geral pelo Partido Conservador (1888-1889) e deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891). Foi ministro da Fazenda nos governos dos presidentes Floriano Peixoto (1891-1892) e Prudente de Moraes (1895-1896). Tornou-se senador pelo Partido Republicano Paulista (1893-1894, 1897-1900 e 1916-1918). Por meio de eleição direta, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1902. Após o período presidencial, governou o estado de São Paulo (1912-1916). Eleito, pela segunda vez, presidente da República em 1918, não tomou posse por motivo de saúde. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1919.

Período presidencial

Rodrigues Alves centrou suas atenções no programa de remodelação urbana e de saneamento da capital da República. O engenheiro Pereira Passos foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro, com plenos poderes para a implementação das reformas de modernização. O porto foi ampliado, os antigos quarteirões com cortiços foram demolidos e os moradores transferidos para a periferia, abrindo espaço para o alargamento de ruas e a construção de novas avenidas, entre elas a avenida Central, atual avenida Rio Branco. A modernização da cidade também compreendeu a regulamentação de novas posturas públicas, como a proibição do comércio ambulante, da venda de bilhetes de loterias nas ruas e nos bondes, dos fogos de artifício, dos balões e das fogueiras.

O cientista e médico Oswaldo Cruz, que até então dirigia o Instituto Manguinhos, foi nomeado diretor-geral de Saúde Pública, implementando o combate às epidemias, como a peste bubônica e a febre amarela. Em 1904, a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola levou a população carioca ao protesto nas ruas, no dia 10 de fevereiro, movimento que ficou conhecido como a Revolta da Vacina.

Rodrigues Alves enfrentou a primeira greve geral na capital da República em 15 de agosto de 1903, iniciada pelos operários da indústria têxtil que reivindicavam aumento de salários e jornada diária de oito horas para todas as categorias de trabalhadores. No seu governo foi assinado o Tratado de Petrópolis, cujas negociações foram dirigidas pelo barão do Rio Branco, definindo os limites entre o Brasil e a Bolívia, cabendo ao Brasil a posse do Acre. A Bolívia recebeu uma compensação no valor de dois milhões de libras esterlinas, além da construção da estrada de ferro Madeira-Marmaré. No último ano de governo, apesar da oposição de Rodrigues Alves, foi concluído o Convênio de Taubaté, com apoio do Congresso Nacional. Assinado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o convênio instituiu a estabilização cambial e a proteção aos cafeicultores, cabendo ao

governo central comprar as safras com recursos financeiros externos e estocá-las para vendê-las no momento oportuno.

O Brasil e o mundo

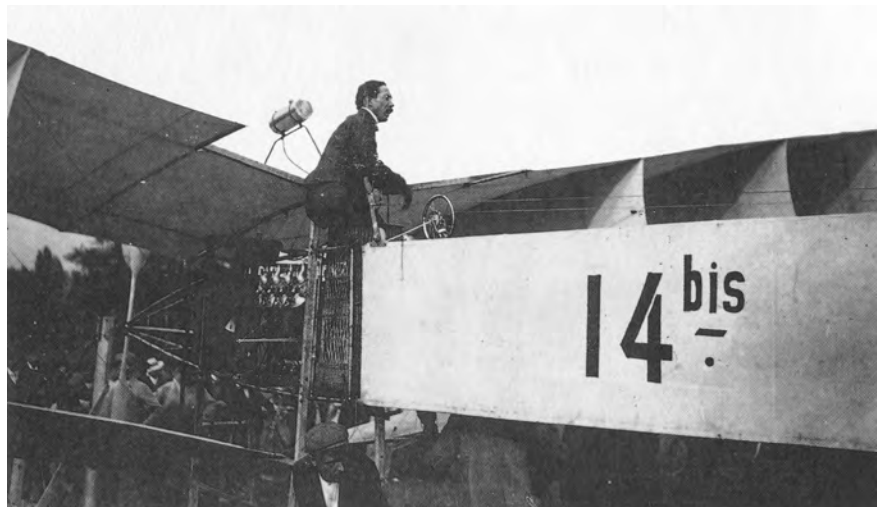
Em primeiro de dezembro de 1902, foi lançada a primeira edição de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, sobre a Guerra de Canudos. No mesmo ano, o filme *Viagem à lua*, de Georges Méliès, encantou os parisienses, inaugurando o tema da ficção científica. No sul da África, terminou a Guerra dos Boers, com os ingleses vencendo o conflito, depois de dois anos de lutas contra os fazendeiros de origem holandesa, os boers, que se opunham ao domínio inglês na região. Em 1903, registrava-se que seis automóveis circulavam na capital federal, e ocorria a primeira ligação telefônica entre Paris e Roma. Em 17 de dezembro de 1903, nos Estados Unidos, os irmãos Wright conseguiram, com o



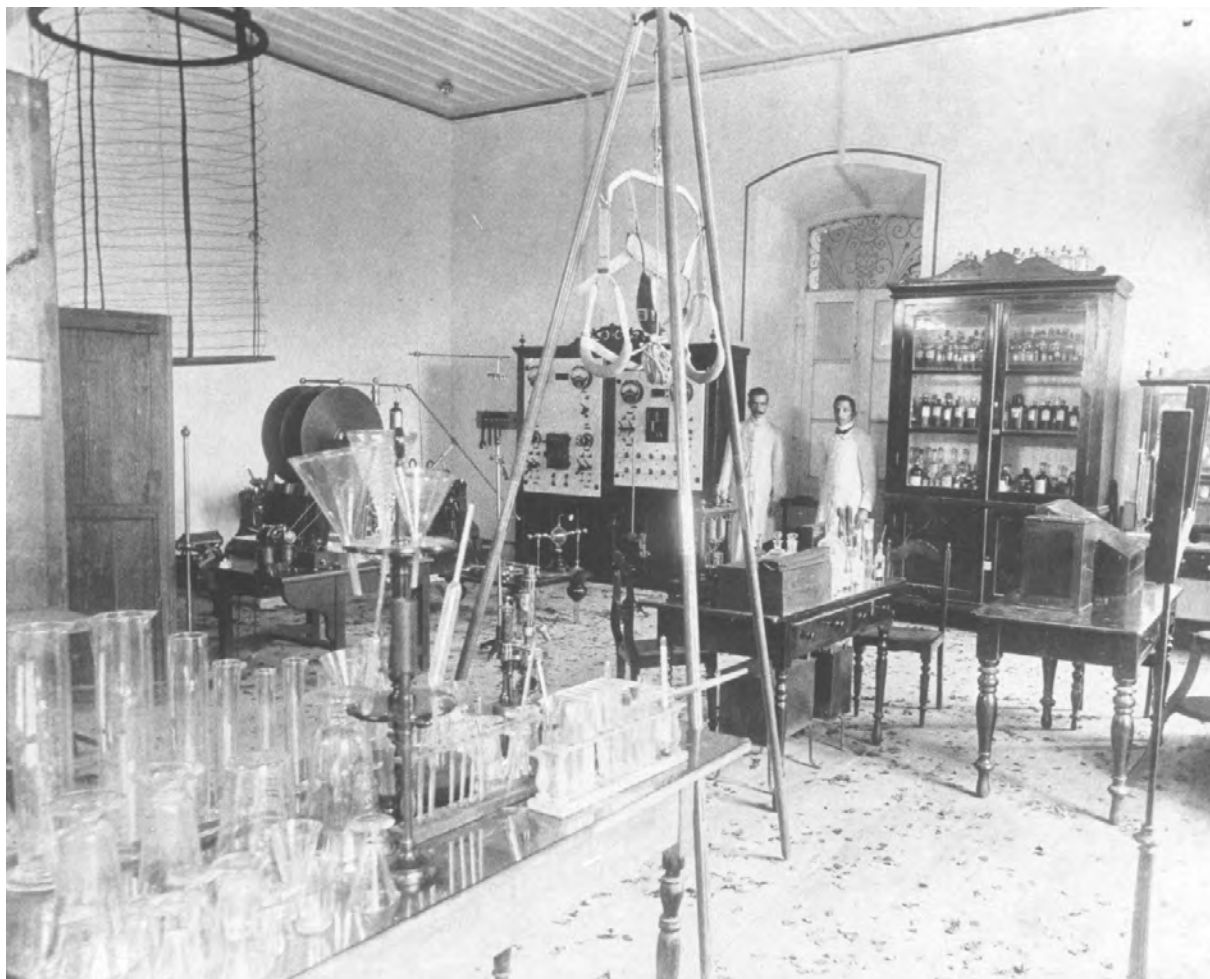
Vestimentas flutuantes para banho.
Rio de Janeiro, 1904.
Arquivo Nacional

auxílio de uma catapulta, que o aeroplano movido a gasolina voasse. Na Rússia, em 1905, uma multidão que reivindicava a reforma agrária, o fim da censura, a tolerância religiosa e a participação de representantes do povo no governo foi fuzilada diante do Palácio de Inverno do czar Nicolau II, em São Petersburgo. A revista alemã *Annalen Physik* publicou, em 5 de junho de 1905, o artigo do cientista alemão Albert Einstein, então com 26 anos, apresentando a sua teoria da relatividade restrita. Em 23 de outubro de 1906, Santos Dumont, com seu aeroplano 14-Bis, sobrevoou o campo de Bagatelle, em Paris, conseguindo realizar, pela primeira vez, a decolagem com o exclusivo impulso do motor.

Santos Dumont no 14-Bis.
Paris, 1906. Arquivo Nacional



Faculdade de Medicina da Bahia,
1903. Arquivo Nacional





Afonso Augusto Moreira Pena

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Santa Bárbara, estado de Minas Gerais, em 30 de novembro de 1847. Durante o Império, ocupou os cargos de ministro da Guerra (1882), ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883-1884), e ministro da Justiça (1885). Em 1888, integrou a comissão de organização do Código Civil brasileiro. Foi o fundador e o primeiro diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais (1892). Governou o estado de Minas Gerais (1892-1894) e presidiu o Banco da República do Brasil (1895-1898), atual Banco do Brasil. Tornou-se vice-presidente da República do governo Rodrigues Alves em substituição a Francisco Silvano de Almeida Brandão, que morreu antes de ser empossado. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1906. Faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1909, sem concluir seu mandato presidencial.

Período presidencial

O governo Afonso Pena opôs resistência à continuidade da política de valorização do café estabelecida no Convênio de Taubaté. Diante dessa

resistência do governo federal e dos demais estados à concretização dos itens desse acordo, o governo do estado de São Paulo, apostando na estratégia de valorização do café, obteve empréstimos em bancos e casas exportadoras estrangeiras, além de conseguir que a União fosse fiadora de um novo empréstimo, viabilizando o financiamento da compra de cerca de oito milhões de sacas de café, quase a metade do total da safra brasileira. Em face do descontentamento dos demais produtores brasileiros, como os de Minas Gerais e da Bahia, Afonso Pena determinou que o Banco do Brasil adquirisse as safras dos cafeicultores, sendo esta a primeira intervenção estatal para a defesa de um produto. A implementação da política de valorização do preço do café ajudou a saldar os compromissos externos e a se obter um imenso lucro, revelando o sucesso da primeira iniciativa governamental no comércio.

Afonso Pena deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves, de reaparelhamento das ferrovias e dos portos, e implementou a reorganização do Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, general Hermes da Fonseca. Durante seu governo, também disponibilizou os recursos necessários, em 1907, para que Cândido Rondon realizasse a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia pelo fio telegráfico.

O Brasil e o mundo

Em 1906, os anarquistas criaram a Confederação Operária Brasileira. Foram abertas no país 31 salas de exibição de filmes e inaugurado o Cinematógrafo Pathé, na nova avenida Central, no Rio de Janeiro, atraindo a população carioca que lotava as suas sessões. No mesmo ano, foram anunciadas ao mundo novas invenções: o francês Eugène Lauste patenteou o processo de filmes sonoros para o cinema, o professor alemão Arthur Korn realizou a primeira transmissão de telefotos e o canadense Reginald Aubrey Fessenden transmitiu a primeira emissão radiofônica. Na capital federal, em 11 de agosto de 1908, foi inaugurada

a Exposição Nacional, comemorando oficialmente o centenário da Abertura dos Portos, com pavilhões e estandes para exibir a produção econômica brasileira. O conjunto arquitetônico montado para o evento oferecia ainda aos seus visitantes restaurantes, teatros, salas de cinema e uma linha férrea para o transporte no interior da exposição. Em 29 de setembro, o Brasil perdeu um dos seus cidadãos mais ilustres, com o falecimento do escritor Machado de Assis, autor de *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, entre outras obras, e fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.

Cidade de Cruzeiro do Sul,
Acre, década de 1910.
Arquivo Nacional





Nilo Procópio Peçanha

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1867. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891), deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense (1891-1903) e senador (1903). Renunciou ao mandato de senador para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Foi eleito vice-presidente da República em 1906 e, com o falecimento de Afonso Pena, assumiu a presidência em 14 de junho de 1909. Em 1912, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro, estado do qual tornou-se, mais uma vez, presidente entre 1914 e 1917. Foi ministro da Relações Exteriores (1917) no governo de Delfim Moreira e, em 1921, concorreu à presidência da República na legenda da Reação Republicana, sendo vencido nas urnas por Artur Bernardes. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1924.

Período presidencial

Durante o breve mandato de Nilo Peçanha, a campanha eleitoral para a presidência da República tornou-se uma acirrada disputa entre os candidatos Hermes da Fonseca, sobrinho do ex-presidente Deodoro

da Fonseca e ministro da Guerra do governo de Afonso Pena, e Rui Barbosa. Paulistas e mineiros, que durante anos estiveram unidos em torno de um mesmo candidato, fazendo a conhecida “política do café com leite”, desta vez estavam em lados opostos. Hermes da Fonseca foi apoiado por Minas Gerais, pelo Rio Grande do Sul e pelos militares, enquanto o candidato Rui Barbosa recebeu o apoio de São Paulo e da Bahia. A campanha de Rui Barbosa ficou conhecida como “campanha civilista”, ou seja, como uma oposição civil à candidatura militar de Hermes da Fonseca. O estado de São Paulo proporcionou os recursos financeiros necessários à campanha de Rui Barbosa, que percorreu o país procurando o apoio popular, fato inédito na vida republicana brasileira.

O presidente Nilo Peçanha enfrentou o agravamento dos conflitos entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais decorrentes da campanha civilista, realizando intervenções em alguns estados para garantir a posse dos presidentes aliados ao governo federal. Uma das intervenções ocorreu no estado do Amazonas no intuito de apoiar o presidente Antônio Bittencourt, de tendências civilistas, que havia sido destituído pelo seu vice Sá Peixoto, com o apoio de Pinheiro Machado. Esse episódio levou ao rompimento definitivo de Nilo Peçanha com o influente líder do Partido Republicano Conservador, o gaúcho Pinheiro Machado.

Entre suas realizações, destacaram-se o impulso ao ensino técnico-profissional, a reorganização do Ministério da Agricultura e a criação do Serviço de Proteção ao Índio, sob a direção do tenente-coronel Cândido Rondon. Em 1910, a população do Brasil era de 23.151.669 habitantes, dos quais cerca de 67% viviam no campo.

O Brasil e o mundo

Em 14 de julho de 1909, foi inaugurado o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, decorado por Eliseo Visconti, e no ano seguinte, em 29 de outubro, a Biblioteca Nacional. Ainda em 1910, o cientista Carlos

Chagas descobriu o micróbio, batizado, em homenagem ao cientista Osvaldo Cruz, de *Trypanosoma cruzi*, causador de uma doença que afetava as populações no meio rural, transmitido pela picada de um inseto sugador, o barbeiro. Essa doença ficou então conhecida como mal de Chagas. No mesmo ano, o cometa Halley passou pela Terra, e seu rastro de luz no céu foi visto pelos brasileiros. Em 5 de outubro de 1910, por meio de um levante militar e civil, foi proclamada a República portuguesa. O rei Manuel II e a família real refugiaram-se em Gibraltar.

Rua 15 de Novembro, São Paulo, década de 1910. Arquivo Nacional





Hermes Rodrigues da Fonseca

marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade de São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul, em 12 de maio de 1855. Hermes da Fonseca era republicano, membro da maçonaria e sobrinho do primeiro presidente do país, Deodoro da Fonseca. Ministro da Guerra do governo de Afonso Pena (1906-1909), instituiu a Lei do Serviço Militar Obrigatório. Em 1910, foi um dos fundadores do Partido Republicano Conservador. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1910. Com o assassinato de Pinheiro Machado, dirigente do Partido Republicano Conservador, deixou o Brasil em 1915 para residir na Europa, após pedir licença do Exército. Retornou ao país em 1920 e, em 1923, foi transferido para a reserva no posto de marechal. Faleceu na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1923.

Período presidencial

Hermes da Fonseca foi o primeiro militar eleito à presidência em um pleito nacional. Sua eleição expressou a falta de acordo entre as

lideranças paulistas e mineiras, e a emergência no cenário político da aliança do Rio Grande do Sul com os militares, rompendo assim a “política do café com leite”. A influência do presidente do Senado Pinheiro Machado no governo perdurou desde a sugestão de indicação da candidatura de Hermes da Fonseca, até o fim do período presidencial.

No início do governo, eclodiu a Revolta da Chibata, levante de marinheiros que se opunham ao regime de castigos físicos em vigor na Marinha. A chibata era o instrumento utilizado pelos oficiais para açoitar os marinheiros que cometiam faltas consideradas graves. Após a punição do marinheiro Marcelino Rodrigues, que recebeu 250 chibatadas, assistida por toda a tripulação do encouraçado Minas Gerais, desencadeou-se a revolta liderada por João Cândido Felisberto, que ficou conhecido como Almirante Negro. Durante esse movimento, uma esquadra composta por três encouraçados chegou a voltar seus canhões em direção à cidade do Rio de Janeiro.

Em seu governo, Hermes da Fonseca utilizou-se das tropas federais para garantir a política de intervenção nos estados, denominada “política das salvações”, apoiando os candidatos favoráveis ao governo central.

Em 12 de setembro de 1912, foi deflagrada uma rebelião de caráter messiânico, na região de litígio entre os atuais estados do Paraná e Santa Catarina, conhecida como zona do Contestado. As tropas do governo do Paraná iniciaram o primeiro confronto na cidade de Irani. Entre os 23 sertanejos mortos, estava o beato José Maria, líder do movimento que pretendia fundar uma “monarquia celestial” na região. Na área sob a sua influência, não era aceita a cobrança de impostos nem permitida a propriedade da terra. Após vários conflitos armados, nos quais morreram cerca de vinte mil pessoas, a rebelião foi liquidada em 1915, já no governo de Venceslau Brás.

Em 16 de março de 1913, o governo assistiu, na capital federal, à manifestação de cerca de dez mil pessoas contra a deportação de

sindicalistas, em cumprimento à nova lei que determinava a expulsão do país de estrangeiros envolvidos em greves. Em maio, ocorreram manifestações operárias em vários estados. Em 8 de outubro, a pedido do presidente, foi decretado o estado de sítio na capital federal, na tentativa de conter a onda de greves e de controlar o movimento operário. No mesmo ano, em dezembro, Hermes da Fonseca decretou o estado de sítio no Ceará, em decorrência da revolução em Juazeiro do Norte, que se originou da aliança formada entre o padre Cícero e os opositores ao governo de Franco Rabelo, indicado pelo governo federal.

O Brasil e o mundo

Em 22 de janeiro de 1912, aconteceu o primeiro ato de censura a um filme brasileiro, *A vida de João Cândido*, sobre a Revolta da Chibata, do diretor Alberto Botelho. Em dezembro, o marinheiro João Cândido foi absolvido pela Justiça. A China tornou-se uma República, em 12 de fevereiro do mesmo ano, com a abdicação do último imperador manchu. A florescente cidade de Curitiba, com cerca de 80 mil habitantes, ocupava o oitavo lugar no *ranking* das maiores cidades brasileiras. Ainda no mesmo ano, em 25 de outubro, foi inaugurado o bondinho do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Em 1913, o presidente Hermes da Fonseca casou-se com Nair de Teffé, primeira mulher caricaturista da imprensa brasileira. Em 28 de julho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, foi assassinado em Sarajevo, principal cidade da Bósnia. Em represália, o Império austro-húngaro declarou guerra à Sérvia, dando início à Primeira Guerra Mundial.

15.11.1910 - 15.11.1914

Ao centro, o presidente Hermes da
Fonseca, s.l., década de 1910.
Arquivo Nacional





Farmácia atingida durante a Revolta da Chibata, Rio de Janeiro, 1910. Arquivo Nacional



Venceslau Brás Pereira Gomes

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, estado de Minas Gerais, em 26 de fevereiro de 1868. Foi secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (1898-1902). Eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (1903), assumiu a presidência de Minas Gerais em 1909. Elegeu-se vice-presidente da República (1910) na chapa de Hermes da Fonseca. Por meio de eleição direta, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1914. Faleceu na cidade de Itajubá, estado de Minas Gerais, em 15 de maio de 1966.

Período presidencial

Venceslau Brás assumiu o governo adotando uma austera política. Para enfrentar a redução drástica das exportações brasileiras, devido à desorganização do mercado internacional provocada pela Primeira Guerra Mundial, foram queimadas três milhões de sacas de café estocadas, evitando-se assim a queda dos preços. Essa situação determinou a segunda valorização do café, entre 1917 e 1920.

A partir de 1917, uma série de greves gerais eclodiu nas principais cidades do país, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo. A greve geral de 1917 dos operários de duas indústrias têxteis de São Paulo acabou abrangendo cerca de 50 mil trabalhadores da cidade, o que fez o governo mobilizar tropas e enviar dois navios de guerra para o porto de Santos, a fim de intimidar o movimento grevista. Entretanto, as sucessivas greves ocorridas entre os anos de 1917 e 1920 não trouxeram ganhos significativos para a totalidade da classe trabalhadora.

Em 3 de abril de 1917, submarinos alemães torpedearam o navio Paraná, que estava próximo à costa francesa. Em represália, o governo confiscou todos os navios alemães ancorados em portos brasileiros. Após o afundamento do navio brasileiro Macau, pelos alemães, Venceslau Brás assinou, em 27 de outubro daquele ano, a declaração de estado de guerra contra a Alemanha, o que foi acompanhado por manifestações antigermânicas em todo o país.

O Brasil e o mundo

Em 1915, Salvador é a terceira maior cidade do país, com cerca de 263 mil habitantes, e do seu porto partem as riquezas da região: fumo, mamona, sisal e cacau. No mesmo ano, com a queda vertiginosa do preço internacional da borracha, chegou ao fim o esplendor vivido pelos habitantes da cidade de Manaus. É gravado o samba *Pelo telefone*, de Donga. Em 1917, circulam na cidade de São Paulo cerca de 1.750 automóveis. Em 15 de outubro do mesmo ano, foi fuzilada na França a dançarina Mata Hari, acusada de espionagem para a Alemanha. Em 7 de novembro, o Partido Bolchevique toma o poder na Rússia através de uma revolução social, depois de cerca de vinte horas de combate e com o saldo de apenas seis mortos. A ação foi iniciada pelo Exército Vermelho, comandado por Leon Trotski, que invadiu a capital Petrogrado. O poder foi transferido para o Comitê Militar Revolucionário, sob a presidência de Vladimir Lênin, um dos

mentores da revolução. Em 17 de julho de 1918, o czar Nicolau II, a czarina Alexandra, suas quatro filhas e o príncipe herdeiro foram fuzilados. No Brasil, a “gripe espanhola” fez milhares de vítimas e foi promulgado o Código Civil. Em 11 de novembro de 1918, foi assinado o armistício entre a Alemanha e os Aliados, pondo fim à Primeira Guerra Mundial.

Escola de Aprendizes Artífices
do estado do Espírito Santo,
1910. Arquivo Nacional





Delfim Moreira da Costa Ribeiro

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Cristina, estado de Minas Gerais, em 7 de novembro de 1868. Foi secretário do Interior de Minas Gerais (1902-1906 e 1910-1914) e presidente de Minas Gerais (1914-1918). Elegeu-se vice-presidente da República, em 1918, na chapa de Rodrigues Alves. Com a doença e falecimento do presidente eleito, que não chegou a ser empossado, Delfim Moreira assumiu interinamente a presidência da República. Faleceu na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, em 1º de julho de 1920.

Período presidencial

Delfim Moreira, vice-presidente de Rodrigues Alves, governou provisoriamente o país, visto que a Constituição brasileira previa novas eleições em caso de impedimento do presidente antes de completados dois anos de mandato. Rodrigues Alves nem chegou a tomar posse, pois já estava acometido pela “gripe espanhola”, vindo a falecer no dia 16 de janeiro de 1919. O próprio Delfim Moreira também não dispunha de boas condições de saúde e seu curto mandato ficou conhecido como “regência republicana”, uma vez que

se destacava no governo o seu ministro da Viação e Obras Públicas, Afrânio de Melo Franco.

Três dias após o novo governo assumir o comando do país, uma greve geral atingiu a capital e a cidade de Niterói. O presidente determinou o fechamento dos sindicatos no Rio de Janeiro, em 22 de novembro.

Em 21 de junho de 1919, uma parte dos anarquistas fundou o Partido Comunista do Brasil. Quatro meses depois, o governo expulsou do país cerca de cem deles, a maioria estrangeiros, que atuavam no movimento operário das cidades de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Niterói, em função da descoberta de um suposto plano com o objetivo de derrubar o governo.

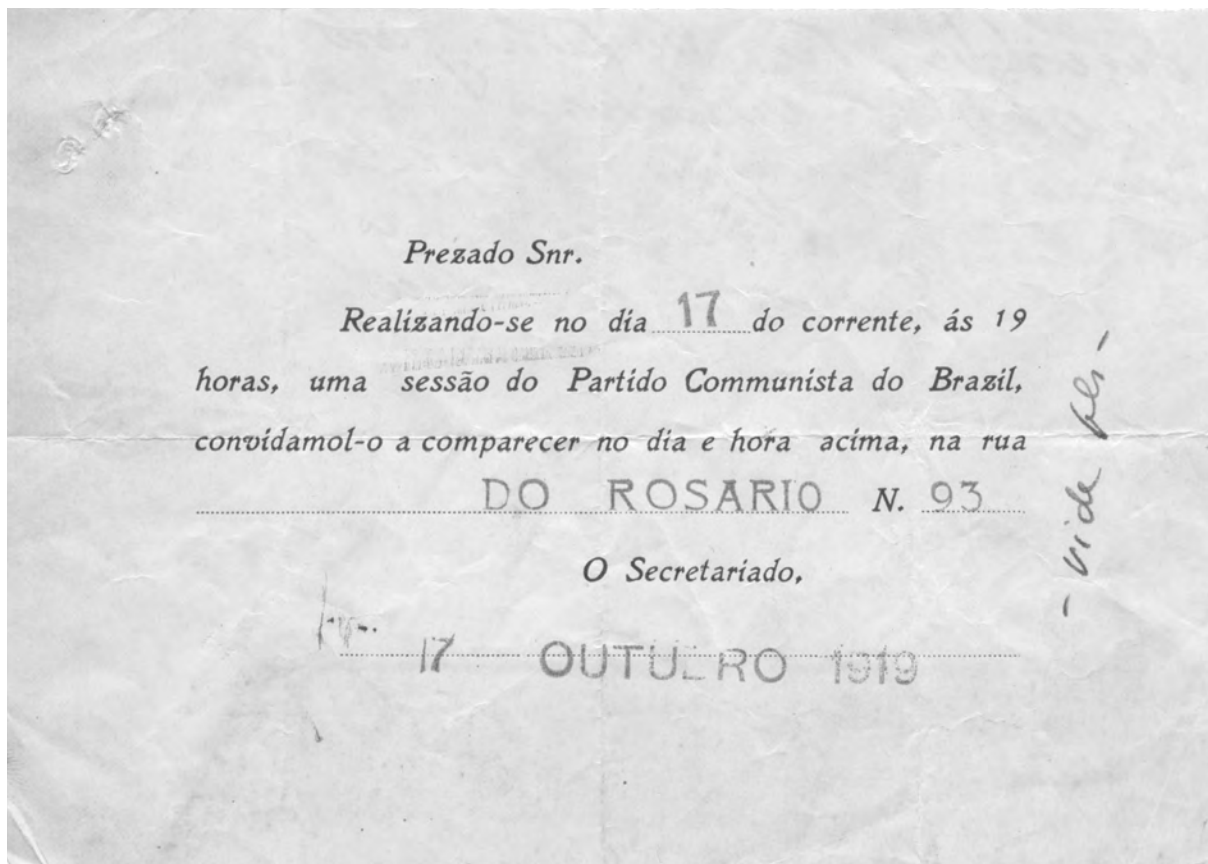
Sentado à esquerda, o presidente Delfim Moreira, s.l., s.d. Arquivo Nacional



O Brasil e o mundo

No ano de 1919, foram publicados *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto, e *Carnaval*, de Manuel Bandeira. Os fundadores do Partido Comunista Alemão, Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram assassinados em Berlim, em 15 de janeiro, a caminho da prisão, pela polícia alemã. No mesmo ano, o número de pessoas no mundo vitimadas pela gripe espanhola chegou a mais de 15 milhões. Na França, faleceu o pintor impressionista Auguste Renoir.

Parte integrante do
processo de expulsão de
Antônio Silva, 1919.
Arquivo Nacional





Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Umbuzeiro, no estado da Paraíba, em 23 de maio de 1865. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891), deputado federal (1891-1893), e ministro da Justiça e Negócios Interiores (1898-1901). A partir de 1902, acumulou os cargos de procurador da República até 1905 e de ministro do Supremo Tribunal Federal até 1912. Presidiu a Junta Internacional de Jurisconsultos que analisou os projetos do Código de Direito Internacional Público e Privado. Foi senador pela Paraíba (1912-1919) e presidiu a delegação brasileira à Conferência da Paz (1918-1919), em Versalhes. Por meio de eleição direta, assumiu a presidência em 28 de julho de 1919. Após o cumprimento do período presidencial, foi senador pela Paraíba e membro da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia (1923-1930). Faleceu na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1942.

Período presidencial

Quando o presidente assumiu o governo, o país, segundo o Censo de 1920, contava com 30.635.605 habitantes e 13.346 fábricas, empregando cerca de 275 mil operários. Predominavam os bens de consumo, como

tecidos, alimentos, roupas e calçados, que representavam 70% da produção. Uma nova crise mundial afetou as atividades econômicas brasileiras, provocando uma queda de quase 50% no preço do café. Epitácio Pessoa, pressionado pelos cafeicultores paulistas e mineiros, acabou intervindo no mercado, emitindo papel-moeda e, assim, garantiu a recuperação dos preços do produto. Em outubro de 1921, o governo implementou uma nova política de defesa do café, pela terceira vez na história da República, contraindo empréstimos junto à Inglaterra. A estabilização dos preços do produto foi alcançada por meio, também, da própria recuperação do ritmo da economia mundial, após a crise de 1920, pela diminuição das safras dos anos de 1922 e 1923 bem como pela proibição do consumo de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos da América.

A crise política desses anos expressou-se no descontentamento do Exército, na insatisfação da população urbana e nas tensões regionais das elites dominantes, quando o Rio Grande do Sul destacou-se como centro de oposição ao núcleo agrário-exportador. Em 1922, o ambiente político tornou-se bastante tenso em virtude da acirrada disputa dos candidatos à sucessão presidencial de Epitácio Pessoa. As oligarquias do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro formaram a Reação Republicana, lançando a candidatura do fluminense Nilo Peçanha. Essa indicação rompeu o acordo firmado entre São Paulo e Minas Gerais, que estabeleceu a indicação do mineiro Artur Bernardes para a presidência, já definindo o paulista Washington Luís para sucedê-lo. A campanha eleitoral de Artur Bernardes contra Nilo Peçanha, que novamente concorria à presidência, foi considerada uma das mais exacerbadas da República Velha.

Epitácio Pessoa enfrentou em seu governo a crise política gerada pela exigência do Clube Militar, comandado pelo marechal Hermes da Fonseca, de renúncia da candidatura à presidência de Artur Bernardes, ao julgar autênticas as cartas publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*, falsamente atribuídas a Bernardes, nas quais eram atacados o ex-presidente Hermes da Fonseca e o Exército. O fechamento do

Clube Militar e a prisão de Hermes da Fonseca, ocorridos em 2 de julho de 1922, desencadearam, quatro dias mais tarde, a Revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, já sob a vigência do decreto de estado de sítio que atingia todo o país. A expectativa era deflagrar uma revolução militar, porém os demais fortes da cidade não aderiram ao movimento e as tropas legalistas atacaram o Forte de Copacabana, matando 271 dos 301 militares rebelados. Ficou conhecida como os “18 do Forte” a marcha para a morte de 16 militares acompanhados de dois civis, que partindo do forte atravessaram a avenida Atlântica para enfrentar as tropas do governo. O saldo foi de apenas dois sobreviventes: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Esse episódio marcou o início do longo movimento de rebelião que atingiria o país, denominado tenentismo.

O Brasil e o mundo

Em 3 de agosto de 1920, Guilherme Paraense conquistou a primeira medalha de ouro para o Brasil, na prova de pistola/tiro rápido, nos Jogos Olímpicos de Antuérpia. No mesmo ano, o presidente Epitácio Pessoa proibiu a participação de jogadores negros no campeonato brasileiro de futebol. Na Índia, Mahatma Gandhi lançou a campanha de não violência e desobediência civil contra o domínio inglês. Em fevereiro de 1922, realizou-se em São Paulo a Semana de Arte Moderna, inaugurando o movimento modernista brasileiro, em que se destacaram os trabalhos de literatura e artes plásticas de Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e Anita Malfatti.

28.7.1919 - 15.11.1922

Colonos em Santa Catarina, 1922.
Arquivo Nacional





Cartaz da Exposição Nacional, 1922.
Arquivo Nacional



Artur da Silva Bernardes

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Viçosa, estado de Minas Gerais, em 8 de agosto de 1875. Cumpriu dois mandatos como deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (1909-1910 e 1915-1917). Foi presidente de Minas Gerais (1918-1922). Por meio de eleição direta, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1922. Foi um dos articuladores da Revolução de 1930 em Minas Gerais. Em 1932, foi preso e transferido para a cidade do Rio de Janeiro por ter sido um dos mentores, em Minas Gerais, da Revolução Constitucionalista. Cumpriu exílio em Lisboa, retornando ao país depois de receber anistia em 1934. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1955.

Período presidencial

O governo de Artur Bernardes sofreu forte instabilidade política gerada pelas revoltas tenentistas contra as oligarquias dominantes e pelo avanço do movimento operário, o que o levou a governar permanentemente em estado de sítio. A candidatura pela quinta vez de Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense,

à presidência do estado deflagrou uma guerra civil envolvendo a oposição no Rio Grande do Sul. A oligarquia dissidente gaúcha, agrupada na Aliança Libertadora, contava com o apoio federal ao candidato Assis Brasil. Borges de Medeiros, para defender sua posição, organizou os Corpos Provisórios sob o comando de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, entre outros, além de contratar mercenários uruguaios. Após meses de confrontos, foi assinado um acordo entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, em 14 de dezembro de 1923, no qual o governo federal reconheceu Borges de Medeiros como presidente do Rio Grande do Sul, não permitindo, entretanto, uma nova reeleição.

O movimento tenentista eclodiu no Rio Grande do Sul, em 1923, com o apoio da Aliança Libertadora, atingindo também Santa Catarina e Paraná. No ano seguinte, foi a vez de parte das guarnições militares paulistas aderir ao movimento. Depois de vários dias de combate, a cidade de São Paulo ficou sob seu controle, após a fuga do governador Carlos Campos. A rebelião foi planejada por militares envolvidos no golpe fracassado de 1922, entre eles o tenente Eduardo Gomes, um dos sobreviventes dos “18 do Forte”. Artur Bernardes ordenou o bombardeio da cidade, a partir do dia 11 de julho de 1924. A população paulista abandonou a cidade, e o saldo do ataque foi de 503 mortos e cerca de 4.800 feridos. Sem condições de resistir às pressões das tropas legalistas, aproximadamente 3.500 revoltosos dirigiram-se ao encontro das tropas gaúchas, lideradas por Luís Carlos Prestes e Mário Fagundes Varela.

O presidente Artur Bernardes ainda enfrentou a Coluna Prestes, formada em 1925, sob o comando do tenente Luís Carlos Prestes, que percorreu o interior do país durante dois anos procurando sublevar as populações contra o seu governo e as oligarquias dominantes.

O Brasil e o mundo

Em 1922, faleceu, no Rio de Janeiro, Lima Barreto, autor de *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Foi inaugurada a primeira rádio brasileira, a

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Na orla da praia de Copacabana foi inaugurado um dos mais belos cartões postais da cidade, o Hotel Copacabana Palace. Faleceu, no Rio de Janeiro, Marc Ferrez, um dos pioneiros da fotografia no Brasil, que registrou, pela primeira vez, os índios botocudos na selva brasileira. Também são de sua autoria as fotografias do início do século XX das obras de reforma urbanística da cidade do Rio de Janeiro. Em novembro, faleceu Marcel Proust, autor da obra literária *Em busca do tempo perdido*. Em dezembro de 1922, Albert Einstein recebeu o Prêmio Nobel de Física. Na Grã-Bretanha, em 27 de janeiro de 1926, ocorreu a primeira emissão de imagens em um aparelho de televisão, e os jornais à época anunciavam que a nova invenção se tornaria um cinema dentro de casa. No mesmo ano, a morte do jovem ator italiano Rodolfo Valentino, em 23 de agosto, em Nova Iorque, causou imensa comoção em milhares de fãs, ocorrendo suicídios em vários estados americanos.

Cidade de São Paulo,
década de 1920.
Arquivo Nacional





Washington Luís Pereira de Sousa

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1869. Foi presidente do estado de São Paulo (1920-1924) e senador pelo Partido Republicano Paulista (1925-1926). Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1926. Foi deposto pela Revolução de 1930, em 24 de outubro, e cumpriu exílio na Europa e nos Estados Unidos, retornando ao Brasil em 1947. Faleceu em São Paulo, em 4 de agosto de 1957.

Período presidencial

Durante toda a década de 1920, a República Velha sofreu um profundo desgaste devido às manifestações de oposição da classe média urbana, dos movimentos tenentista e operário e das oligarquias dissidentes. Logo no início de seu governo, chegou ao fim a Coluna Prestes, que com 620 homens entrou em território boliviano e, posteriormente, se dissolveu. O governo de Washington Luís não estava mais ameaçado pelas rebeliões tenentistas ou pelo avanço do movimento operário,

entretanto, para coibir novos movimentos de oposição, criou a Lei Celerada, em 1927, que impunha censura à imprensa e restringia o direito de reunião, levando para a clandestinidade o Partido Comunista Brasileiro, que havia sido reconhecido pelo governo no início do ano.

A crise econômica mundial de 1929, deflagrada com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 24 de outubro, foi a maior na história do capitalismo, atingindo diversos países e paralisando suas atividades econômicas. Seus efeitos no Brasil derrubaram a política de valorização do café, iniciada em 1906 com a assinatura do Convênio de Taubaté. O café, que respondia por 70% das exportações brasileiras, teve seu preço diminuído no mercado internacional. A crise do produto ameaçou a estabilidade do governo de Washington Luís, que não permitiu a nova desvalorização da moeda, pleiteada pelos cafeicultores diante do desastre na Bolsa de Nova Iorque.

A vitória do paulista Júlio Prestes, apoiado por Washington Luís, nas eleições presidenciais de 1º de março de 1930, foi contestada por suspeita de fraude. O assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas à sucessão presidencial, em 26 de julho de 1930, foi um fato decisivo para o agravamento dos movimentos de oposição ao governo de Washington Luís, já desgastado pela crise do café. Reassumindo o governo do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e outros políticos, como Oswaldo Aranha, deram início à conspiração política que levou ao movimento de 3 de outubro de 1930, a Revolução de 1930, como ficou conhecido o episódio. O presidente Washington Luís foi deposto em 24 de outubro, pelos chefes das forças armadas, e uma junta provisória de governo assumiu o poder, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha.

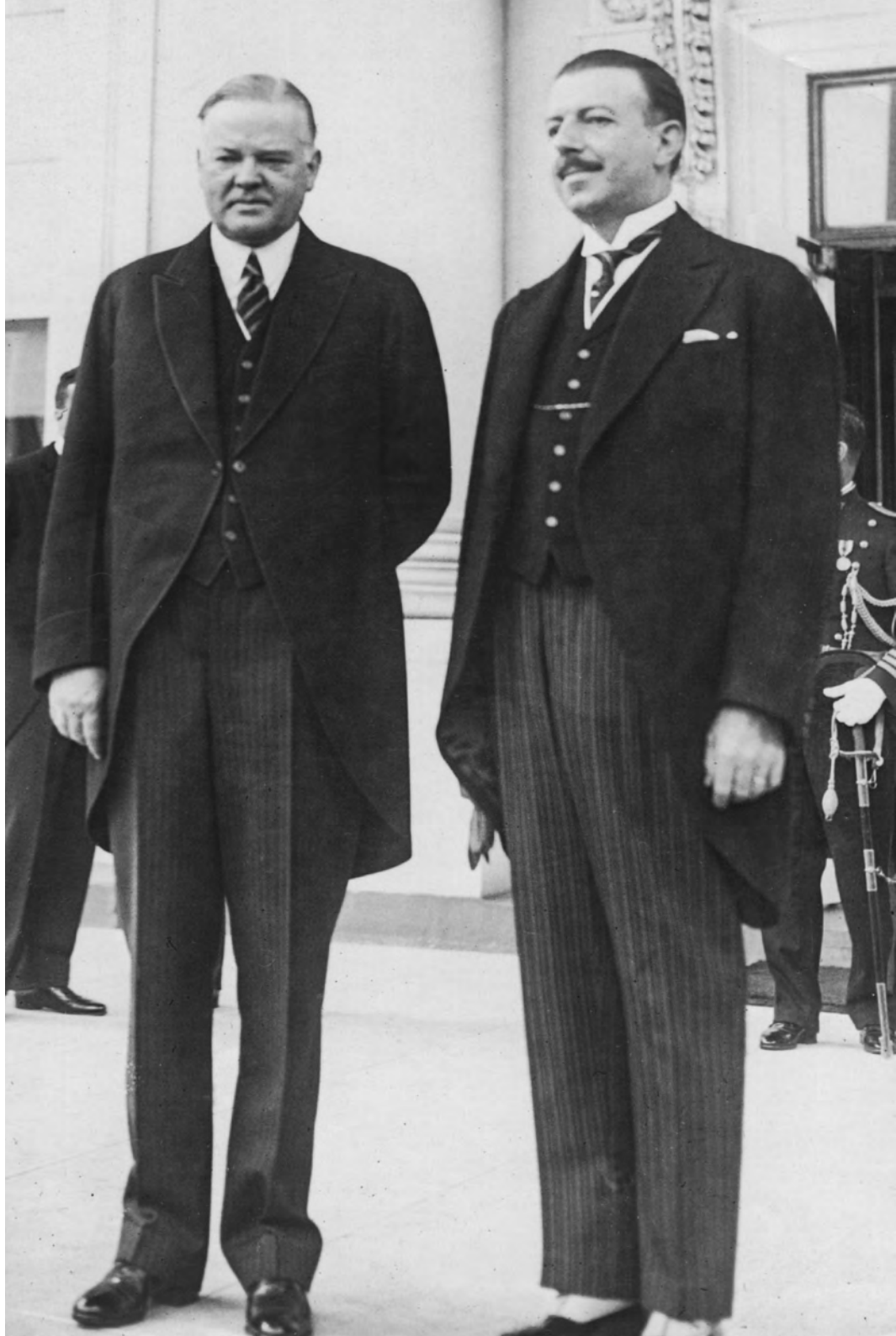
O Brasil e o mundo

Em 1928, o primeiro filme falado, *Luzes de Nova Iorque*, foi apresentado em Nova Iorque. Stálin anunciou o primeiro plano quinquenal

soviético, iniciando a coletivização das terras. No ano seguinte, a desvalorização maciça das ações na Bolsa de Nova Iorque deram início à Grande Depressão. O ano de 1929 foi cenário para inúmeras publicações que marcaram as visões de interpretação do Brasil, entre elas *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado; *Macunaíma*, de Mário de Andrade; e *Manifesto antropofágico*, de Oswald de Andrade. No campo das artes plásticas, Tarsila do Amaral terminou o esboço de *O abaporu*.

A química Marie Curie (a quarta da esquerda para a direita) em visita ao Pão de Açúcar. Rio de Janeiro, década de 1930. Arquivo Nacional





À direita o presidente eleito Júlio Prestes com o presidente norte-americano Herbert Hoover, na Casa Branca. Washington, 1930.
Arquivo Nacional

Júlio Prestes de Albuquerque

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Itapetininga, estado de São Paulo, em 15 de março de 1882. Foi deputado estadual (1909) e federal (1924) e presidente do estado de São Paulo (1927). Em 1930, elegeu-se presidente da República, mas foi impedido de tomar posse em virtude do movimento revolucionário eclodido em 24 de outubro, quando a junta governativa assumiu o poder no país. Faleceu em São Paulo, em 9 de fevereiro de 1946.



Revolução de 1930, desfile em Belo Horizonte. Arquivo Nacional

Junta governativa

Com a eclosão do movimento revolucionário de 1930, a junta governativa composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha depôs o presidente Washington Luís e assumiu o controle do país. Em meio a pressões de manifestações populares e dos movimentos militares, como o de Minas Gerais, revolucionários gaúchos chegam ao Rio de Janeiro, obrigando a junta a entregar a chefia do governo a Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930.

Dados biográficos

Augusto Tasso Fragoso. Militar, nasceu na cidade de São Luís, estado do Maranhão, em 28 de agosto de 1869. Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1945.

João de Deus Mena Barreto. Militar, nasceu na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, em 30 de julho de 1874. Faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1933.

José Isaías de Noronha. Militar, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1873. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1963.



Getúlio Vargas e João Pessoa
(presidente do estado da Paraíba),
candidatos, respectivamente, à
presidência e à vice-presidência da
República nas eleições de 1930.
Arquivo Nacional

Getúlio Dornelles Vargas

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882. Iniciou sua vida política como deputado estadual (1909-1912; 1917-1921) pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Na mesma legenda, foi indicado e eleito, em outubro de 1922, à Câmara dos Deputados e, em 1924, reeleito deputado federal (1923-1926). Com a posse do presidente Washington Luís, em 15 de novembro de 1926, assumiu a pasta da Fazenda, permanecendo no cargo até dezembro de 1927. Eleito presidente do Rio Grande do Sul, tomou posse em 25 de janeiro de 1928. Em agosto de 1929, formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Derrotado nas urnas pelo candidato paulista Júlio Prestes, Vargas reassumiu o governo do Rio Grande do Sul, e articulou o movimento de deposição do presidente Washington Luís, que culminaria com a Revolução de 1930. Após o exercício da junta governativa, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do governo provisório em 3 de novembro de 1930. Com a promulgação

da Constituição de 1934, foi eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte. Em 10 de novembro de 1937, anunciou a dissolução do Congresso e outorgou nova Carta, dando início ao Estado Novo. Governou o país até ser deposto, em 29 de outubro de 1945. Elegeu-se senador (1946-1949) na legenda do Partido Social Democrático (PSD) e concorreu às eleições presidenciais de 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que fundara em 1945. Vargas recebeu 48,7% dos votos, vencendo por larga maioria seus opositores, e tomou posse em 31 de janeiro de 1951. Suicidou-se, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954.

Período presidencial

No início do governo de Getúlio Vargas, o país contava com aproximadamente 37 milhões de habitantes, dos quais 70% viviam na área rural. Ao longo de seus quinze anos de governo, o Brasil teve duas constituições federais: a primeira, promulgada em julho de 1934, com características liberais; a segunda, outorgada em novembro de 1937, comprometida com o pensamento autoritário. Nesse período, diversas leis trabalhistas mudaram o cenário social do trabalhador brasileiro, com o estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho na indústria e no comércio, a regulamentação do trabalho feminino e dos menores nos estabelecimentos comerciais e industriais, a instituição da carteira profissional, do salário mínimo e das comissões mistas de conciliação, além de outras leis que incidiram sobre a organização sindical e patronal.

Foram criados, também, os ministérios da Educação e Saúde Pública, da Agricultura, e do Trabalho, Indústria e Comércio. Outros órgãos, como o Departamento Nacional do Café (DNC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), são exemplos da grande reforma da administração pública que marcou a era Vargas. O governo promoveu também uma série de manifestações

nacionalistas na área educacional e cultural, que incluíam desfiles monumentais nas datas cívicas, com corais de estudantes regidos pelo maestro Villa-Lobos e coreografias que deveriam exaltar a grandeza do Estado Novo.

Na política interna, o governo combateu a Revolução Constitucionalista, movimento antigetulista deflagrado em São Paulo em 1932; a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Luís Carlos Prestes, e o movimento comunista de 1935. Nesse contexto, o Congresso promulgou a Lei de Segurança Nacional e foi criado o Tribunal de Segurança Nacional. Em 1938, enfrentou o levante integralista, movimento golpista de extrema direita empreendido por conspiradores ligados à recém-extinta Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado.

No plano econômico, a crise internacional de 1929 atingiu o país em todos os setores: a redução das exportações desorganizou as finanças públicas, diminuiu o ritmo da produção e o poder aquisitivo dos salários. A crise da economia cafeeira obrigou o novo governo a comprar e destruir estoques de café, tendo em vista a queda dos preços do produto no mercado internacional.

A partir da década de 1940, verificou-se um efetivo crescimento industrial, com a entrada de capitais privados norte-americanos no país. Em 31 de agosto de 1942, pressionado pelas nações aliadas, sobretudo pelos Estados Unidos, e pela opinião pública interna, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo. Em 1944, enviou à Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), para combater junto às forças norte-americanas. A participação do Brasil no conflito, além de permitir um investimento nas forças armadas brasileiras, contribuiu para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, que contou com empréstimo financeiro dos Estados Unidos.

Iniciado em 1937, o Estado Novo encerrou-se em 1945, com o fim da guerra e as consequentes pressões da sociedade pela volta à democracia. No mesmo ano, foram anistiados os condenados pelo Tribunal de

Segurança Nacional e convocada a Assembleia Nacional Constituinte. As disputas em torno da sucessão presidencial foram atravessadas pelo “queremismo”, movimento que tinha como mote “queremos Getúlio” e como proposta o adiamento das eleições diretas para presidente e a manutenção de Vargas no poder, simultaneamente à instalação da Constituinte. A campanha, apoiada pela classe operária, sindicatos e comunistas, gerou forte reação nos meios militares e na chamada oposição liberal, e seria considerada um dos motivos para a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.

O Brasil e o mundo

Em 1931, foi inaugurado um dos principais cartões postais do país, a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. A extensão do direito de voto às mulheres e a realização do primeiro concurso de escolas de samba no Rio de Janeiro são alguns dos acontecimentos que marcaram o ano de 1932. A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, compartilhou o panorama intelectual com o lançamento de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freire, *Caetés*, de Graciliano Ramos, e *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade. *As pastorinhas*, de Noel Rosa, e *O que é que a baiana tem?*, de Dorival Caymmi, bem como filmes estrelados por Carmen Miranda, e *Limite*, de Mário Peixoto, ilustravam a produção artística nacional do período.

No cenário internacional, os anos de 1930 assistiram à ascensão de nazistas e fascistas ao poder na Alemanha e na Itália, e do franquismo e salazarismo na Espanha e Portugal. Em 1937, o bombardeio alemão à cidade de Guernica, na Espanha, imortalizou-se no painel pintado por Pablo Picasso. Em 1939, morreu em Londres o criador da psicanálise, Sigmund Freud, e iniciou-se, com a invasão da Polônia pelos alemães, a Segunda Guerra Mundial, que se encerraria em 1945, com a rendição dos países do Eixo às nações aliadas.

Comemorações do Dia do Trabalho
no estádio do Vasco. Rio de Janeiro,
1º de maio de 1941.
Arquivo Nacional



3.11.1930 - 29.10.1945

Comemoração pela Revolução de 1930. s.l. Arquivo Nacional



Getúlio Vargas, s.l., 19 de julho de 1935. Arquivo Nacional



Manifestações "queremistas". Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945.
Arquivo Nacional



À esquerda, o presidente
José Linhares. Rio de
Janeiro, 29 de outubro de
1945. Arquivo Nacional



José Linhares

Dados biográficos

Advogado, nasceu no município de Baturité, estado do Ceará, em 28 de janeiro de 1886. Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, após a Revolução de 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1937 e vice-presidente dessa corte em 1940. Presidente do STF (1945-1949) e, em consequência, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assumiu a presidência da República com a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, cargo que ocupou até 31 de janeiro de 1946. Após esse período, retornou ao STF, voltando a assumir a presidência desta corte entre 1951 e 1956. Faleceu em Caxambu, Minas Gerais, em 26 de janeiro de 1957.

Período presidencial

José Linhares dedicou-se, sobretudo, a preparar o retorno à ordem democrática, substituindo os interventores nos estados por membros do Poder Judiciário, concedendo ao novo parlamento poderes de elaboração constitucional, extinguindo o Tribunal de Segurança Nacional, suprimindo o estado de emergência previsto na Constituição de 1937,

entre outras medidas. No campo econômico e administrativo, atuou contra a inflação, revogou a lei antitruste, um dos fatores que levaram à deposição de Vargas, e extinguiu o Conselho de Economia Popular. Concedeu autonomia à Universidade do Brasil e regulamentou diversos departamentos do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em dezembro de 1945, foram realizadas eleições para a presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte. José Linhares permaneceu no cargo até a posse do presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra.

Desfile da FEB na av. São João.
São Paulo, agosto de 1945.
Arquivo Nacional



Desfile da Marinha na av. Rio Branco.
Rio de Janeiro, 7 de novembro de
1945. Arquivo Nacional





Presidente Eurico Gaspar Dutra.
Estados Unidos, maio de 1948.
Arquivo Nacional

Eurico Gaspar Dutra

marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu em Cuiabá, estado do Mato Grosso, em 18 de maio de 1883. Ingressou na Escola Militar, no Rio de Janeiro, participando do levante da Praia Vermelha (1904). Anistiado, retornou à Escola Militar em Realengo (1905) e ingressou na Escola de Guerra em Porto Alegre (1906). Formou-se no curso da Escola de Estado-Maior (1922), atuando, pouco depois, na repressão à revolução paulista de 1924. Defendeu o governo do presidente Washington Luís contra os revoltosos de 1930, mas, já em 1932, combateu a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Designado comandante da 1ª Região Militar (1935-1936), destacou-se na reação ao movimento comunista de 1935, passando a ocupar o posto de ministro da Guerra (1936-1945). Como ministro, Dutra procurou modernizar o Exército, objetivo que norteou suas posições diante do conflito internacional, dividindo-se entre o apoio aos Estados Unidos ou à Alemanha. Com o término da guerra, manifestou-se pela redemocratização do país, e, embora tenha sido um dos mais fiéis colaboradores de Vargas e do Estado Novo, ficou ao lado dos oficiais que destituíram o presidente em outubro de

1945. Candidatou-se à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito em 2 de dezembro, tendo contado, no final da campanha, com o apoio de Vargas. Passou para a reserva dois dias antes de sua posse, em 31 de janeiro de 1946. Ao deixar a presidência, permaneceu ativo na vida política até postular-se candidato nas eleições indiretas para presidente da República em 1965. Diante do apoio majoritário nos meios militares ao general Castelo Branco, retirou-se da disputa. Afastado da vida pública, faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1974.

Período presidencial

Em 18 de setembro de 1946, foi promulgada a quinta Constituição do Brasil, assinalando o retorno do país ao regime democrático. No mesmo ano, o governo criou o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Social do Comércio (Sesc), além do Estado-Maior Geral, futuramente Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa). Ainda em 1946, o presidente decretou o fechamento dos cassinos e proibiu os “jogos de azar” no país.

Em 1947, registrou-se a nomeação de Oswaldo Aranha para delegado do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o rompimento de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a realização, na cidade de Petrópolis, da Conferência Interamericana da Manutenção da Paz e Segurança do Continente, que contou com a presença do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. O estreitamento das relações com os norte-americanos evidenciou-se, também, na formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, conhecida como Missão Abbink, chefiada por John Abbink e pelo ministro Otávio Gouveia de Bulhões. Tinha como atribuição diagnosticar os principais problemas da economia brasileira e, como especial recomendação, o emprego de recursos externos no setor petrolífero.

Ainda em 1947, assistiu-se à intervenção do Ministério do Trabalho em diversos sindicatos, em continuidade à política de tutela do Estado

sobre as atividades sindicais, garantida pelo decreto-lei n. 9.070, de março de 1946, que cerceava o direito de greve.

Simultaneamente à repressão sindical e à contenção dos salários, a política econômica passou por duas fases: a primeira, liberal, em que se procurou romper com as formas anteriores de intervenção na economia. No entanto, a importação de bens levou a um rápido esgotamento das reservas de divisas do país. Em 1947, de acordo com a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), iniciou-se uma segunda fase, em que o controle cambial foi retomado, mantendo-se o cruzeiro em níveis altos, comparativamente à moeda estadunidense. Essa política desestimulou as exportações, incentivando, por outro lado, a importação de equipamentos, máquinas e outros insumos, excluindo-se os bens de consumo, e favoreceu a expansão do setor industrial brasileiro.

A estratégia de desenvolvimento do governo incluiu o plano Salte, que significava Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Proposto em 1947, tinha como objetivo o gerenciamento dos gastos públicos e o investimento nos setores essenciais ao país. No entanto, o projeto só começou a integrar o planejamento orçamentário em 1949, sendo esquecido em 1951. Data também desse período a aferição do crescimento econômico do país pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

Durante o governo Dutra, teve início a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, e da rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio a São Paulo, conhecida como via Dutra. Em seu governo, foi também criada, em outubro de 1948, a Escola Superior de Guerra (ESG), com o apoio dos norte-americanos.

O Brasil e o mundo

O imediato pós-guerra introduziu, pela primeira vez, a expressão “cortina de ferro”, cunhada pelo ex-primeiro-ministro inglês Winston Churchill para caracterizar a política soviética. Em 1946, realizou-se

a primeira assembleia geral das Nações Unidas; Perón foi eleito presidente da Argentina e foram sentenciados à morte nove dos 22 acusados no processo de Nuremberg, em um tribunal constituído para o julgamento dos crimes nazistas cometidos sob o III Reich. O ano se encerrou com o lançamento de *Sagarana*, de Guimarães Rosa, e *O lustre*, de Clarisse Lispector.

A proclamação da doutrina Truman, estabelecendo a polarização do mundo através da Guerra Fria, e a independência da Índia foram alguns dos acontecimentos de 1947. A fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, e o isolamento, em laboratório, de uma nova partícula do átomo, o méson, pelo cientista César Lattes, dividiram a cena brasileira com a manifestação “o petróleo é nosso”, ocorrida em 15 de julho, no Rio de Janeiro. O ano de 1948 assinalou, ainda, a criação do Estado de Israel, em assembleia geral da ONU presidida por Oswaldo Aranha, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem pelas Nações Unidas.

Em 1949, observou-se a divisão da Alemanha em República Federal da Alemanha e República Democrática da Alemanha, a proclamação da República Popular da China, liderada por Mao Tsé-Tung, e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). No mesmo ano, foi lançado *O continente*, de Érico Veríssimo. Em 1950, o Brasil possuía 51.941.767 habitantes, e passou a ter sua primeira emissora de televisão, a TV Tupi; o estádio do Maracanã assistiu à derrota da seleção brasileira para a uruguaia, na final da Copa do Mundo. Em outubro, iniciou-se a intervenção chinesa na Coreia e o general americano Eisenhower assumiu o comando supremo das forças da Otan. Em janeiro de 1951, no Brasil, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

O presidente Dutra e comitiva. s.l.,
novembro de 1948. Arquivo Nacional



Presidente Getúlio Dornelles,
na comemoração pelo Dia do
Trabalho, no campo do Vasco da
Gama, Estádio São Januário. Rio
de Janeiro, 1º de maio de 1952.
Arquivo Nacional



Getúlio Dornelles Vargas

Período presidencial

Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi reeleito presidente, passando a governar um país que contava 53 milhões de habitantes. O segundo período presidencial caracterizou-se por uma política econômica de tendência nacionalista e que buscou conciliar as demandas populares com as exigências de aceleração do crescimento econômico, além de atender ao pacto político que garantia a permanência de Vargas no poder. Tendo como ministros da Fazenda Horácio Lafer e, posteriormente, Oswaldo Aranha, o governo projetou duas diretrizes que visavam à superação do estágio de desenvolvimento brasileiro: por um lado, a participação decisiva do Estado e de setores privados nacionais no processo de industrialização e, por outro, o estímulo à entrada de capital estrangeiro.

O Brasil enfrentava uma tendência inflacionária, derivada do aumento das divisas geradas pelos altos preços alcançados pelo café no mercado internacional, expandindo a quantidade de moeda em circulação. A inflação decorria, também, do endividamento com as importações promovidas por receio de uma crise internacional que se anunciaria com a guerra da Coreia. Finalmente, outro problema

com que se defrontava o país era relativo ao próprio crescimento industrial, incompatível com a estrutura energética e de transportes então existente.

No plano externo, o governo brasileiro recusou-se a participar da intervenção das Nações Unidas na Coreia do Norte e encontrou entraves à obtenção de recursos americanos em razão das críticas ao processo de remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, atitude reafirmada por meio do decreto de 4 de janeiro de 1952, que restringia essas remessas.

Internamente, o governo sancionou uma nova lei do salário mínimo, com o aumento de aproximadamente 300% sobre o nível anterior, e revogou a exigência de atestado ideológico para os sindicatos, que datava do governo Dutra. Foram criados alguns órgãos públicos que marcaram a história política brasileira, entre eles, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi), em 1951; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; e, após uma grande campanha, a Petrobras, em 1953, o Plano do Carvão Nacional e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (que se transformaria na Sudam). Em janeiro de 1954, assistiu-se, ainda, à criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic).

Em 1954, Vargas enfrentava a oposição da União Democrática Nacional (UDN), dos militares e da imprensa, representada em especial por Carlos Lacerda, e mesmo da estrutura burocrática. Politicamente isolado, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954, deixando para o país o documento conhecido como *Carta-Testamento*. As razões para esse desfecho são atribuídas, sobretudo, à ineficácia do plano econômico de estabilização: o recurso à emissão monetária desequilibrou as alianças políticas do governo, tanto em relação aos trabalhadores, quanto aos setores da elite que o sustentava, receosa dos efeitos que a política trabalhista poderia gerar. O atentado praticado contra o jornalista Carlos Lacerda, em 5 de agosto, na rua Toneleros,

no Rio de Janeiro, e que resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz, teve ampla repercussão no país, e é considerado como o incidente que precipitou a crise do governo.

A morte de Vargas reverteu, no plano simbólico, a situação política que poderia tê-lo conduzido à renúncia, levando o povo às ruas em defesa do “pai dos pobres”.

O Brasil e o mundo

No primeiro ano do mandato de Vargas, os meios de comunicação se expandiram: a TV Tupi instalou-se no Rio de Janeiro e foi lançado no Brasil o primeiro disco 33 rpm. No mesmo ano foi promulgada a Lei Afonso Arinos, que considerou o racismo uma contravenção penal, e foi aberta a 1ª Bienal de Artes Plásticas no Museu de Arte Moderna (MAM). Os testes da bomba atômica no deserto de Nevada e da bomba H pelos Estados Unidos marcaram o cenário internacional, assim como a ação das tropas da ONU contra os comunistas na



Interrogatório de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, acusado de envolvimento no atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1954. Arquivo Nacional

Coreia. Em 1952, o general Fulgêncio Batista tomou o poder em Cuba e a Alemanha Ocidental recebeu milhões de exilados da Alemanha Oriental. No Brasil, por iniciativa de dom Helder Camara, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os testes nucleares continuaram em 1953, quando explodiu a primeira bomba H da União Soviética. Em julho, chegou ao fim a guerra da Coreia, por meio de um acordo entre as Nações Unidas, a China e a Coreia do Norte. Ainda em 1953, São Paulo tornou-se a sede da montadora de automóveis da Volkswagen e o Brasil conquistou o prêmio de melhor filme de aventura, em Cannes, com *O cangaceiro*, de Vitor Lima Barreto. Assinalou-se, em 1954, a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo e, no cenário internacional, a divisão do Vietnã em dois países, a descoberta da vacina contra a poliomielite, por Jonas Salk, e o lançamento, pela IBM, do “cérebro eletrônico” ou computador.

Ao centro, Carlos Lacerda saindo do interrogatório na Polícia Militar sobre o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1954. Arquivo Nacional





Getúlio Vargas inaugura o segundo alto-forno da CSN. Volta Redonda, fevereiro de 1954. Arquivo Nacional



População aglomera-se no aeroporto Santos Dumont na passagem do cortejo fúnebre de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1954. Arquivo Nacional



Presidente Café Filho recebe cumprimentos pela passagem do ano, no Palácio do Catete. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional

João Café Filho

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, em 3 de fevereiro de 1899. Ingressou na Aliança Liberal e foi um dos fundadores, em 1933, do Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN). Elegeu-se deputado federal (1935-1937) e destacou-se pela defesa das liberdades constitucionais. Ameaçado de prisão, asilou-se na Argentina, retornando ao Brasil em 1938. Fundou, com Ademar de Barros, o Partido Republicano Progressista (PRP), pelo qual se elegeu deputado federal (1946-1950). Eleito vice-presidente por uma coligação de partidos que se fundiram sob a sigla do Partido Social Progressista (PSP), assumiu a presidência da República com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara (1961-1970). Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1970.

Período presidencial

Café Filho assumiu o governo da República imediatamente após a morte de Getúlio Vargas. Em seu novo gabinete, teve como ministro da Fazenda Eugênio Gudin, defensor de uma política econômica mais

ortodoxa, que buscou estabilizar a economia e combater a inflação. O ministro adotou como principais medidas a contenção do crédito e o corte das despesas públicas, procurando, assim, reduzir o déficit público, causa, em sua avaliação, do processo inflacionário. Durante o governo Café Filho, instituiu-se o imposto único sobre a energia elétrica, gerando o Fundo Federal de Eletrificação, e o imposto na fonte sobre a renda do trabalho assalariado. Destacaram-se, ainda, em sua administração a criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, a inauguração, em janeiro de 1955, da usina hidrelétrica de Paulo Afonso e o incentivo à entrada de capitais estrangeiros no país, que repercutiria no processo de industrialização que se seguiu.

Afastou-se temporariamente da presidência em 3 de novembro de 1955, em virtude de um distúrbio cardiovascular, e em 8 de novembro foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara. Restabelecido, tentou reassumir os poderes presidenciais, mas seu impedimento foi aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de novembro de 1955, e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro.

O Brasil e o mundo

O breve governo de Café Filho teve início em meio à comoção nacional provocada pela morte de Getúlio Vargas e a divulgação da *Carta-Testamento*. Em novembro do mesmo ano começaram os conflitos armados na Argélia, foi inaugurado o estádio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, e faleceu o pintor francês Henri Matisse. Em 1955, destacou-se a formação do bloco dos países não alinhados, que recusavam comprometer-se tanto com a política norte-americana quanto com a política soviética. Em maio, respondendo à formação da Otan, nasceu o Pacto de Varsóvia, composto pelos países do bloco socialista. O restabelecimento das relações diplomáticas entre a URSS e a Alemanha Ocidental compartilhou a cena internacional com a deposição, por um movimento militar, do presidente Péron, na Argentina.

Café Filho em visita ao estado do Amazonas, março de 1955.
Arquivo Nacional



Posse de Carlos Coimbra da Luz
na presidência da República,
no Palácio do Catete. Rio de
Janeiro, novembro de 1955.
Arquivo Nacional



Carlos Coimbra da Luz

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Três Corações, estado de Minas Gerais, em 4 de agosto de 1894. Iniciou sua carreira política como vereador em Leopoldina, cidade da qual se tornou prefeito (1923-1932). Foi secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais (1932-1933), secretário do Interior do mesmo estado (1933-1935), deputado federal (1935-1937) pelo Partido Progressista de Minas Gerais (PP) e presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (1939-1946). Eleito deputado constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) em 1945, não chegou a tomar posse, pois foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1946). Substituído no ministério, reassumiu seu mandato, reelegendo-se deputado federal pelo PSD nas legislaturas seguintes (1947-1961). Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1961.

Período presidencial

De acordo com a Constituição de 1946, o presidente da Câmara dos Deputados exerceria a presidência da República na ausência do titular do cargo e de seu vice-presidente. Assim, na qualidade de presidente

da Câmara, Carlos Luz assumiu interinamente a presidência da República em 8 de novembro de 1955, como substituto legal de Café Filho, afastado da chefia do governo. Em 11 de novembro de 1955, em decorrência do movimento político-militar liderado pelo general Lott, ministro da Guerra, Carlos Luz foi deposto, sob a alegação de que estaria ligado a conspiradores que queriam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Refugiou-se no cruzador Tamandaré, de onde tentou organizar a resistência, mas, ainda em 11 de novembro, por decisão do Congresso Nacional, foi considerado impedido, e substituído no cargo por Nereu Ramos, presidente do Senado.

Carlos Luz, ao assinar o termo de posse na presidência da República. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1955. Arquivo Nacional



Golpe da legalidade depõe Carlos Luz.
Rio de Janeiro, novembro de 1955.
Arquivo Nacional





Posse de Nereu de Oliveira Ramos
na presidência da República, no
Palácio do Catete. Rio de Janeiro,
1955. Arquivo Nacional

Nereu de Oliveira Ramos

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Lajes, estado de Santa Catarina, em 3 de setembro de 1888. Foi deputado estadual (1911-1912; 1919-1921), fundador e primeiro presidente (1927-1932) do Partido Liberal Catarinense (PLC). Elegeu-se deputado federal pelo PLC em 1930, mas teve seu mandato cassado em virtude da revolução e do fechamento do Congresso. Deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934, foi eleito indiretamente governador de Santa Catarina (1935-1937). Com o golpe de 1937, foi nomeado interventor federal nesse estado, cargo que ocupou até o fim do Estado Novo, em 1945. Nesse mesmo ano, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) em Santa Catarina, legenda pela qual se elegeu senador constituinte. Findos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 19 de setembro de 1946, foi eleito indiretamente vice-presidente da República (1946-1951). Foi presidente do PSD (1947-1949), deputado federal por essa legenda e presidente da Câmara dos Deputados (1951-1955). Em outubro de 1954, foi eleito senador pelo PSD e, em 1955, tornou-se vice-presidente do Senado. Faleceu em desastre aéreo, ocorrido em Curitiba, em 16 de junho de 1958.

Período presidencial

Com a deposição de Carlos Luz, em 11 de novembro de 1955, Nereu Ramos assumiu a presidência da República, pois, como vice-presidente do Senado, era o seguinte na linha sucessória. Em 22 de novembro, com o afastamento definitivo de Café Filho, a quem Carlos Luz substituíra, a Câmara dos Deputados confirmou Nereu Ramos como presidente da República até a posse de Juscelino Kubitschek. Nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1956, exonerou-se em 1957 e retornou ao Senado.

O vice-presidente eleito João Goulart cumprimenta o presidente Nereu Ramos no Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1956. Arquivo Nacional



Nereu Ramos no Catete, em solenidade comemorativa do Dia da Bandeira. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1955. Arquivo Nacional



Juscelino Kubitschek toma posse
na presidência da República,
no Palácio do Catete. Rio de
Janeiro, 31 de janeiro de 1956.
Arquivo Nacional



Juscelino Kubitschek de Oliveira

Dados biográficos

Médico, nasceu na cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Foi chefe do Gabinete Civil do estado de Minas Gerais (1933-1934). Filiou-se ao Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, elegeu-se deputado federal em 1935, cargo que exerceu até o fechamento do Congresso, com o golpe de 1937. Foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), participou da criação do Partido Social Democrático (PSD) em Minas Gerais, elegeu-se deputado federal (1946-1950) e governador de Minas Gerais (1951-1955). Concorreu à presidência da República pela coligação PSD-PTB, tendo como vice João Goulart, e tomou posse em 31 de janeiro de 1956, após grave crise política. Com o fim de seu mandato, elegeu-se senador por Goiás (1962-1964). Após o golpe militar de 1964, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Exilado, retornou ao Brasil em 1967. Faleceu em acidente automobilístico na via Dutra, próximo a Resende, em 22 de agosto de 1976.

Período presidencial

Juscelino Kubitschek iniciou seu governo quando o país contava aproximadamente 60 milhões de habitantes. Sua gestão foi marcada

pelo Plano de Metas, cujo lema “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo” se traduziu, sobretudo, em crescimento industrial. Entre 1955 e 1961, a produção do setor cresceu 80%, destacando-se as indústrias do aço, mecânicas, elétricas e de comunicações, e de equipamentos de transportes. Entre 1957 e 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano. Esse processo, orientado pelo projeto nacional-desenvolvimentista, foi possibilitado pela existência de um amplo mercado interno, pela capacidade de produção de ferro e de aço e pela disposição externa de investimento. Além do incentivo à entrada de capitais externos, o governo voltou-se para as áreas de transporte e de energia, constituindo uma infraestrutura para a expansão do parque industrial.

O planejamento estatal setorizado, articulado em grupos de trabalho e grupos executivos ligados ao recém-criado Conselho de Desenvolvimento, revelou-se eficiente. Esses grupos eram voltados, respectivamente, para a aprovação de projetos de leis e decretos, e de projetos empresariais (como órgãos mistos, formados por técnicos do Estado e empresas privadas). O governo também orientou os investimentos segundo os estudos e projetos formulados pelos representantes da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

A política econômica dos anos JK obteve resultados expressivos na área da expansão industrial, mas gerou contradições, como o favorecimento à concentração de capital, com a entrada de empresas multinacionais no país, que deixou poucas oportunidades para o pequeno capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, verificou-se que o aumento de produtividade decorrente do aprimoramento tecnológico não foi transferido nem para os preços nem para os salários. Apesar disso, alguns aumentos salariais e o subsídio estatal ao petróleo e ao trigo buscavam atender as demandas sindicais. As importações, que visavam suprir a escassez interna de insumos, aprofundaram a dependência externa da economia brasileira, elevando o desequilíbrio financeiro e o déficit da balança de pagamentos, o que influenciou decisivamente

para o retorno do processo inflacionário, um dos maiores problemas enfrentados pelo presidente Kubitschek. Um plano de estabilização anti-inflacionário foi formulado pelo ministro da Fazenda, Lucas Lopes, e pelo diretor do BNDE, Roberto Campos, e submetido ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que deveria avalizar um crédito de 300 milhões de dólares proveniente dos Estados Unidos. Diante das exigências de ajuste da economia brasileira pelo FMI, o governo teve duas opções: levar adiante o Plano de Metas ou conter a economia interna, satisfazendo os credores externos e os defensores brasileiros do programa de estabilização. Foram muitas as pressões internas, gerando um debate que envolveu também os intelectuais nacionalistas e aqueles de tendência liberal, representados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Em junho de 1959, o presidente Kubitschek rompeu as negociações com o FMI.

No âmbito das relações internacionais, o governo apresentou aos Estados Unidos a proposta da Operação Pan-Americana, de promoção multilateral do desenvolvimento do continente com apoio norte-americano, que só posteriormente foi adotada, através da Aliança para o Progresso.

O período presidencial notabilizou-se, ainda, pela construção da nova capital federal, a cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Símbolo do desenvolvimento do país, a cidade foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa, tornando-se um exemplo da arquitetura moderna. Em 7 de dezembro de 1987, foi tombada pela Unesco e registrada como patrimônio histórico e cultural da humanidade.

O Brasil e o mundo

No ano de 1956 registraram-se, nos Estados Unidos, manifestações em protesto contra a entrada do primeiro estudante negro na Universidade do Alabama. Configurou-se também a emergência de movimentos nacionalistas na África, com a independência do Marrocos e da

Tunísia e a nacionalização do Canal de Suez pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Enquanto as últimas tropas francesas deixavam Saigon no mês de março, em abril, a URSS invadia a Hungria. O Brasil conquistou a medalha de ouro no salto triplo nas Olimpíadas de Melbourne, com Ademar Ferreira da Silva, e viu nascer a obra musical de Vinícius de Moraes e Antônio Carlos Jobim, em *Orfeu da Conceição*. Em outubro, foi anunciada uma nova vacina contra a poliomielite, por via oral, pelo doutor Albert Sabin.

Em 1957, foi criada a Comunidade Econômica Europeia. Em setembro do mesmo ano, uma nova legislação sobre os direitos civis dos negros foi aprovada nos Estados Unidos e, em novembro, foi criada no Brasil a Comissão Nacional de Energia Nuclear. A produção do Fusca no Brasil abriu o ano de 1958 e a Universidade de São Paulo instalou o primeiro reator nuclear da América Latina. Destacaram-se, ainda no mesmo ano, a proclamação da república em seis países no intervalo de cinco dias – Mali, Mauritânia, Senegal,

Após a posse, JK e Jango
repcionam as delegações
estrangeiras no Palácio do Catete.
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de
1956. Arquivo Nacional



Chade, Gabão e Congo – e a conquista da primeira Copa do Mundo pela Seleção Brasileira, na Suécia.

No primeiro dia de 1959, assistiu-se à vitória dos revolucionários cubanos liderados por Fidel Castro. Em maio, foi fundado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em junho, Cuba e Estados Unidos romperam relações diplomáticas, e foi estabelecido o acordo nuclear entre a URSS e a China. Em 17 de novembro, faleceu o compositor Heitor Villa-Lobos. Com a transferência da capital para Brasília, em abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro passou a constituir o estado da Guanabara. No mesmo ano, foi autorizada a venda no país da pílula anticoncepcional, enquanto o Censo demográfico contabilizava 70.070.457 habitantes. Em 23 de maio, agentes israelenses capturaram, na Argentina, o carrasco nazista Adolf Eichmann. Naquele ano, ainda, foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).



O presidente JK em visita a Brasília, 8 de dezembro de 1956. Arquivo Nacional

31.1.1956 - 31.1.1961

Palácio da Alvorada. Brasília, junho de 1958. Arquivo Nacional

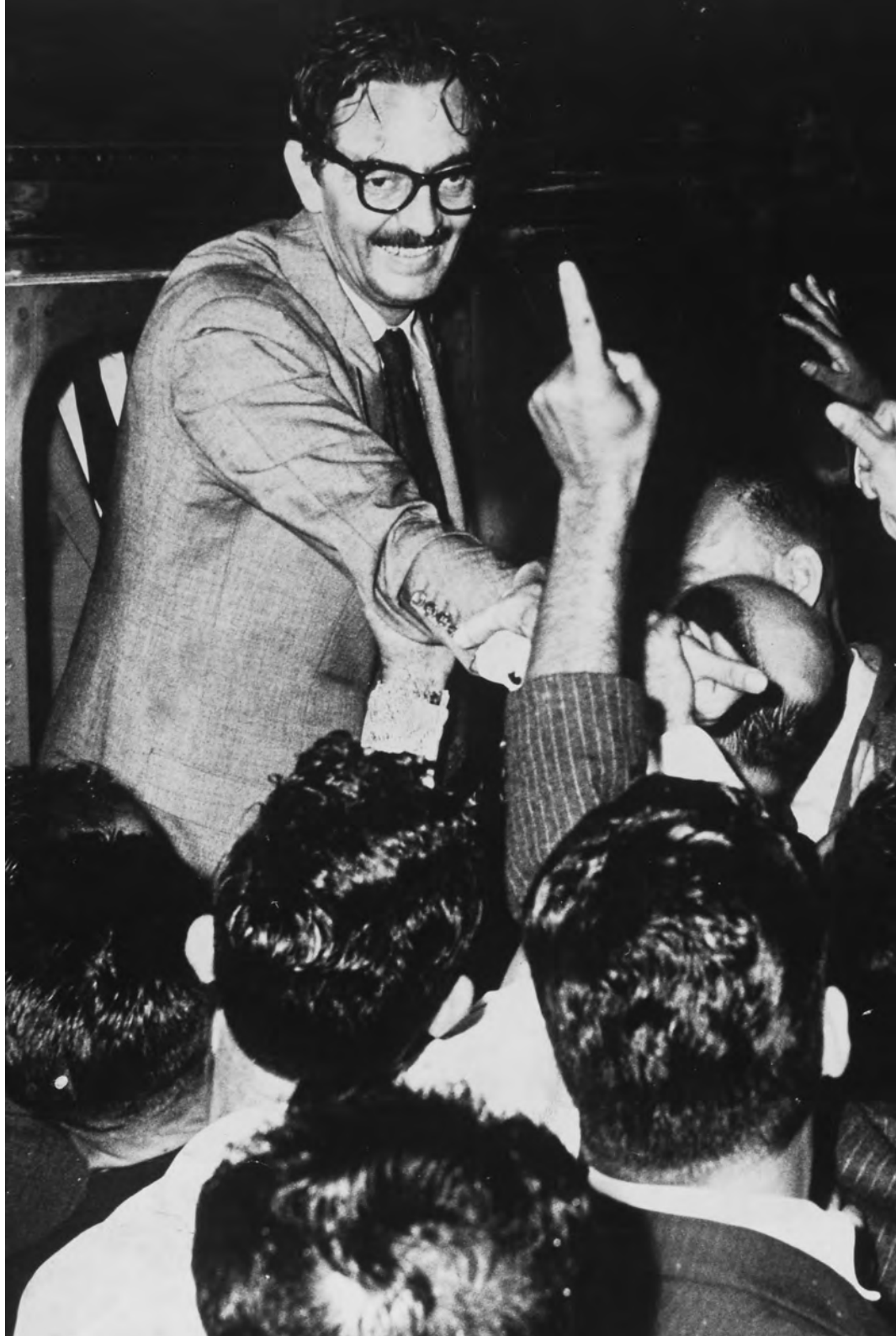


O presidente JK nas comemorações do Dia do Trabalho. Brasília, 1º de maio de 1959. Arquivo Nacional



O presidente Juscelino no Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1957.
Arquivo Nacional





Comício de Jânio Quadros, na
campanha presidencial. São Paulo,
junho de 1960. Arquivo Nacional

Jânio da Silva Quadros

Dados biográficos

Advogado, nasceu em Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, em 25 de janeiro de 1917. Transferiu-se com a família para São Paulo, onde iniciou sua carreira política. Foi vereador (1948-1950) pelo Partido Democrata Cristão (PDC), deputado estadual pela mesma legenda (1951-1953), prefeito de São Paulo (1953-1954) pelo PDC e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e governador desse estado (1955-1959). Elegeu-se deputado federal pelo estado do Paraná na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1958, mas não chegou a participar das sessões do Congresso. Foi eleito presidente da República, com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), tendo como vice o candidato da oposição João Goulart. Primeiro chefe de Estado a tomar posse em Brasília, em 31 de janeiro de 1961, renunciou ao cargo sete meses depois, abrindo uma grave crise política no país. Candidatou-se ao governo do estado de São Paulo em 1962, mas foi derrotado. Por ocasião do Golpe Militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Retornou à vida pública após a anistia, e, em 1982, candidatou-se, sem sucesso, ao governo de São Paulo. Em 1985, elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. Faleceu na cidade de São Paulo, em 16 de fevereiro de 1992.

Período presidencial

Jânio Quadros assumiu a presidência do país com cerca de 72 milhões de habitantes. Iniciou seu governo lançando um programa anti-inflacionário, que previa a reforma do sistema cambial, com a desvalorização do cruzeiro em 100% e a redução dos subsídios às importações de produtos como trigo e gasolina. Tratava-se de incentivar as exportações do país, equilibrando a balança de pagamentos. O plano foi aprovado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), credenciando o governo à renegociação da dívida externa brasileira. Internamente, essa política teve um alto custo para a população, implicando, por exemplo, a elevação dos preços do pão e dos transportes.

Em março, Jânio Quadros encaminhou o projeto da lei antitruste e de criação da Comissão Administrativa de Defesa Econômica, vinculada ao Ministério da Justiça, o que foi rejeitado pelo Congresso Nacional. No princípio de agosto, o presidente anunciou a criação da Comissão Nacional de Planejamento e a preparação do Primeiro Plano Quinquenal, que viria substituir o Plano de Metas estabelecido na administração de Juscelino Kubitschek.

A política externa “independente” implementada pelo governo indicava a tentativa de aproximação comercial e cultural com os diversos blocos do mundo pós-guerra, o que provocou a desconfiança de setores e grupos internos que defendiam o alinhamento automático com os Estados Unidos. Repercutiu negativamente, também, a condecoração, por Quadros, do ministro da Economia cubano Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

No âmbito interno, o governo experimentava, ainda, a ausência de uma base política de apoio: no Congresso Nacional dominavam o PTB e o PSB, ao mesmo tempo que Jânio Quadros afastara-se da UDN, enfrentando a oposição cerrada do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Esses são alguns dos principais fatores que teriam levado à renúncia do presidente, em 25 de agosto de

1961, consumada através de documento apresentado ao Congresso Nacional. Com o vice-presidente João Goulart em viagem à China, esse gesto abriu uma grave crise política, uma vez que a posse de Goulart era vetada por três ministros militares. A solução encontrada pelo Congresso, e aprovada em 2 de setembro de 1961, foi a instauração do regime parlamentarista, que garantiria o mandato de João Goulart até 31 de janeiro de 1966.



Posse de Jânio Quadros. Brasília, 31 de janeiro de 1961. Arquivo Nacional

O Brasil e o mundo

Durante o breve governo de Jânio Quadros, o mundo soube que a Terra era de um “azul muito claro”, palavras do cosmonauta russo Yuri Gagarin, primeiro homem a viajar no espaço. No mês de abril, o carrasco nazista Adolf Eichman foi condenado à força por um tribunal israelense, enquanto fracassava o ataque anticomunista apoiado pelo governo norte-americano à baía dos Porcos, em Cuba. Em agosto, foi erguido, pela Alemanha Oriental, o muro de Berlim. No Brasil, o presidente Jânio Quadros emitiu proibições contra o lança-perfume e o uso de biquínis nas praias do Rio de Janeiro.

Jânio Quadros a bordo do “Expresso da Vitória” distribuindo vassourinhas, símbolo de sua campanha presidencial. Rio Grande do Sul, 1960. Arquivo Nacional





Comício de Jânio Quadros em
Limoeiro. Ceará, junho de 1960.
Arquivo Nacional



Jânio Quadros condecora Ernesto
Che Guevara. Brasília, 21 de agosto
de 1961. Arquivo Nacional



Pascoal Ranieri Mazzilli

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de Caconde, estado de São Paulo, em 27 de abril de 1910. Foi diretor do Tesouro Público Nacional (1942), secretário-geral de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal (1946), diretor da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (1947) e do banco da Prefeitura do Distrito Federal (1948). Eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo (1951-1966), foi presidente da Câmara dos Deputados (1959-1965) e, nessa condição, assumiu por diversas vezes a presidência da República, em especial em 1961 e 1964. Com a extinção dos partidos políticos e a instalação do bipartidarismo pelo ato institucional n. 2 (1965), ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e candidatou-se, sem sucesso, a uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1966. Faleceu em São Paulo, em 21 de abril de 1975.

Período presidencial

Na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, conforme previa a Constituição vigente, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência da República em 25 de agosto de 1961, em virtude da renúncia de

25.8.1961 - 7.9.1961

Jânio Quadros e da ausência do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em missão na China. Na ocasião, os ministros militares do governo Jânio – general Odílio Denys, da Guerra; brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica; e almirante Sílvio Heck, da Marinha – formaram uma junta militar que tentou impedir, sem sucesso, a posse de João Goulart, abrindo-se uma grave crise político-militar no país. A solução para o impasse foi a aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, de uma emenda à Carta de 1946, instaurando o regime parlamentarista de governo. João Goulart assumiu, então, a presidência, em 7 de setembro de 1961.

Estudantes da Escola Nacional de Engenharia instalam uma “rádio legalidade” no terraço da escola, no largo de S. Francisco. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1961.
Arquivo Nacional



Polícia dispersa manifestantes pró-
-legalidade na Cinelândia. Rio de
Janeiro, 30 de agosto de 1961.
Arquivo Nacional





João Belchior Marques Goulart

Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1918. Iniciou sua atividade política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido fundador desta agremiação em São Borja (1946) e presidente do diretório do Rio Grande do Sul (1950-1954). Elegeu-se deputado estadual (1946-1950) e deputado federal (1951), licenciando-se do mandato para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1951-1952). Foi deputado federal pelo PTB-RS (1952-1953), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas (1953-1954) e presidente nacional do PTB (1952-1964). Candidatou-se ao Senado em 1954, mas foi derrotado. Foi vice-presidente da República no governo Juscelino Kubitschek e, por força de dispositivo constitucional, presidente do Senado (1956-1961). Em 1960 reeleveu-se vice-presidente, na chapa de oposição ao candidato udenista Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart, ou Jango, como era conhecido, foi empossado na presidência da República, em 7 de setembro, após a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que instaurou o regime parlamentarista de governo. Em janeiro de

1963, com a realização do plebiscito que decidiu pela volta do regime presidencialista, Goulart assumiu plenamente os poderes de presidente. Deposto pelo Golpe Militar de 1964, exilou-se no Uruguai. Faleceu no exílio, no município argentino de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.

Período presidencial

O presidente João Goulart assumiu a presidência do país sob regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves. O primeiro gabinete parlamentarista foi formado no dia 8 de setembro de 1961 e reunia representantes da maior parte dos partidos políticos. Durante esse período, formaram-se ainda os gabinetes Francisco de Paula Brochado da Rocha e Hermes Lima. Em 6 de janeiro de 1963, em plebiscito antecipado, 11.500.000 dos 18 milhões de eleitores compareceram à votação, confirmando a opção pelo presidencialismo por larga margem de votos. Formou-se, então, um novo ministério.

João Goulart manteve uma política externa independente perante a polarização mundial: em 23 de novembro de 1961, reatou relações diplomáticas com a URSS, rompidas no governo Dutra; manifestou-se contrário às sanções impostas ao governo cubano e recusou-se a apoiar a invasão a Cuba, proposta pelo presidente Kennedy. Ao mesmo tempo, tornou explícita sua crítica ao regime político cubano e atuou, a pedido dos Estados Unidos, como mediador junto a Havana, externando a preocupação brasileira com a instalação de mísseis soviéticos na ilha. Em dezembro de 1962, destacou-se a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste) e o decreto que estabeleceu medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), organização nascida com o Tratado de Montevideu em 1960.

Ainda em dezembro de 1962, foi divulgado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Elaborado por Celso Furtado, futuro ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento

Econômico, o plano seria adotado e conduzido pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Seu principal objetivo era a contenção da inflação aliada ao crescimento real da economia, prevendo também as chamadas reformas de base, já anunciadas no regime parlamentarista e que incidiam sobre as estruturas agrária, bancária, fiscal, entre outras. Durante esses anos de governo, as reformas e os reajustes salariais e a estabilização da economia, com o controle da inflação, foram os dois polos de conflito da política econômica e da tentativa de implementação do Plano Trienal. Às pressões externas, do governo americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), condicionando os empréstimos externos à adoção de medidas restritivas ao crescimento, correspondiam as reivindicações populares e dos setores da esquerda brasileira.

Em 1963, o ministro San Tiago Dantas visitou Washington e discutiu um plano de ajuda para o Brasil e a renegociação da dívida externa. O resultado foi o empréstimo de 398 milhões de dólares, com a imediata liberação de 84 milhões, ficando o restante vinculado à realização das reformas econômicas exigidas. A falência do Plano Trienal, evidenciada com os altos índices inflacionários, levou ao anúncio de mais um plano de estabilização e combate à inflação, em outubro de 1963, quando o Banco do Brasil foi autorizado a emitir letras para captação de recursos internos. Em dezembro do mesmo ano, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais, a obrigatoriedade das empresas com mais de cem empregados proporcionarem ensino gratuito, e o 13º salário para o funcionalismo público, instituindo, ainda, a escala móvel para o reajuste dos vencimentos. Outros atos importantes nesse mês foram a revisão de todas as concessões governamentais das jazidas minerais, assim como o cancelamento das concessões não exploradas no curso dos vinte anos anteriores. O governo também taxou os óleos lubrificantes vendidos por empresas estrangeiras e outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo. A reforma fiscal empreendida nesse período teve como objetivo deter a alta dos preços.

Em 1964, em meio às tensões sociais e à pressão externa, precipitaram-se os acontecimentos. Em 13 de março, o presidente discursou na Central do Brasil para 150 mil pessoas, anunciando reformas como a encampação de refinarias particulares de petróleo. Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entre outras entidades. A marcha tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra a política desenvolvida pelo governo de Jango, que conduziria, de acordo com seus opositores, à implantação do comunismo no Brasil. Em 25 de março, ocorreu a Revolta dos Marinheiros, quando marinheiros e fuzileiros navais contrariaram ordens do ministro da Marinha e foram, posteriormente, anistiados por Goulart, acirrando as tensões entre seu governo e os setores militares. No dia 30 de março, o presidente compareceu a uma reunião de sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das forças armadas. Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. A despeito de algumas tentativas de resistência, o presidente Goulart reconheceu a impossibilidade de oposição ao movimento militar que o destituiu. O novo governo foi reconhecido pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, poucas horas após tomar o poder.

O Brasil e o mundo

Em 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba, enquanto Fidel Castro anunciava seu alinhamento com o bloco socialista. No Brasil, empresários fundaram, em novembro daquele ano, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), que se tornaria um centro de oposição ao governo Goulart. No ano seguinte, a Seleção Brasileira conquistou o bicampeonato mundial de futebol e o filme *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, recebeu a Palma de Ouro no

Festival de Cannes, na França. Em agosto de 1962, o território do Acre foi elevado à condição de estado. Em 1963, uma multidão assistiu ao assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, em Dallas, Estados Unidos. Ainda em 1963, chegou às telas o filme *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no romance homônimo de Graciliano Ramos, e Paulo Freire desenvolveu no Nordeste o método de alfabetização em massa que o notabilizou como educador.



O presidente João Goulart no Rio Grande do Sul, novembro de 1961. Arquivo Nacional

7.9.1961 - 31.3.1964

Os presidentes John Kennedy e
João Goulart. Estados Unidos,
14 de outubro de 1962.
Arquivo Nacional



Comício na Central do Brasil.
Rio de Janeiro, 13 de março
de 1964. Arquivo Nacional



Reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, após a prisão de seus diretores e a eclosão da Revolta dos Marinheiros. Rio de Janeiro, 26 de março de 1964. Arquivo Nacional





Pascoal Ranieri Mazzilli

Período presidencial

Em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu, mais uma vez, a presidência da República, por ocasião do golpe político-militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar disso, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, autodenominada Comando Supremo da Revolução, composta pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grünewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O regime instaurado com o Golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção.

No dia 9 de abril, o Comando Supremo baixou o ato institucional n. 1 (AI-1). Redigido pelo jurista Francisco Campos, o ato estabelecia: eleições indiretas para presidente da República; suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos; suspensão da imunidade parlamentar e cassação de mandatos eletivos; suspensão dos direitos políticos por dez anos; fortalecimento do poder do presidente da República, que poderia apresentar projetos de lei e emendas

constitucionais que deveriam ser votadas em trinta dias, do contrário seriam aprovadas por decurso de prazo; e decretação do estado de sítio sem aprovação parlamentar.

Após o golpe, iniciaram-se as perseguições políticas, com a queima do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), o empastelamento da sede do jornal *Última Hora*, que apoiava João Goulart, e a intervenção em sindicatos e federações de trabalhadores. Ainda no mês de abril, soldados invadiram a Universidade de Brasília, prendendo professores e alunos, e foi decretada a intervenção na universidade; cerca de cem pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-1; oficiais militares foram transferidos para a reserva; e efetuaram-se novas cassações de civis e militares. No mesmo mês, instaurou-se o Inquérito Policial Militar (IPM), que possibilitava a perseguição aos adversários do regime.

Obedecendo ao calendário eleitoral estipulado pelo AI-1, no dia 11 de abril, o Congresso elegeu o marechal Castelo Branco como presidente da República e José Maria Alkmin, do Partido Social Democrático (PSD), como vice-presidente. Em 15 de abril de 1964, com a posse de Castelo Branco, iniciou-se uma longa sucessão de governos militares no país.

Ao centro, o presidente Mazzilli.
Brasília, 4 de abril de 1964.
Arquivo Nacional





Humberto de Alencar Castelo Branco marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, em 20 de setembro de 1897. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola de Aviação Militar. Integrou a Seção de Planejamento e Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Foi subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), comandante da Escola de Estado-Maior e diretor do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Promovido a general-de-exército (1962), foi nomeado comandante do IV Exército, em Recife (1962-1963), e designado chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964). Foi um dos principais articuladores do Golpe Militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de abril de 1964. Faleceu no Ceará, em 18 de julho de 1967, em acidente aéreo.

Período presidencial

O governo de Castelo Branco foi marcado pela criação de um aparato legal que procurou legitimar o progressivo endurecimento do regime. As sucessivas manifestações de oposição ao governo resultaram em intervenção em sindicatos, extinção de entidades de representação estudantis, invasão de universidades, detenções e prisões indiscriminadas. Para muitos, a saída foi o exílio. Uma das primeiras medidas do governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passaria a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos.

Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão encarregado das atividades de informação e contra-informação no interesse da segurança nacional. Em julho, foi aprovada a emenda constitucional n. 9, que prorrogou o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. Mantida a eleição direta para governador de estado em 3 de outubro de 1965, a oposição venceu na Guanabara e Minas Gerais, provocando uma reação do governo.

Novos atos institucionais foram promulgados, ampliando os poderes do Executivo: o AI-2, em 27 de outubro de 1965, que instituiu eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República, a extinção dos partidos políticos e o julgamento de civis por tribunais militares; o ato complementar n. 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965, que estabeleceu novas regras para a reorganização partidária e impôs a formação de somente duas agremiações, que foram organizadas no prazo previsto, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição; o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que determinava eleições indiretas para o governo dos estados e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores; e o AI-4, de 7 de dezembro de 1966, que convocava o Congresso Nacional para votar a nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967.

Na área econômica, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), com o objetivo de conter a inflação, retomar o crescimento econômico e normalizar o crédito. Em 1964, destacaram-se a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de promover a construção e a aquisição de moradias pelas classes de menor renda. Em setembro de 1966, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a estabilidade do trabalhador no emprego, e em novembro, unificou os institutos de aposentadoria e pensões, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em janeiro de 1967, entrou em vigor a nova Constituição federal, que seria duramente criticada nos meios políticos e praticamente derrogada, em dezembro de 1968, pelo ato institucional n. 5. Em fevereiro de 1967, foi baixado o decreto que autorizou a entrada em circulação do cruzeiro novo, a nova unidade monetária e, em março, entraram em vigor duas importantes leis que definiram os limites do novo regime: a Lei de Imprensa, que restringia a liberdade de expressão, e a Lei de Segurança Nacional, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

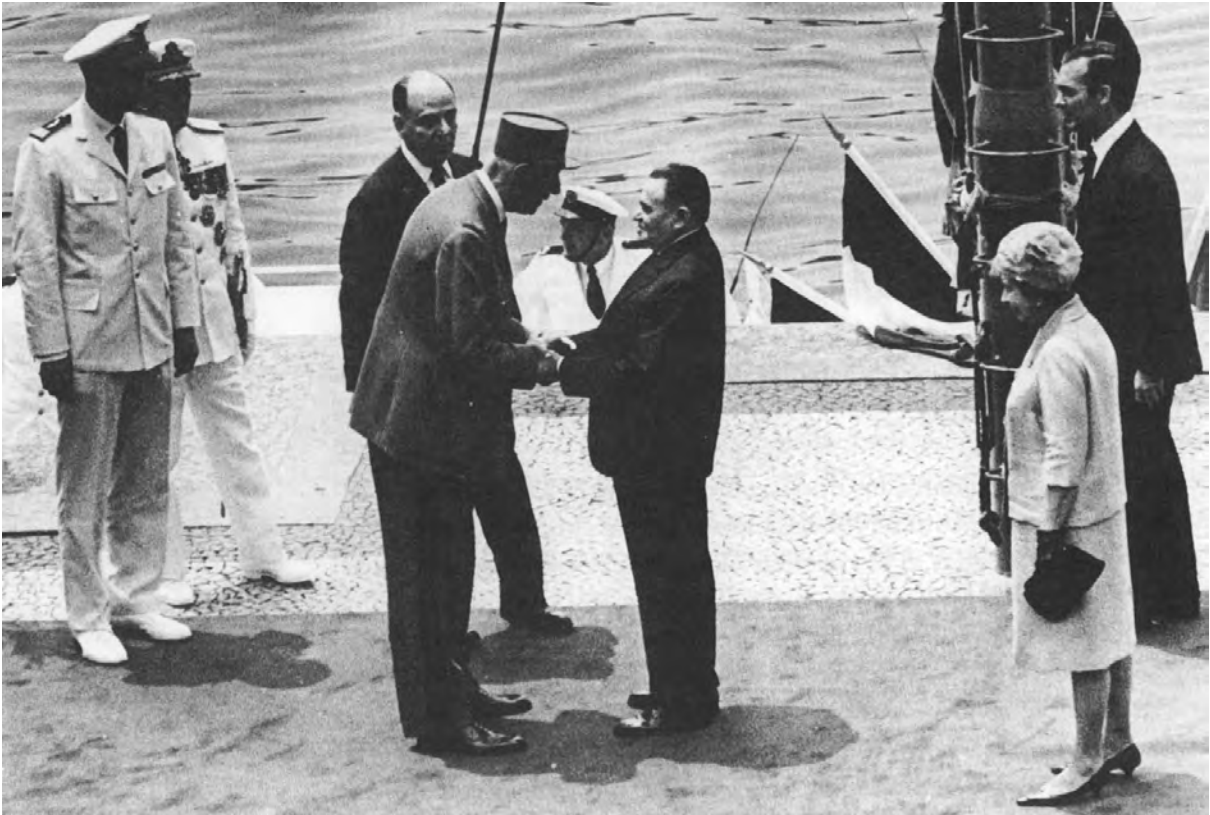
O Brasil e o mundo

O ano de 1964 foi marcado, nos Estados Unidos, pela premiação de Martin Luther King com o Nobel da Paz; a inglesa Mary Quant lançou a minissaia e os Beatles, o seu primeiro filme; no Brasil, era inaugurado o Aterro do Flamengo e estreava o show *Opinião*. Em 1965, os conflitos raciais intensificaram-se nos Estados Unidos, especialmente em Los Angeles; Malcom X e o reverendo James Reeb foram assassinados. Houve o primeiro bombardeio americano ao Vietnã do Norte e manifestações estudantis contrárias, em Washington. Na corrida espacial, a União Soviética lançou a *Voskhod II* e os Estados Unidos a *Gemini IV*. Uma força interamericana invadiu a

15.4.1964 - 15.3.1967

República Dominicana e sufocou um levante popular. No Brasil, era fundada a Rede Globo de Televisão; intelectuais foram presos durante conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi lançada a *Revista Civilização Brasileira*. Na China, em 1966, Mao Tsé-Tung dava início à Revolução Cultural. No Brasil, realizavam-se os festivais de música popular pela TV Excelsior e TV Record, onde foi

Castelo Branco recebe o presidente francês Charles De Gaulle no cais do Arsenal de Marinha. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1964.
Arquivo Nacional



lançado o programa *Jovem guarda*; foi fundado o Teatro Casa Grande e a Seleção Brasileira eliminada da Copa do Mundo na Inglaterra. No início de 1967, três astronautas americanos da *Apollo I* morreram em exercício na plataforma de lançamento de Cabo Kennedy e, no Brasil, o escritor brasileiro Antônio Callado lançou *Quarup*.

O presidente Castelo Branco
com os operários da Cidade
Universitária. Rio de Janeiro, março
de 1965. Arquivo Nacional





Artur da Costa e Silva

marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade de Taquari, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1899. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Integrou o movimento tenentista (1922), tendo sido preso e anistiado. Em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a revolução constitucionalista de São Paulo. Foi adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina (1950-1952). Promovido a general-de-divisão (1961), assumiu o comando do IV Exército, em Recife (1961-1962). Foi um dos principais articuladores do Golpe Militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e integrou o Comando Supremo da Revolução, ao lado do brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. Ministro da Guerra durante o governo Castelo Branco (1964-1966), desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se às eleições indiretas na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda a bancada do

MDB, partido oposicionista. Em 15 de março de 1967, foi empossado na presidência, e em agosto de 1969, afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969.

Período presidencial

Os dois primeiros anos do governo Costa e Silva foram de intensa atividade política, pois crescia o movimento de oposição ao regime militar. O Partido Comunista Brasileiro, reunido em seu VI Congresso, condenou a opção pela luta armada como forma de combate ao governo, dando origem a várias dissidências na esquerda brasileira. Em 1967, foi descoberto o foco de guerrilha rural na serra de Caparaó, Minas Gerais.

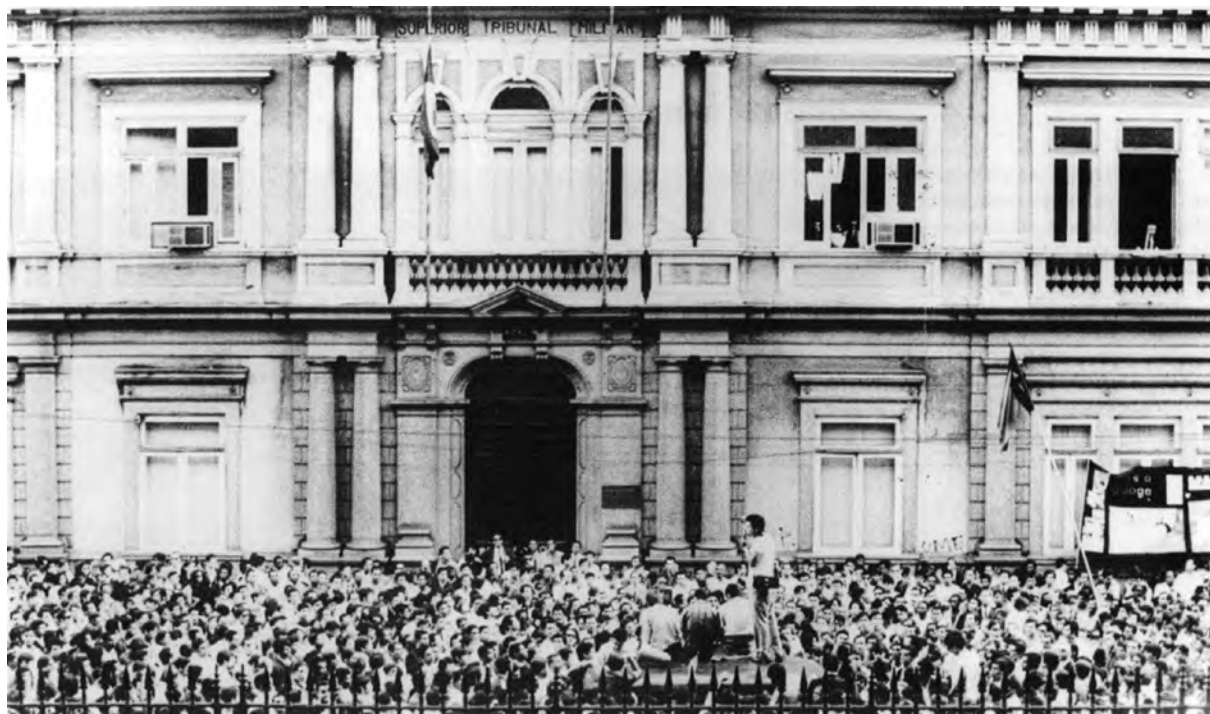
Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter oposicionista, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte. O ano de 1968 foi marcado pela intensificação dos protestos e a imediata reação do governo. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham ao projeto de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. Em resposta, houve uma greve estudantil nacional, comícios e manifestações urbanas com a participação de amplos setores da sociedade, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro. O ambiente político tornou-se ainda mais tenso, e em abril o governo proibiu a Frente Ampla, tornando ilegal suas reuniões, manifestações e publicações.

No movimento trabalhista ocorreram duas importantes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP), com a intervenção do governo no sindicato dos metalúrgicos desta cidade. Em outubro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou um congresso clandestino em Ibiúna

(SP), que, descoberto, resultou na prisão dos líderes estudantis. Ocorreram as primeiras ações da guerrilha urbana em São Paulo, com a explosão de uma bomba no consulado americano, o assalto a um trem pagador em Jundiaí e o roubo de armas do hospital militar do Cambuci.

Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, discursou na Câmara dos Deputados, responsabilizando os militares pelas violências praticadas contra os estudantes. Seu pronunciamento foi considerado ofensivo às forças armadas e resultou no pedido de cassação de seu mandato pelo governo, negado pela Câmara dos Deputados em 13 de dezembro de 1968. A derrota do governo no episódio Moreira Alves e a intensificação das manifestações contra o regime militar levaram à promulgação, ainda em 13 de

Manifestação estudantil em
frente ao Superior
Tribunal Militar. Rio de
Janeiro, 4 de julho de
1968. Arquivo Nacional



dezembro, do ato institucional n. 5 (AI-5), que ampliou os poderes presidenciais, possibilitando: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, a intervenção federal em estados e municípios, a demissão e aposentadoria de funcionários públicos, entre outras medidas. O fechamento do Congresso foi acompanhado pela cassação de diversos parlamentares.

Na área econômica, o período foi de crescimento, conciliando expansão industrial, facilidade de crédito, política salarial contencionista e controle da inflação em torno de 23% ao ano. No campo administrativo, o governo criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e transformou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Fundação Nacional do Índio (Funai). Foram criadas ainda a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

O Brasil e o mundo

No ano de 1967, árabes e israelenses iniciaram a Guerra dos Seis Dias; Che Guevara foi morto na Bolívia, onde comandava a guerrilha contra o governo Barrientos; o governo americano intensificou a ajuda militar aos sul-vietnamitas; foi realizado o primeiro transplante de coração, na África do Sul; o rei grego Constantino foi deposto por golpe militar; Glauber Rocha lançou o filme *Terra em transe* e Plínio Marcos estreou duas peças teatrais: *Dois perdidos numa noite suja* e *Navalha na carne*.

Em 1968, o mundo foi varrido por uma intensa mobilização popular e uma onda de manifestações que questionavam a ordem política vigente. Nos Estados Unidos, Martin Luther King e Robert Kennedy foram assassinados; estudantes franceses iniciaram uma rebelião que foi acompanhada por milhões de trabalhadores; em Portugal, Oliveira Salazar, afastado do governo por questões de saúde, foi substituído por Marcelo Caetano; um golpe militar depôs o presidente peruano

Belaúnde Terry; tanques soviéticos invadiram a Tchecoslováquia, sufocando o processo de reformas conhecido como “Primavera de Praga”. No Brasil, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) depredou o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, e agrediu o elenco da peça *Roda viva*; foi lançada a revista *Veja* e um novo filme de Glauber Rocha, *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*.

Em 1969, Yasser Arafat tornou-se o líder da OLP; o presidente De Gaulle renunciou na França, sendo substituído por Georges Pompidou; o presidente Nixon iniciou a retirada dos soldados americanos do Vietnã; o Festival de Woodstock reuniu cerca de 500 mil jovens; Neil Armstrong, astronauta americano da *Apollo XI*, pisou pela primeira vez na Lua; católicos e protestantes entram em choque na Irlanda do Norte; fracassou a tentativa de golpe no Chile; e, na Líbia, o coronel Khadafi derrubou a monarquia. No Brasil, o capitão do Exército Carlos Lamarca desertava para integrar a organização de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi lançado o semanário *O Pasquim* e o musical *Hair* estreava.



Costa e Silva em solenidade comemorativa do Dia da Vitória, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo Nacional



Os ministros militares Aurélio de Lira Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica. Brasília, 24 de outubro de 1969. Arquivo Nacional

Junta militar

Em 30 de agosto de 1969, Artur da Costa e Silva foi afastado da presidência da República, em virtude de uma trombose cerebral. Como o Alto Comando das Forças Armadas temesse a reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais em vigor, foi editado em 31 de agosto o ato institucional n. 12 (AI-12), que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, sucessor natural de Costa e Silva, e dava posse à junta militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica.

O Congresso manteve-se fechado e a situação política foi agravada com o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick por militantes das organizações clandestinas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1969. As condições impostas pelos sequestradores para libertar o embaixador foram aceitas pelo governo e 15 presos políticos, libertados e conduzidos para o México. O governo intensificou as medidas repressivas e editou o AI-13 e o AI-14. O primeiro ato estabeleceu a pena de banimento em caso de ameaça à segurança do Estado, e o segundo instituiu a pena de morte e a prisão perpétua para os casos de guerra revolucionária ou subversiva.

Em outubro, a junta editou o AI-16, que declarava extinto o mandato do presidente Costa e Silva e de seu vice Pedro Aleixo, estabelecendo, ainda, um calendário para a nova eleição presidencial. O AI-17 transferiu para a reserva os militares considerados ameaçadores à coesão das forças armadas, o que foi interpretado como um golpe naqueles que resistiam à indicação do general Emílio Garrastazu Médici à presidência da República. A junta editou também a emenda constitucional n. 1, que incorporava à Carta de 1967 o AI-5 e os atos que lhe sucederam, organizando assim todo o aparato repressivo e punitivo do Estado, e acirrando o embate entre o governo e os movimentos de esquerda. Em 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto para eleger os novos presidente e vice-presidente, Garrastazu Médici e Rademaker Grünewald, respectivamente.

Dados biográficos

Augusto Hamann Rademaker Grünewald, almirante. Militar, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1905. Participou do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart. Integrou, ao lado do general Costa e Silva e do brigadeiro Correia de Melo, a junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução que, juntamente com o presidente interino Ranieri Mazzili, governou o país até a posse de Castelo Branco. Foi ministro da Marinha e da Viação e Obras Públicas, nos primeiros dias do governo de Castelo Branco. Com a posse de Costa e Silva na presidência da República, reassumiu o cargo de ministro da Marinha (1967-1969). Através de eleição indireta, em 30 de outubro de 1969 passou a exercer o cargo de vice-presidente da República no governo de Emílio Garrastazu Médici. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1985.

Márcio de Sousa e Melo, brigadeiro. Militar, nasceu na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, em 26 de maio de 1906. Foi adido militar em Buenos Aires e em Montevidéu. Nomeado ministro da Aeronáutica em 1964, permaneceu apenas 22 dias no cargo,

exonerando-se por divergências com o presidente Castelo Branco. Foi novamente ministro da Aeronáutica durante os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, exonerando-se do cargo em 26 de novembro de 1971. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1991.

Aurélio de Lira Tavares, general. Militar, nasceu na cidade de Paraíba, atual João Pessoa, no estado da Paraíba, em 7 de novembro de 1905. Serviu no Estado-Maior do Exército (1943), tendo sido encarregado de organizar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Durante o governo Castelo Branco, foi comandante do IV Exército; em 1966, passou a comandar a Escola Superior de Guerra (ESG) e, durante o governo Costa e Silva, assumiu o Ministério do Exército (1967-1969). Em abril de 1970, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e, em junho, foi nomeado embaixador do Brasil na França, cargo que ocupou até dezembro de 1974. Faleceu em 18 de novembro de 1998.



Rua Euclides Figueiredo, em Botafogo, onde foi encontrado o carro do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por militantes das organizações clandestinas ALN e MR-8. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1969. Arquivo Nacional



Emílio Garrastazu Médici

general

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tenente do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, apoiou o Golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Nomeado adido militar em Washington, exerceu também a função de delegado brasileiro na Junta Interamericana de Defesa Brasil-Estados Unidos. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 30 de outubro de 1969. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1985.

Período presidencial

Com a posse do presidente Médici, entrou em vigor a emenda constitucional n. 1, que se denominou “Constituição da República Federativa do Brasil” e incorporou as medidas de exceção previstas no ato institucional n. 5 (AI-5). O período foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e pelas denúncias de tortura aos presos políticos. A esquerda intensificou sua ação, com várias organizações optando pela luta armada. Durante o governo Médici, foram combatidos dois focos de guerrilha rural: Ribeira, em São Paulo, e Araguaia, no Pará. Verificou-se também a intensificação da guerrilha urbana, com assaltos a bancos, sequestro de aviões e de diplomatas estrangeiros. Em resposta à radicalização das organizações armadas de esquerda, o governo transferiu o comando das operações repressivas para a recém-criada Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, que passou a se chamar Comando de Operações de Defesa Interna (Codi) e coordenava as atividades dos Departamentos de Operações e Informações (DOIs). O aparato repressivo do governo contava, ainda, com os centros de informação das forças armadas: o Ciex, do Exército, o Cenimar, da Marinha, e o Cisa, da Aeronáutica. Nesse período, assistiu-se à desestruturação das organizações de esquerda, com a prisão, exílio ou morte de seus principais líderes.

Na área econômica, numa conjuntura internacional favorável, observou-se o chamado “milagre brasileiro”, que consistiu na grande expansão da economia brasileira, expressa no vertiginoso crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na expansão da indústria, do emprego e do mercado interno. Em outubro de 1970, o Brasil obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o maior empréstimo até então concedido a um país da América Latina. Ainda em 1970, ampliou-se o limite do mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançado oficialmente o

Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, que coordenava cerca de duzentos projetos tidos como prioritários para a política de desenvolvimento. Foi institucionalizado o Projeto Rondon, decretado o Estatuto do Índio e lançado o Plano de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho.

Em 1972, foi inaugurada a refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo, a maior do país e, em 1973, o Brasil assinou dois importantes acordos: com a Bolívia, para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, e com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. No ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira, e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói.

O Brasil e o mundo

O final do ano de 1969 foi marcado pela morte do líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), o ex-deputado federal Carlos Marighela, em São Paulo. Em 1970, a minoria branca declarou a independência da Rodésia; os Beatles anunciaram o fim do grupo; o Chile elegeu seu novo presidente, Salvador Allende; 43 países assinaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; e a Seleção Brasileira de futebol tornou-se tricampeã na Copa do Mundo realizada no México, trazendo definitivamente para o país a Taça Jules Rimet.

Em 1971, a Organização das Nações Unidas expulsou Taiwan, reconhecendo a República Popular da China; Líbia, Egito e Síria formaram a Federação das Repúblicas Árabes; o governo chileno nacionalizou os bancos privados e as empresas estrangeiras que exploravam o cobre. No Brasil, Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia; no cinema, surgiu o gênero pornochanchada e, na literatura, Érico Veríssimo lançava *Incidente em Antares*.

Em 1972, os presidentes do Equador, José María Velasco Ibarra, e de Honduras, Ramón Ernes Cruz, foram depostos; Juan Domingo Perón

retornou à Argentina, depois de 17 anos no exílio; Richard Nixon visitou a China, cujas relações diplomáticas com os EUA estavam rompidas desde 1949. Ainda em 1972, o mundo ficou abalado com dois graves acontecimentos: o uso de bombas de napalm contra os vietcongues e a ação terrorista da organização Setembro Negro contra a delegação israelense nas Olimpíadas de Munique. No Brasil, era lançado mais um semanário de oposição, o *Opinião*; estreava a primeira novela em cores, *O bem amado*, de Dias Gomes, na TV Globo; e morria a atriz Leila Diniz, em acidente de aviação. Em 1973, encerrou-se oficialmente a guerra do Vietnã, mas o cessar-fogo não foi obedecido; o presidente chileno Salvador Allende foi morto durante golpe militar; a Argentina elegeu Perón e Isabelita, sua esposa, presidente e vice-presidente da República; árabes e israelenses iniciaram a guerra do Yom Kippur; na Grécia, Papadopoulos proclamou a República, mas foi derrubado por

Cena do filme *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade, 1971.
Arquivo Nacional





Ernesto Geisel

general

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1908. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947), adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai (1947-1950), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952), subchefe do Gabinete Militar no governo Café Filho (1955), chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (1957-1961), cargo que acumulou com o de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo, e chefe do Gabinete Militar do presidente Ranieri Mazzilli (1961). Participou do movimento político-militar que originou o Golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco (1964-1967). Promovido a general-de-exército em 1966, foi ministro do Supremo Tribunal Militar

(1967-1969) e presidente da Petrobras (1969-1973). Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1974. Em junho de 1980, tornou-se presidente da Norquisa-Nordeste e, nessa qualidade, do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996.

Período presidencial

O governo Geisel foi marcado, desde seu início, pelo processo denominado pelo próprio presidente como de *distensão lenta, gradual e segura*, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela ESG, foi mantido durante seu governo, caracterizado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança implantados após o Golpe Militar de 1964.

Em 1974, o governo permitiu a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5, e os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início do mesmo ano, havia expirado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e, em 1975, teve fim a censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo*, medida estendida mais tarde a outros órgãos da imprensa.

As iniciativas liberalizantes não evitaram, entretanto, os recuos autoritários do governo, registrando-se, durante todo o período Geisel, a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a utilização, em diversas ocasiões, do AI-5. A morte por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog, ainda em 1975, nas dependências do Doi-Codi de São Paulo, resultou em manifestações políticas contra o governo e evidenciou a existência de divergências com os setores militares contestadores da política de distensão. No

ano seguinte, a morte do operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local e nas mesmas condições, levaria à exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, e ao confronto entre o governo e os militares que se opunham ao processo de abertura do regime. As relações entre a Igreja e o governo acirraram-se, em 1976, com o sequestro do bispo de Nova Iguaçu (RJ), dom Adriano Hipólito, e o assassinato do padre João Bosco Burnier, em Mato Grosso, ambos envolvidos na formação de comunidades eclesiais de base e em movimentos populares.

Ainda em 1976, foi elaborada a Lei Falcão, que alterou a propaganda eleitoral, impedindo o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão. Em 1977, o Congresso Nacional foi fechado por 14 dias, em virtude da não aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário encaminhada pelo governo. Para assegurar a maioria governista no Legislativo, instituiu-se, em seguida, o chamado “pacote de abril”, que incluía uma série de medidas, entre as quais a manutenção de eleição indireta para governadores; a eleição indireta de um terço dos membros do Senado, que resultaria na criação da figura do “senador biônico”; a ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos.

Em outubro do mesmo ano, foi demitido o ministro do Exército, general Sílvio Frota, cuja candidatura à sucessão presidencial era articulada por setores militares identificados com a chamada linha-dura. Registrou-se, em maio de 1978, a primeira greve de operários metalúrgicos desde 1964, em São Bernardo do Campo, salientando-se, na ocasião, a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato da categoria.

Desde o início do governo Geisel, imprimiu-se nova orientação à política externa brasileira, substituindo-se o alinhamento automático com os Estados Unidos, privilegiado nos períodos anteriores, pela ampliação de relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer

o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, entre outras iniciativas.

No que se refere à política econômica, as principais metas do governo Geisel foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que priorizava os investimentos no setor energético e em indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país, e de reduzir o capital estrangeiro em setores considerados infraestruturais. Nesse sentido, foi lançado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha. O plano econômico do governo ressentiu-se, entretanto, do impacto da crise do petróleo, do aumento da dívida externa e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Nesse contexto, uma das medidas defendidas pelo governo, em outubro de 1975, foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país. Em 1978, no final do governo Geisel, os principais problemas da economia continuavam sendo o crescimento da taxa de inflação e da dívida externa.

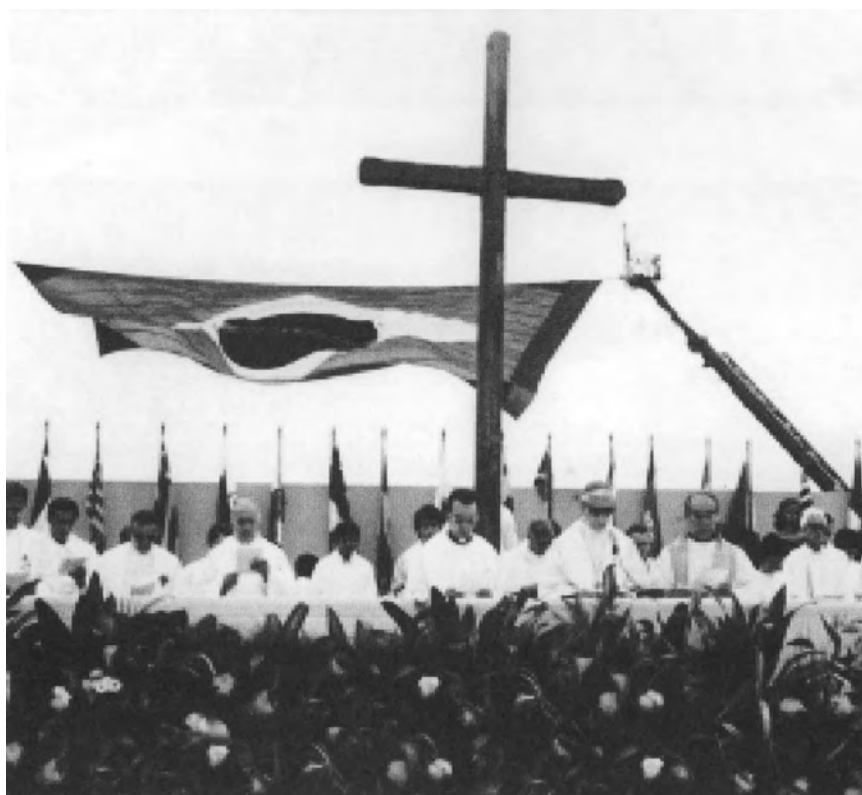
Em 31 de dezembro de 1978, o presidente Geisel revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de redemocratização do país.

O Brasil e o mundo

Em 1974, a Revolução dos Cravos Vermelhos pôs um fim aos 48 anos de ditadura salazarista; iniciou-se o processo de descolonização portuguesa na África. Na Argentina, morreu Juan Domingo Perón, assumindo a presidência Isabelita Perón, deposta por um golpe militar no ano seguinte; na Grécia, ocorreram grandes manifestações populares, que derrubaram a ditadura militar; o presidente americano Richard Nixon renunciou após escândalo que ficou conhecido como caso *Watergate*. No Brasil, saía de circulação o jornal *Correio da Manhã*.

Em 1975, Portugal reconheceu a independência de suas antigas colônias, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé; Angola declarou sua independência e dissidências internas levaram o país à guerra civil. Com a morte do general Francisco Franco, chefe do governo espanhol desde 1936, Juan Carlos de Bourbon assumiu o poder, sendo coroado rei no ano seguinte. Ainda em 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou a “Pastoral Social”, enfatizando problemas sociais e econômicos; teatros paulistas fecharam em protesto contra a censura e foi proibida a veiculação da novela *Roque Santeiro*.

No ano de 1976, o presidente Geisel autorizou o traslado do corpo do ex-presidente João Goulart, falecido na Argentina, para São



Missa campal pelo aniversário de Brasília, 21 de abril de 1978. Radiobrás

15.3.1974 - 15.3.1979

Borja, e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em acidente automobilístico, foi velado no Rio de Janeiro e enterrado em Brasília por milhares de pessoas.

Em 1977, Leonid Brejnev assumiu a chefia do Soviete Supremo, na URSS; o Congresso brasileiro aprovou o divórcio, e Raquel de Queirós tornou-se a primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras. Em 1978, o mundo teve três papas: Paulo VI foi sucedido por João Paulo I, que morreu logo após ser pontificado, sendo eleito João Paulo II. O início de 1979 marcou a instalação de uma república islâmica no Irã, com a destituição do xá Reza Pahlevi, após violentas manifestações populares.

O presidente Geisel no desfile militar de 7 de setembro. Brasília, s.d. Arquivo Nacional





Recepção oferecida ao presidente americano Jimmy Carter no Palácio da Alvorada. Brasília, 28 de março de 1978. Radiobrás



Encontro do presidente Geisel com membros da Arena no Palácio da Alvorada. Brasília, 14 de outubro de 1978. Radiobrás



João Batista de Oliveira Figueiredo general

Dados biográficos

Militar, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1918. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. Durante o governo Jânio Quadros, integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participou do movimento político-militar que originou o Golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência (1967-1969) – e chefe do Estado-Maior do III Exército (1969). Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974), tornou-se ministro-chefe do SNI durante o governo Geisel (1974-1979), sendo promovido a general-de-exército em 1977. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1979. Faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1999.

Período presidencial

O general Figueiredo assumiu a presidência da República reafirmando o projeto de abertura política iniciado no governo anterior. Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei de Anistia que, apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados desde 1964, permitindo a volta de exilados ao país. Foram também anistiados os responsáveis pelos excessos cometidos em nome do governo e da segurança nacional.

Em novembro, foi aprovada pelo Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos que extinguiu o bipartidarismo. Com o fim da Arena e do MDB, formaram-se o Partido Democrático Social (PDS), que congregava a maior parte dos ex-arenistas; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), constituído sobretudo pelos antigos emedebistas; o Partido Popular (PP), fundado pelo senador emedebista Tancredo Neves e dissidentes da antiga Arena; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela ex-deputada Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelo líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda em novembro, foi aprovado o projeto do governo que previa eleições diretas de governadores e extinguiu a figura do senador eleito indiretamente.

Em 1980, verificaram-se reações ao processo de abertura do regime, quando grupos de direita foram responsabilizados por atentados a bomba em bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda. Em agosto do mesmo ano, cartas-bombas foram enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao presidente da OAB, resultando na mutilação do funcionário José Ribamar, da Câmara, e na morte da secretária Lida Monteiro da Silva, da OAB. Em 1981, ocorreria o caso mais polêmico do governo Figueiredo, quando duas bombas explodiram nas proximidades do Riocentro, no Rio de Janeiro, durante a realização de um show comemorativo do Dia do Trabalho. As

únicas vítimas do atentado foram dois militares lotados no Codi do I Exército. O episódio teve ampla repercussão pública e o resultado do inquérito, inocentando os dois militares, seria colocado sob suspeição, e acarretaria uma grave crise no governo.

No que diz respeito à política econômica, registrou-se, durante o governo Figueiredo, o esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares, agravado pela nova crise do petróleo em 1979 e a elevação dos juros no mercado internacional. Em 1979, o governo congelou as importações de petróleo e criou o Conselho Nacional de Energia. Intensificaram-se, nesse período, as atividades do Proálcool e estenderam-se os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo a todo o território nacional. Em 1981, o aumento da dívida externa, que girava em torno de 61 bilhões de dólares, associado ao crescimento negativo do PIB e aos altos índices inflacionários geraram o fenômeno denominado pelos economistas como estagnação, ou seja, estagnação das atividades econômicas e produtivas aliada à inflação dos preços.

Em 1982, foi criado o Finsocial, que destinava 0,5% da renda bruta de empresas públicas e privadas a programas considerados pelo governo como prioritários, atribuindo o gerenciamento desses recursos ao BNDE, que passaria a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Paralelamente ao quadro de crise econômica, observou-se, desde 1978, a eclosão de movimentos grevistas de diversas categorias profissionais, destacando-se, em 1980, a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, mantida por 41 dias, e que resultou em demissões, choques com as tropas da polícia e do Exército, intervenção em sindicatos, e na prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 1981, reuniu-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e, dois anos depois, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em relação à política externa, o governo Figueiredo manteve a orientação pragmática adotada por seu antecessor, privilegiando o estabelecimento de relações comerciais com países que propiciassem vantagens ao desenvolvimento nacional. Destacou-se, no período, a reaproximação com a Argentina e a criação, em 1980, de uma comissão bilateral para analisar futuras ações de interesse para os dois países.

Em novembro de 1982, realizaram-se eleições diretas para o Congresso e os governos estaduais. A oposição obteve maioria na Câmara dos Deputados e o PDS, no Senado e nos governos estaduais.

Em 1983, formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que tomou o país, reivindicando eleições diretas para a presidência da República, era a campanha das “Diretas já”. A emenda constitucional das diretas, de autoria do deputado peemedebista Dante de Oliveira, foi derrotada na Câmara em abril de 1984. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, derrotando os candidatos governistas Paulo Maluf e Flávio Marcílio.

O Brasil e o mundo

O início do governo coincidiu com a queda do ditador Idi Amin Dada, de Uganda; a ditadura nicaraguense de Anastásio Somoza foi derrubada pela guerrilha sandinista; a União Soviética invadiu o Afeganistão; e teve início a guerra civil em El Salvador. No Brasil, dom Ivo Lorscheiter foi eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 1980, a minoria branca se retirou do governo da Rodésia, que passou a se chamar Zimbábue; começou a guerra do Golfo, entre Irã e Iraque; na Polônia, portuários iniciaram movimento grevista que paralisou Gdansk, nascia o sindicato livre Solidariedade, liderado por Lech Walesa, que receberia, em 1983, o Prêmio Nobel da Paz; a censura

brasileira liberou a peça *Calabar*, de Chico Buarque de Holanda; foi descoberta jazida de ouro em Serra Pelada.

Em 1981, em Washington, um atentado feriu o presidente americano Ronald Reagan; em Roma, o papa João Paulo II também sofreu um atentado; os jornais noticiaram estranha doença que atacava a comunidade gay americana. Em 1982, Argentina e Grã-Bretanha iniciaram a Guerra das Malvinas, que terminou com a rendição argentina; chegava ao fim o regime autoritário na Bolívia, e o México declarava moratória unilateral; denunciado o caso Proconsult, de manipulação na contagem de votos na eleição direta para governador do Rio de Janeiro.

Em 1983, pesquisadores franceses isolaram o vírus da aids; os Estados Unidos invadiram Granada e depuseram o governo socialista; chegou ao fim a ditadura militar na Argentina; o filme brasileiro *Pra frente Brasil* foi premiado no Festival de Berlim; entrava no ar a Rede Manchete de Televisão.

Em 1984, ocorreram eleições diretas no Uruguai após 11 anos de ditadura; Desmond Tutu, bispo negro sul-africano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz; Indira Gandhi, primeira-ministra indiana, foi assassinada por separatistas sikhs; China e Inglaterra fizeram acordo para a devolução de Hong Kong; o filme brasileiro *Memórias do cárcere* foi premiado em Cannes; ocorreu a primeira greve na história da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e nasceu o primeiro bebê de proveta no Brasil. Em março de 1985, Mikhail Gorbachev assumiu a secretaria geral do Partido Comunista da União Soviética.

15.3.1979 - 15.3.1985

No dia da posse, o presidente Figueiredo desce a rampa do Planalto em companhia do ex-presidente Geisel. Brasília, 15 de março de 1979. Radiobrás



O presidente Figueiredo no dia da posse. Brasília, 15 de março de 1979. Radiobrás

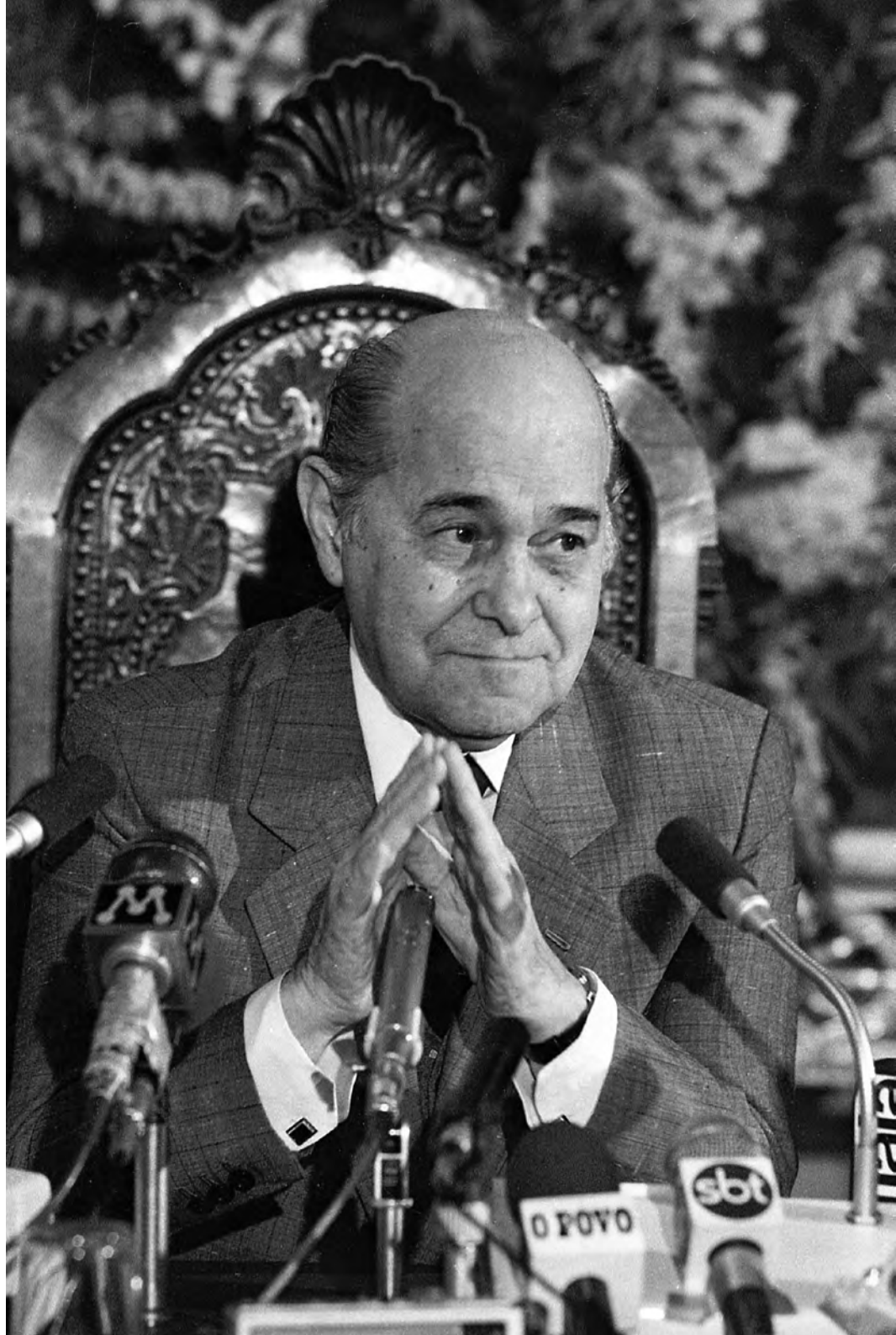




Audiência do presidente Figueiredo com os ministros Golberi do Couto e Silva e Delfim Neto. Brasília, 14 de agosto de 1979. Radiobrás



Ministro Andreazza visita a favela da Maré. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1982. Radiobrás



Tancredo de Almeida Neves

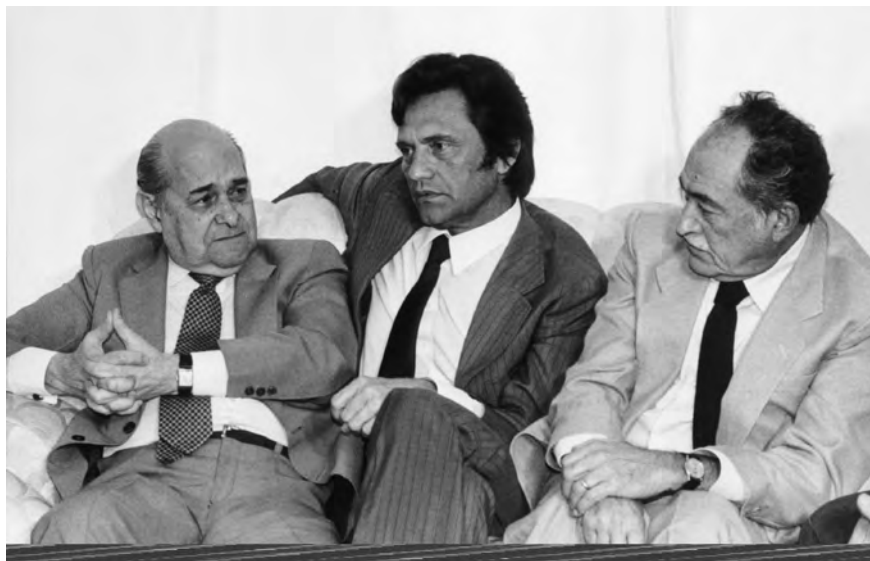
Dados biográficos

Advogado, nasceu na cidade de São João del Rei, estado de Minas Gerais, em 4 de março de 1910. Iniciou sua carreira política no Partido Progressista (PP), por cuja legenda foi eleito vereador de São João del Rei (1935-1937). Elegeu-se deputado estadual (1947-1950) e deputado federal (1951-1953) na legenda do Partido Social Democrático (PSD). De 25 de junho de 1953 até o suicídio de Getúlio Vargas, exerceu o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Novamente eleito deputado federal (1954-1955), foi diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1955) e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1958). Assumiu a Secretaria de Finanças do estado de Minas Gerais (1958-1960). Com a renúncia de Jânio Quadros e a instauração do regime parlamentarista, tornou-se primeiro-ministro (1961-1962). Eleito deputado federal em 1963, com a extinção dos partidos políticos e a decretação do bipartidarismo pelo AI-2, de 27 de outubro de 1965, ingressou no MDB, tornando-se um dos seus líderes. Reelegeu-se deputado federal seguidas vezes (1963-1979). Senador pelo MDB em 1978, com a volta do pluripartidarismo fundou o Partido Popular (PP) e, nessa legenda, continuou a exercer seu

mandato (1979-1982). Ingressou no PMDB e elegeu-se governador de Minas Gerais (1983-1984). Em virtude da derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para presidente da República em 1984, foi lançado candidato à presidência por uma coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática, tendo como vice o senador José Sarney. Foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, vencendo o candidato governista Paulo Maluf. Na véspera da posse, em 14 de março de 1985, foi internado em estado grave, assumindo interinamente o cargo o vice-presidente José Sarney. Faleceu em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985. A lei n. 7.465, de 21 de abril de 1986, determinou, em seu art. 1º, que Tancredo Neves passaria a figurar na “galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais”.

Coletiva de imprensa do presidente eleito Tancredo Neves. Brasília, 17 de janeiro de 1985. Sonja Rego/Acervo EBC





Tancredo Neves com Marcos Freire e Miguel Arraes, ambos do PMDB de Pernambuco, s.l., 11 de janeiro de 1985. Radiobrás



Funeral do presidente Tancredo Neves chega a São João del Rei. Minas Gerais, 24 de abril de 1985. Radiobrás



José Sarney

Dados biográficos

Advogado e escritor, nasceu na cidade de Pinheiro, estado do Maranhão, em 24 de abril de 1930. Elegeu-se suplente de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em 1956 e 1957. Foi deputado federal (1959-1966) pela União Democrática Nacional (UDN) e, com a extinção dos partidos políticos e a imposição do bipartidarismo pelo AI-2, em 27 de outubro de 1965, ingressou na Arena, partido de sustentação do regime militar. Elegeu-se governador do Maranhão (1966-1970) e senador (1971-1985). Tornou-se presidente da Arena em 1979 e, no ano seguinte, com a instalação do pluripartidarismo, do Partido Democrático Social (PDS). Em 1980, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1984, juntamente com outros dissidentes do PDS, passou a integrar a Frente Liberal, que o lançou como vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, do PMDB, tendo sido eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Assumiu interinamente a presidência, em 15 de março de 1985, em virtude da doença de Tancredo Neves e, com a morte de Tancredo, em 21 de abril, foi efetivado no cargo. Após o término de seu mandato presidencial, elegeu-se três vezes senador pelo Amapá (1991-1999, 1999-2007 e 2007-2015), na legenda

do PMDB, exercendo por quatro vezes a presidência do Senado (1995-1997, 2003-2005, 2009-2011 e 2011-2013).

Período presidencial

O governo do presidente Sarney foi marcado, sobretudo, por duas grandes tarefas que se impunham ao país: reconstruir a democracia e enfrentar a crise inflacionária. Assim, em 1º de fevereiro de 1987, instalava-se a Assembleia Nacional Constituinte, iniciando suas atividades sob a liderança do deputado Ulisses Guimarães. A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, tendo sido a mais democrática da história brasileira. A Carta estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das forças armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas, deixando lacunas, no entanto, no que se refere à reforma agrária.

No plano econômico, o governo Sarney anunciou, em 1º de março de 1986, uma ampla reforma monetária que ficou conhecida como Plano Cruzado, em referência à nova moeda implantada. Comandado pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, e considerado heterodoxo por diferir dos planos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha como medidas de estabilização econômica o congelamento de preços e salários, o abono de 8% para todos os trabalhadores, o “gatilho” salarial a cada vez que a inflação ultrapassasse 20%, e o incentivo à produção, em detrimento da especulação financeira. A moeda valorizada funcionaria como um instrumento de distribuição de renda, aumentando o poder de compra dos salários. Inicialmente, os resultados foram positivos, com inflação inferior a 2% ao mês. Todavia, em dezembro daquele ano, foram sentidos os efeitos do aumento camuflado de preços e do que foi avaliado como um aquecimento excessivo da economia. Em fevereiro de 1987, as reservas cambiais caíram rapidamente e

o ministro Funaro suspendeu os pagamentos dos juros da dívida externa aos bancos privados, enquanto a inflação atingia um patamar de 365,7% anuais. A moratória foi suspensa em novembro, quando o Brasil pagou 500 milhões de dólares ao FMI. Em janeiro de 1988, o novo ministro da Economia, Luís Carlos Bresser, promoveu um outro plano de estabilização, que, ainda assim, não conteve a inflação, cujo índice girou em torno de 1.000% naquele ano. Em janeiro de 1989, um terceiro programa econômico foi anunciado pelo governo, batizado de Plano Verão, porém o ano encerrou-se com a taxa anual de inflação de 1.764,86%.

O Brasil vivia, então, os efeitos da crise que atingiu amplamente a América Latina na década de 1980, quando o aumento da taxa de juros americana e a recessão mundial atingiram as exportações brasileiras. Em consequência, verificou-se a diminuição dos investimentos públicos, traduzida em cortes orçamentários, e a retração da iniciativa privada, dadas as altas taxas de juros e a reduzida perspectiva de consumo.

Destacou-se, nesse período, a criação do Ministério da Cultura, em 15 de março de 1985, obedecendo, segundo o decreto que o originou, à “situação atual do Brasil” que não poderia prescindir de uma “política nacional de cultura, condizente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo país”. Na política externa, foram reatadas relações diplomáticas com Cuba e assinado o protocolo do Mercosul, em conjunto com a Argentina e o Uruguai.

O Brasil e o mundo

Em 1985, assinalou-se a retirada de tropas israelenses do Líbano e a criação, em São Paulo, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher. Em 1986, o cometa Halley passou pela Terra; o primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres, reconheceu a Nação palestina; e Fernanda Torres conquistou o prêmio de melhor atriz em Cannes, com o filme *Eu sei que vou te amar*, de Arnaldo Jabor. No campo da teledramaturgia, as novelas *Roque Santeiro* e *Vale Tudo* tornaram-se

símbolos da redemocratização e marcos da liberdade de expressão na Nova República, por abordarem temas sociais e políticos relevantes, censurados durante o período do regime militar. No primeiro dia de 1987, estudantes chineses protestaram na Praça da Paz Celestial, e ainda no primeiro semestre do mesmo ano, anunciava-se na França a descoberta da vacina contra a esquistossomose. Em agosto, faleceu o poeta Carlos Drummond de Andrade, e, em setembro, ocorreu o acidente com césio 137 em Goiânia. Em 1988, foi comemorado o centenário da abolição da escravidão no Brasil e, na África do Sul, um milhão de negros entraram em greve; os Estados Unidos tornaram pública a descoberta de uma nova galáxia, a 15 bilhões de anos-luz e, em dezembro, foi assassinado, no Acre, o ecologista e sindicalista Chico Mendes. Em 1989, comemorou-se o centenário da República no Brasil e o bicentenário da Revolução Francesa. O Muro de Berlim caiu, após uma revolução social pacífica que terminou com o regime comunista da Alemanha Oriental. Era o marco inicial do fim do socialismo autoritário nos países do Leste Europeu e na União Soviética. No Brasil, realizou-se a primeira eleição direta para presidente da República após o regime militar, e o candidato Fernando Collor de Melo derrotou Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno eleitoral.

José Sarney recebe o presidente de Portugal, Mário Soares. Brasília, 12 de agosto de 1988. Radiobrás





José Sarney em São Luís do Maranhão, dezembro de 1989.
Radiobrás



O presidente Sarney recebe a nova Constituição das mãos de Ulisses Guimarães, presidente da Câmara. Brasília, 5 de outubro de 1988.
Radiobrás



Fernando Afonso Collor de Melo

Dados biográficos

Jornalista, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Iniciou sua carreira política como prefeito nomeado de Maceió (1980-1982). Foi eleito deputado federal (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS) e governador de Alagoas (1987-1989) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Fundou o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e, na mesma legenda, elegeu-se presidente da República, em 1989, após derrotar Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no segundo turno eleitoral. Sua eleição ficou marcada por uma acusação de favorecimento por parte da Rede Globo, na edição do último debate do segundo turno exibido pelo *Jornal Nacional*. Em 2 de outubro de 1992, foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Renunciou ao cargo de presidente em 29 de dezembro de 1992, data da sessão de julgamento do processo de *impeachment* no Senado, que o tornou inelegível por oito anos. Tentou concorrer à prefeitura de São Paulo em 2000, mas foi impedido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Disputou o governo do estado de Alagoas em 2002 e 2010, mas em ambas as eleições foi derrotado em primeiro turno. Em 2006, foi eleito

senador por Alagoas, na legenda do PRTB, migrando, em seguida à posse, para o PTB. Reelegeu-se para o Senado em 2014. Nas eleições de 2022, candidatou-se ao cargo de governador de Alagoas, alcançando o terceiro lugar. Em maio de 2023, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Sua prisão para cumprimento da condenação foi determinada em abril de 2025, pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Período presidencial

No primeiro dia de governo, o presidente anunciou o plano econômico de combate à inflação que confiscou contas de poupança, contas correntes e outras aplicações financeiras, a partir de determinado valor. O programa de governo estabeleceu também a extinção de órgãos públicos, a demissão e a disponibilidade de funcionários públicos federais, além de promover a privatização de inúmeras empresas públicas. O enxugamento do meio circulante reduziu drasticamente a inflação, e o déficit fiscal foi igualmente diminuído. A eliminação das tarifas aduaneiras, uma das medidas implementadas pela equipe econômica chefiada por Zélia Cardoso de Melo, ministra da Economia, teve grande impacto nas importações brasileiras, que, além de aumentarem, passaram a incluir uma pauta de produtos supérfluos. O caráter pouco competitivo da indústria brasileira e a valorização do cruzeiro, cotado acima da moeda americana, levariam à redução das exportações e à diminuição das vendas no mercado interno. Anunciou-se, assim, uma recessão econômica, com a queda da produção industrial do país, a expansão do desemprego e a redução do PIB de 453 bilhões de dólares, em 1989, para 433 bilhões, em 1990.

Implementada com base em inúmeras medidas provisórias, a política econômica deu sinais de esgotamento com a volta da inflação no final de 1990, o que obrigou o governo a instituir o chamado Plano Collor II, em janeiro de 1991. Intensificou-se, então, a política de juros altos, a desindexação da economia, a abertura para o mercado externo e o incentivo às importações. Essas medidas provocaram um

“choque” na indústria nacional, levando a uma crescente automação dos setores industrial e bancário, e à conseqüente liberação de mão de obra e ao desemprego tecnológico. De modo geral, o projeto de “modernização” implementado pelo governo, visando à diminuição de gastos públicos e ao incentivo à economia de mercado, ajustava-se à ideia de “Estado mínimo” e à nova ordem mundial que se impôs com o término da Guerra Fria, conceituada como neoliberal.

No plano externo, destacou-se, no governo Collor, a assinatura de um pacto de não proliferação nuclear com a Argentina.

Em 1992, foi denunciada na imprensa a existência de um esquema de corrupção no governo, comandado por Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor. A CPI instalada para investigar as denúncias encerraria seus trabalhos recomendando o afastamento de Collor da presidência. Respalhada por apoio popular, com destaque para o movimento estudantil que ficaria conhecido como caras-pintadas, a abertura do processo de *impeachment* foi proposta, então, pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e aprovada pela Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 1992. Afastado do cargo após a votação na Câmara,

Fernando Collor em
Brasília, abril de 1990.
Radiobrás



Collor foi substituído interinamente pelo vice-presidente Itamar Franco. Em 29 de dezembro, renunciou à presidência da República, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, perdendo seus direitos políticos por oito anos. Itamar Franco assumiu, assim, definitivamente a presidência da República.

O Brasil e o mundo

Em 1990, o Iraque invadiu o Kuwait. Na Inglaterra, a renúncia de Margaret Thatcher concluiria mais de uma década de hegemonia conservadora. Em setembro, foram sepultados, no Chile, os restos mortais do presidente Salvador Allende, deposto por um golpe militar em 1973. Em novembro, no Brasil, morreu Caio Prado Júnior.

Em 1991, após o presidente do Iraque haver rejeitado o ultimato da ONU para retirar suas tropas do Kuwait, teve início, em 16 de fevereiro, a Guerra do Golfo, que se encerrou onze dias depois. Ainda em fevereiro, um acordo extinguiu o Pacto de Varsóvia. Em março, entrou em vigor, no Brasil, o Código de Defesa do Consumidor. A independência da Croácia, em maio, o estabelecimento da cidade de Berlim como capital da Alemanha unificada e o início da guerra civil na Iugoslávia fecharam o semestre. O ano marcou, ainda, o fim da URSS, após 74 anos da revolução bolchevique de 1917.

Em 1992, um novo sistema solar foi descoberto por astrônomos americanos, a independência da Croácia e Eslovênia foi reconhecida pela Comunidade Europeia, terminou a guerra civil em El Salvador e o Peru passou por um golpe de Estado liderado por Alberto Fujimori. Segundo dados do IBGE, divulgados em maio, o Brasil tinha dois milhões de crianças desnutridas. No mesmo mês começou, no Rio de Janeiro, a Eco-92, evento ecológico que reuniu 178 países. Em julho, começaram os Jogos Olímpicos de Barcelona. Em agosto, uma multidão, tendo à frente Nelson Mandela, protestou em Pretória, África do Sul, contra a segregação racial. Em outubro, morreu, em acidente aéreo, o deputado Ulisses Guimarães.



Fernando Collor em Uberaba, s.d.
Radiobrás



Fernando Collor deixa o Palácio
do Planalto, após ser afastado da
presidência. Brasília, 2 de outubro
de 1992. Radiobrás



Itamar Augusto Cautiero Franco

Dados biográficos

Engenheiro, nasceu a bordo de um navio que fazia a rota Salvador–Rio de Janeiro, tendo sido registrado em Salvador, estado da Bahia, em 28 de junho de 1930. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e foi eleito prefeito de Juiz de Fora em duas gestões (1967-1971 e 1973-1974). Elegeu-se senador em 1974 pelo MDB e reelegeu-se em 1982 pelo PMDB. Em 1986, após divergências com o PMDB mineiro, que apoiara a candidatura de Newton Cardoso ao governo do estado, transferiu-se para o Partido Liberal (PL). Concorreu ao governo de Minas Gerais pela Coligação Movimento Democrático Progressista, mas foi derrotado pelo candidato do PMDB. Em 1989, concorreu à vice-presidência da República na chapa de Fernando Collor de Melo, ambos na legenda do PRN, vencendo a eleição no segundo turno. Com o afastamento de Collor em virtude de processo de *impeachment*, assumiu o cargo de presidente da República, em caráter provisório, em 2 de outubro de 1992. Foi efetivado no cargo em 29 de dezembro de 1992, após a renúncia do presidente Collor. Com o término do mandato presidencial, tornou-se embaixador do Brasil em Portugal (1995-1996) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (1996-1998). Em

1998, foi eleito governador de Minas Gerais na legenda do PMDB. Após o fim do mandato, tornou-se embaixador do Brasil na Itália (2003-2005). Em 2009, filiou-se ao Partido Popular Socialista (PPS) e nessa legenda foi eleito senador por Minas Gerais para o período 2011-2019. Faleceu em 2 de julho de 2011, em São Paulo, e seu corpo foi cremado em Minas Gerais.

Período presidencial

Com o afastamento definitivo de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu a presidência da República apoiado por um amplo leque partidário, num esforço explícito para a manutenção da ordem democrática e a superação dos graves problemas econômicos. Em janeiro de 1993, Itamar reuniu-se com presidentes de 19 partidos, com o intuito de estabelecer um pacto de governabilidade que permitisse enfrentar os problemas econômicos decorrentes da escalada inflacionária. Em março, foi aprovado pelo Senado o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) calculado em 0,25% do valor dos cheques emitidos até dezembro de 1994.

Em 21 de abril de 1993, foi realizado um plebiscito, conforme previa a Constituição de 1988, para escolher a forma e o sistema de governo no Brasil, tendo sido o regime republicano e o sistema presidencialista confirmados pela maioria dos eleitores.

Em maio, Itamar Franco nomeou o ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para assumir o Ministério da Fazenda. De acordo com o novo ministro, o combate à inflação só poderia ser alcançado com a reforma do Estado, que incluiria a redução dos gastos públicos e a intensificação do processo de privatizações. Em fins de julho, foi decretado o corte de três zeros na moeda, que passou a se chamar Cruzeiro Real. Em dezembro, foi lançado o Plano de Estabilização Econômica que visava, entre outras medidas, preparar a economia para a entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, antecedida pela

adoção da Unidade Real de Valor (URV), que passou a vigorar, a partir de 1^o de março de 1994, como um indexador único da economia. Ainda em março, foram diminuídas as alíquotas de importação de diversos produtos. Em fevereiro de 1994, apesar das críticas da oposição, o Congresso aprovou o Fundo Social de Emergência (FSE), considerado essencial para a implementação do programa econômico, uma vez que o governo poderia dispor com autonomia do montante arrecadado para o saneamento da Fazenda Pública Federal.

Em julho, o Real entrou em circulação, cotado acima da moeda norte-americana. O plano promoveu a queda da inflação, e, no primeiro trimestre de 1994, a atividade econômica cresceu em proporções comparáveis apenas ao início da década de 1980, verificando-se um grande aumento do consumo, apesar da manutenção das altas taxas de juros.



O cerimonial da presidência mostra à imprensa a parte do Palácio da Alvorada que foi aberta à visitação pública. Brasília, 21 de outubro de 1992. Radiobrás

O programa de privatizações executado durante o governo Itamar Franco abrangeu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Aço Minas Gerais (Açominas) e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), além de subsidiárias da Petrobras.

A estabilidade econômica alcançada com o Plano Real garantiu ao ministro Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB à sucessão de Itamar Franco, uma posição confortável na disputa presidencial. Desincompatibilizado do cargo desde abril de 1994, Fernando Henrique elegeu-se no primeiro turno das eleições presidenciais, realizado em 3 de outubro de 1994, conquistando 54,3% dos votos válidos.

Durante o seu governo iniciaram as gestões para a instauração da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que indenizaria famílias de presos políticos mortos durante o regime militar. Duas chacinas ocorridas no Rio de Janeiro, na Candelária e em Vigário Geral, ensejaram um amplo debate nacional sobre a violência urbana. Os Yanomami denunciaram o assassinato de 17 indígenas em Roraima.

O Brasil e o mundo

Em novembro de 1992, Bill Clinton foi eleito presidente dos Estados Unidos. Em 1993, foram marcadas eleições gerais na África do Sul para abril de 1994, que levariam ao poder Nelson Mandela.

Em 1994, foi inaugurado o túnel da Mancha, ligando Inglaterra e França; em Haia, foi instalado tribunal internacional para julgamento dos crimes cometidos durante a guerra civil na antiga Iugoslávia. Ainda no mesmo ano, a Seleção Brasileira de Futebol conquistou o tetracampeonato na Copa do Mundo realizada nos Estados Unidos.



Itamar Franco chegando ao Palácio do Planalto. Brasília, 18 de janeiro de 1993. Radiobrás



O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, transmite o cargo a Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 21 de maio de 1993. Radiobrás



Fernando Henrique Cardoso

Dados biográficos

Sociólogo, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931. Após o Golpe Militar de 1964, exilou-se no Chile, integrando a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse período, lecionou no Chile, Argentina, México e França. Retornou ao Brasil em 1968, assumindo a cátedra de ciência política na USP até 1969, quando foi aposentado compulsoriamente, por força do AI-5. Nesse último ano, foi membro fundador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), passando a lecionar também em universidades americanas e europeias. Publicou, entre outros trabalhos, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, sua tese de doutorado, e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, com o sociólogo chileno Enzo Faletto. Candidatou-se ao Senado em 1978 na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como suplente de Franco Montoro. Em 1980, com o fim do bipartidarismo, foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1983, assumiu a vaga de senador aberta com a candidatura de Franco Montoro ao governo do estado de São Paulo. Candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições de 1985, foi derrotado por Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Reelegeu-se senador pelo estado

de São Paulo em 1986, ainda na legenda do PMDB, e, dois anos depois, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao lado de Franco Montoro e Mário Covas, entre outros, tornando-se líder da nova legenda no Senado (1988-1992). Foi ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e ministro da Fazenda (1993-1994) durante o governo Itamar Franco. Candidato à presidência da República pela coligação PSDB/PFL/PTB, elegeu-se no primeiro turno eleitoral, em 3 de outubro de 1994, tendo obtido 54,3% dos votos válidos. Reelegeu-se presidente da República pela coligação PSDB/PFL/PTB/PPB. Após o término do mandato presidencial, fundou o Instituto Fernando Henrique Cardoso (2004), entidade sem fins lucrativos para reunir sua obra e discutir o Brasil e a América Latina. Presidente de honra do PSDB, participou do Clube de Madri, formado por ex-presidentes e chefes de Estado, e da Comissão Global de Políticas sobre Drogas. Em 2013, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Período presidencial

Sob o impacto do êxito do Plano Real, o maior desafio do governo Fernando Henrique Cardoso foi manter a estabilização da moeda e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico.

Com esse objetivo, o governo submeteu à aprovação do Congresso Nacional uma série de medidas visando alterar a Constituição Federal de 1988 e promover uma mudança estrutural na feição do Estado brasileiro, na tentativa de adaptá-lo às novas realidades da economia mundial. Assim, determinados temas passaram a fazer parte do cotidiano político nacional, tais como reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, flexibilização das regras de contratação de mão de obra e fim do monopólio estatal nas áreas de siderurgia, energia e telecomunicações.

A reforma da Administração Federal e a da Previdência Social, consideradas fundamentais na redução dos gastos públicos, seriam longamente debatidas no Congresso e sofreriam diversas modificações.

O programa de privatizações, objeto prioritário na estratégia do governo, foi alvo de críticas acirradas da oposição, que questionava as avaliações das empresas e, em alguns casos, como o da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o próprio valor estratégico do setor. Apesar das críticas, o programa foi implementado com eficácia: o setor de energia elétrica, na área de distribuição e geração regional, foi completamente privatizado; o setor de telecomunicações, incluindo a Telebrás e as empresas telefônicas estaduais, passou às mãos da iniciativa privada na segunda metade de 1998; teve fim o monopólio da Petrobras sobre a exploração e o refinamento do petróleo e sobre a exploração de gás natural; e o controle acionário da CVRD passou, em maio de 1997, a um consórcio formado por bancos nacionais e estrangeiros e fundos de pensão.

Comprometido com a luta democrática, o governo Fernando Henrique concluiu a lista de desaparecidos durante o regime militar e, já em 1995, encaminhou ao Congresso um projeto de indenização às famílias das vítimas.

No mesmo ano, visando à desindexação da economia, o governo proibiu o reajuste automático dos salários pela inflação e estabeleceu a livre negociação entre patrões e empregados. Em novembro, uma medida provisória ampliou os poderes do Banco Central para intervir, quando necessário, nas instituições bancárias, com o objetivo de evitar que a crise que atingiu o setor – resultante da queda das taxas da inflação, das medidas de contenção do consumo e da consequente diminuição dos lucros obtidos com a especulação financeira – se alastrasse e comprometesse todo o sistema financeiro, e foi também regulamentado o Programa de Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Fortemente inserido nos mercados financeiros internacionais, o Brasil enfrentou, durante o governo Fernando Henrique, um quadro internacional adverso, com sucessivas crises econômicas externas, destacando-se a do México, iniciada em dezembro de 1994, e a da Rússia, que declarou moratória da sua dívida externa em 1998,

verificando-se nessas ocasiões uma expressiva saída de divisas do país. Em que pese os fortes vínculos existentes entre a economia nacional e o capital estrangeiro, o Brasil demonstrou capacidade superior a de outros países para absorver as crises externas e se recuperar. A estabilização da economia, com a contenção do processo inflacionário, permitiu o crescimento da renda média dos trabalhadores assalariados. Contudo, os mecanismos utilizados na defesa da moeda nacional e a manutenção de altas taxas de juros implicaram um ritmo lento de crescimento econômico e, em decorrência, a elevação do índice de desemprego, que atingiu 5,6% em 1997 e 7,6% em 1998, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

No que diz respeito à política agrária, a elevação das alíquotas de transmissão de propriedades improdutivas, a aprovação de leis que possibilitaram a sua desapropriação imediata e o aumento do número de famílias assentadas pelo governo não foram suficientes

O presidente Fernando Henrique e o vice Marco Maciel, em direção ao Palácio do Planalto no dia da posse.

Brasília, 1º de janeiro de 1995.

Radiobrás



para evitar a intensificação dos conflitos no campo. Assistiu-se, no período, a diversas manifestações e ocupações de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), entidade que congrega grande contingente de trabalhadores rurais e desempregados que reivindicam a aceleração do processo de reforma agrária.

Em 4 de junho de 1997, foi aprovada no Senado a emenda que permitia a reeleição para mandatos do Executivo nos âmbitos federal, estadual e municipal. O presidente Fernando Henrique Cardoso candidatou-se à reeleição pela mesma coligação que o levara ao poder em 1994, formada pelo PSDB, PFL e PTB, à qual se reuniu o PPB. Mais uma vez favorecido pela estabilidade econômico-financeira promovida pelo Plano Real, Fernando Henrique venceu o primeiro turno das eleições realizadas em 4 de outubro de 1998, conquistando 53,06% dos votos. Tomou posse em 1º de janeiro de 1999.

O Brasil e o mundo

Em 1995, Alberto Fujimori foi reeleito presidente do Peru e Carlos Menem, da Argentina. Os Estados Unidos reataram relações diplomáticas com o Vietnã e, em Oklahoma City, um atentado a bomba, praticado por um americano, matou 169 pessoas. Ainda no mesmo ano, o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, foi assassinado por um estudante judeu. Em 1996, Boris Yeltsin foi reeleito presidente da Rússia e Bill Clinton, dos Estados Unidos; Nelson Mandela, presidente sul-africano, assinou a nova Constituição que aboliu o *apartheid*, instituindo a igualdade racial. No Brasil, 19 integrantes do MST foram mortos em confronto com a polícia em Eldorado dos Carajás, no Pará; e o filme brasileiro *O quatrilho* foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro. Em 1997, cientistas britânicos surpreenderam o mundo com a apresentação da ovelha Dolly, o primeiro animal clonado na história; Tony Blair foi eleito primeiro-ministro britânico. Cuba recebeu os restos mortais de Che Guevara. Em 1998, o escritor português José Saramago ganhou o Prêmio Nobel de Literatura e o ex-ditador chileno Augusto Pinochet foi

preso em Londres, acusado de terrorismo, tortura e genocídio. O Congresso americano autorizou abertura de processo de *impeachment* contra o presidente Bill Clinton. O filme *Central do Brasil*, de Walter Sales Júnior, foi premiado no Festival de Berlim, e *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto, foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro.



O presidente Fernando Henrique e o vice Marco Maciel. Brasília, 1º de janeiro de 1995. Radiobrás



O presidente e a primeira-dama Ruth Cardoso, na recepção realizada no Palácio do Itamaraty no dia da posse. Brasília, 1º de janeiro de 1995. Departamento de Documentação Histórica da Presidência da República



Primeiro aniversário do Real.
Brasília, 1º de julho de 1995.
Departamento de Documentação
Histórica da Presidência da
República



Cerimônia de assinatura de
decretos de homologação de terras
indígenas, durante a homenagem
aos 30 anos da Funai. Brasília, 3 de
novembro de 1997. Radiobrás

Departamento de Documentação Histórica da Presidência da República



Fernando Henrique Cardoso

Período presidencial

O segundo mandato do presidente iniciou-se com uma ruptura na política cambial até então praticada: em janeiro de 1999, o real sofreu desvalorização e o Banco Central adotou a livre flutuação do dólar, o que contribuiu para o aumento das exportações e a redução da taxa de juros. A implementação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinado no ano anterior, exigiria do país o alcance de metas rígidas, entre elas um superávit fiscal elevado. Sob esse aspecto, destacou-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, em maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispôs sobre o planejamento, a execução e a elaboração de relatórios orçamentários.

A necessidade de ampliar as exportações brasileiras foi atendida, em parte, pelos resultados da produção agroindustrial, com a estimativa de que a safra 2002-03 fosse de 115,2 milhões de toneladas de grãos, um crescimento de 19,1% em relação à safra anterior, de 96,7 milhões de toneladas. Ainda na área econômica, o país enfrentou dificuldades, entre elas, a maior crise de energia da história, entre 1º de junho de 2001 e 1º de março de 2002, e que acarretou o racionamento de eletricidade para todos os setores da sociedade. Em agosto de 2002,

em meio ao processo eleitoral, a desconfiança dos mercados, a elevação do “risco Brasil” na avaliação das agências internacionais e a disparada da cotação da moeda americana fizeram com que o Brasil fechasse um acordo com o FMI da ordem de 30 bilhões de dólares, elevando o piso das reservas internacionais do país. O ano de 2002 se encerrou com a inflação anual atingindo os dois dígitos e a taxa de desemprego em 9,4%.

Na intensa agenda internacional do governo, registraram-se iniciativas como a realização, no Rio de Janeiro, em 1999, da cúpula de chefes de Estado e de governo da União Europeia e da América Latina e, em setembro de 2001, em Brasília, a reunião, pela primeira vez, dos chefes de governo dos 12 países da América do Sul.

A reforma agrária implementada levou, segundo dados do governo, ao assentamento de três vezes mais famílias do que os realizados nos trinta anos anteriores.

De modo geral, a política diretamente aplicada à área social viria por meio da continuidade de ações iniciadas no primeiro governo, como o Programa Comunidade Solidária, ou da criação de novos programas. São exemplos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), o Programa Garantia de Renda Mínima (PGRM), o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o programa de investimento em infraestrutura visando à criação de novos empregos (Pró-Emprego).

Em relação à infância, educação e saúde, foram dirigidos ainda os programas Toda Criança na Escola (alimentação escolar), Bolsa-escola, Programa de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Programa de Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes, Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs).

Na área da saúde, destacou-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de regulamentação dos remédios genéricos, em fevereiro de 1999, e, em setembro de 2000, da emenda constitucional que estabeleceu a vinculação orçamentária da área da Saúde, determinando que os gastos da União crescessem de acordo com a variação anual do PIB e da inflação. Distinguiu-se, ainda, o programa de combate a aids, que se tornou referência internacional. No final de 2001, um surto de dengue atingiu grandes proporções em diversas cidades do país, como o Rio de Janeiro.

As grandes cidades e suas áreas metropolitanas foram também o principal espaço do crescimento expressivo da violência, apesar dos planos anunciados pelo governo para a segurança pública, como o de 2000, que previa investimentos de três bilhões de reais. Entre as iniciativas do Ministério da Educação, ao final do período, o governo obteve a marca de 97% das crianças na escola, contrastando com o índice de 88% registrado em 1994. No campo da cultura, um dos principais instrumentos da estratégia que uniu o Estado e o mercado foi a Lei Rouanet. Além do incentivo ao cinema brasileiro, devem ser citados, entre outros, o investimento prioritário nas bibliotecas públicas e o programa *Monumenta*, de recuperação do patrimônio histórico.

Em 1999, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) situou o Brasil no ápice da concentração de renda entre 174 países do mundo. Parte dos anos FHC foi também retratada no Censo realizado em 2000 pelo IBGE, cobrindo a década de 1990. Os brasileiros somavam, naquele ano, 169 milhões, e o Censo alternou bons e maus indicadores, prevalecendo, em linhas gerais, um saldo positivo. Assim, permaneceu a desigualdade de renda – a metade mais pobre representava 12% da renda total e o país registrou uma das piores taxas de analfabetismo da América Latina, equivalente a 17,6 milhões de pessoas. Por outro lado, a renda média subiu 41,8%; o número de domicílios com saneamento básico cresceu e a taxa de analfabetismo caiu de 19,7% para 12,8%. No final de 2002, o

presidente Fernando Henrique Cardoso foi considerado pelas Nações Unidas a autoridade mundial que mais se destacou naquele ano no campo do desenvolvimento humano. No mesmo ano, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou o processo de transição de governo com representantes das duas equipes.

O Brasil e o mundo

Em 1º de janeiro de 1999, foi lançada a nova moeda Euro, que passou a ser utilizada em 11 dos 15 países da União Europeia, com exceção da Grã-Bretanha, Dinamarca, Grécia e Suécia. Na virada do ano, o mundo foi tomado pela expectativa do *bug* do milênio, o possível colapso do sistema de informática, estimando-se que as companhias tenham gasto cerca de 500 bilhões de dólares para evitá-lo. Em março de 2000, o ex-ditador Augusto Pinochet retornou ao Chile, após 16 meses na Inglaterra em decorrência do pedido de extradição da Espanha e outros países que queriam julgá-lo por crimes contra os direitos humanos. No Brasil, a festa comemorativa dos 500 anos dos Descobrimientos Portugueses, em 22 de abril, teve lugar em Porto Seguro, e foi marcada por protestos dos indígenas e dos sem-terra. No Oriente Médio, em setembro, reiniciou-se o conflito israelo-palestino com a eclosão da segunda Intifada. Nos Estados Unidos, em junho, depois de dez anos de trabalho, o Projeto Genoma completou o sequenciamento dos três bilhões de pares de letras químicas que compõem o DNA humano, atingindo 98% do código genético e dando o primeiro passo para debelar cerca de 11 mil doenças de origem genética. No Brasil, em março de 2001, a maior plataforma flutuante para extração de petróleo do mundo, a P-36 da Petrobras, afundou no mar da bacia de Campos, no Rio de Janeiro, causando a morte de 11 pessoas. Também em março, nasceu a bezerra Vitória, o primeiro animal clonado no Brasil, como resultado de pesquisas na área de reprodução desenvolvidas pela Embrapa desde 1984. Em

Nova Iorque, em 11 de setembro, dois aviões de passageiros foram sequestrados e atingiram as torres gêmeas do World Trade Center, que desabaram cerca de uma hora após os atentados. Uma terceira aeronave atingiu o Pentágono, e um quarto avião, também tomado por terroristas, caiu em campo aberto, depois que passageiros enfrentaram os sequestradores. O número oficial de mortos ultrapassou três mil pessoas. Os atentados foram assumidos pela organização terrorista Al-Qaeda, liderada pelo saudita Osama bin Laden, supostamente refugiado no Afeganistão. Em represália, os EUA e a Grã-Bretanha iniciaram, em 7 de outubro, os bombardeios contra o Afeganistão, numa guerra contra o terrorismo e o governo talibã, que se rendeu em 6 de dezembro de 2001. Em 2002, a Seleção Brasileira de Futebol conquistou o pentacampeonato na Copa do Mundo realizada na Coreia do Sul e no Japão, vencendo a seleção da Alemanha por 2 a 0.



O presidente com chefes de Estado na primeira reunião da Progressive Governance for the XXIst Century. Florença, novembro de 1999. Radiobrás

Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República



Luiz Inácio Lula da Silva

Dados biográficos

Metalúrgico, nasceu na cidade de Garanhuns, estado de Pernambuco, em 27 de outubro de 1945. Em 1952, migrou com a família para Santos (SP) e, em 1956, mudou-se para a cidade de São Paulo, onde aos 12 anos obteve seu primeiro emprego numa tinturaria. Ingressou na Fábrica de Parafusos Marte aos 14 anos, e ali permaneceu por quatro anos, alternando o trabalho na fábrica com a formação no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), onde obteve o diploma de torneiro mecânico. Ainda em São Paulo, em 1964, trabalhou na Metalúrgica Independência, e, em 1965, depois de alguns meses desempregado, ingressou na Metalúrgica Villares, em São Bernardo do Campo. Em 1967, começou a participar do movimento sindical, tornando-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975.

Em seu primeiro mandato, em plena ditadura militar, lançou a campanha pela recuperação das perdas salariais dos metalúrgicos durante os anos de 1973 e 1974, reunindo diversos setores do sindicalismo no movimento contra a política econômica do governo. A atuação de Luiz Inácio Lula da Silva à frente do Sindicato dos Metalúrgicos

caracterizou-se pela busca de ampliação das bases do movimento sindical e pela organização de greves como recurso político. Em 1978, foi reeleito presidente do sindicato e, no ano seguinte, destacou-se como líder na paralisação de cerca de 150 mil metalúrgicos do estado de São Paulo. A repressão policial aos movimentos grevistas se intensificou durante os anos de 1979 e 1980, quando o sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e vários dirigentes sindicais, entre eles Lula, foram presos e processados pela Lei de Segurança Nacional. Com o fim do bipartidarismo e a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos pelo Congresso Nacional, foi apresentado o manifesto de lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de São Paulo, em fevereiro de 1980. O novo partido fundado por Lula, intelectuais, sindicalistas e dirigentes de movimentos sociais concorreu, pela primeira vez, nas eleições legislativas e para os governos estaduais de 1982. Nesse pleito, Lula disputou o governo de São Paulo, conquistando o quarto lugar. O processo de abertura gradual do regime levou o PT a defender a ideia de uma campanha popular pelas eleições diretas para a presidência da República, movimento conhecido como *Diretas já*, que teve em Lula uma de suas principais lideranças. Em 1983, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e, em 1986, candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte pelo estado de São Paulo, tornando-se o deputado federal mais votado do país.

Em 1989, concorreu à presidência da República pela Frente Brasil Popular, coligação formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Verde (PV), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo sido derrotado no segundo turno pelo ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo. Disputou, sem êxito, as eleições presidenciais de 1994 e de 1998, vencidas em primeiro turno por Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, foi eleito presidente da República com cerca de 53 milhões de votos, uma das mais expressivas votações da história do país, derrotando o candidato governista José Serra. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em 1º de janeiro de 2003, em meio a uma gigantesca festa

cívica que reuniu 150 mil pessoas e tomou a cidade de Brasília. Em seu discurso para a multidão que o saudava em frente ao parlatório do Palácio do Planalto, anunciou o seu projeto prioritário, o Fome Zero, inaugurando, em suas palavras, o primeiro dia de combate à fome no Brasil.

Período presidencial

No princípio de 2003, o país enfrentou obstáculos ao crescimento. Embora a primeira semana já anunciasse a queda expressiva do dólar, a inflação se desacelerasse e as bolsas de valores demonstrassem confiança no governo, o cenário econômico foi também de índices crescentes de desemprego e declínio da renda, do consumo e da produção.

Entretanto, ao longo do mandato, o cenário externo auspicioso associado à política econômica austera, que privilegiou o controle da inflação, a estabilidade, a obtenção do superávit primário, trouxe um período bastante favorável para o Brasil. A própria política de juros altos, muito criticada por defensores de uma política de desenvolvimento, constituiu fator de atração de moedas fortes e o “risco país”, que mede o grau de confiança dos investidores, caiu. Entre os números favoráveis alcançados, destacam-se os das exportações: de 2002 a 2005, o superávit comercial passou de 13 para 45 bilhões de dólares. O país ingressou, desse modo, no que os especialistas denominam “ciclo virtuoso”, quando a economia obedece a uma dinâmica própria, menos sujeita a fatores externos.

Logo em 2003, foram promulgadas as emendas constitucionais que alteraram os sistemas previdenciário e tributário. Contudo, como não foram votadas as leis complementares nem empreendidas outras medidas regulamentares pelo Congresso, as reformas foram adiadas. Como uma das principais estratégias do governo, o Fome Zero deu ensejo ao Bolsa Família, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que previa a transferência direta de renda para famílias em estado de extrema pobreza ou de pobreza, de acordo

com o fixado pela legislação de janeiro de 2004. O programa Bolsa Família estabelecia ainda ações complementares, como os programas federais Luz para Todos, Agricultura Familiar e Brasil Alfabetizado. De uma população total de 182.062.687 brasileiros em 2004, segundo o IBGE, estimava-se naquele ano a existência de 16.068.232 famílias pobres, de acordo com o perfil fornecido pelo Cadastro Único. Outra iniciativa nascida naquele ano e institucionalizada em 2005 foi o ProUni – Programa Universidade para Todos, que visava à concessão de bolsas de estudo a estudantes em instituições privadas de educação superior, em contrapartida à isenção de alguns tributos para as entidades que aderissem ao programa.

Nesse período, o governo e o Congresso Nacional atravessaram crises políticas resultantes de denúncias de compra de votos e financiamento de campanhas eleitorais. Instaladas as Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do Mensalão, procedeu-se também nos demais poderes à averiguação da matéria, gerando, em alguns casos, o afastamento de ocupantes de cargos no Executivo e a perda de mandatos parlamentares.

No âmbito da política externa, o país viu recusada a sua candidatura à Diretoria Geral da Organização Mundial do Comércio, à Presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em 2004, como parte da força militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), tropas brasileiras desembarcaram no Haiti. No Mercosul, o Brasil investiu em relações diversificadas traduzidas no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e na realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes. Acordos preferenciais de comércio foram assentados entre o Mercosul e a Índia, e com a União Aduaneira da África Austral entre outros. Na IV Cúpula das Américas, em 2005, os países do Mercosul, acompanhados pela Venezuela, opuseram-se à proposta americana que estabelecia um cronograma para a implementação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), condicionando o prosseguimento dessas negociações

ao término da Rodada de Doha, que tinha como principal objeto a liberalização do comércio mundial.

Em 2006, candidato pelo Partido dos Trabalhadores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito com 58.295.042 votos, o que representou a segunda maior votação já obtida nas democracias ocidentais.

O Brasil e o mundo

Em janeiro de 2003 entrou em vigor o novo Código Civil brasileiro. Aos 98 anos, morreu o empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. O Brasil também perdeu nesse ano o jurista e historiador Raymundo Faoro e a escritora Rachel de Queiroz. No cenário internacional, começou em março a guerra contra o Iraque, deflagrada pela coalizão liderada pelos Estados Unidos com apoio da Inglaterra, pondo fim a 24 anos do regime de Saddam Hussein, em meio a uma controvérsia internacional sobre a ocupação daquele país; chefe da missão da ONU no Iraque, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello morreu vítima de um ataque terrorista com caminhão-bomba em Bagdá. Em 11 de março, um atentado em Madri, conduzido por extremistas islâmicos, deixou 191 mortos e mais de 1.500 feridos. Imagens da guerra do Iraque chocaram o mundo com cenas de linchamento e esquarteramento de quatro civis americanos por uma multidão de iraquianos na cidade de Falluja e com a divulgação, pela TV americana, de fotografias entregues por um soldado à Justiça Militar dos Estados Unidos denunciando o abuso e a tortura de presos iraquianos por militares americanos na prisão de Abu Ghraib. Em setembro, a cidade de Beslan, na Rússia, foi palco de um massacre de mais de trezentas e trinta pessoas em uma escola, por terroristas que exigiam, entre outros itens, a retirada das tropas russas da Chechênia. Em novembro de 2004, morreu o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, e, no mesmo mês, reelegeu-se presidente dos Estados Unidos George W. Bush. Em 26 de dezembro de 2004, ondas gigantes provocadas por um

terremoto no oceano Índico mataram mais de duzentas mil pessoas, principalmente na Tailândia, Indonésia, Índia, Sumatra e Somália. No Brasil, a delegação brasileira retornou dos Jogos Olímpicos da Grécia com dez medalhas: quatro de ouro, três de prata e três de bronze, e um público recorde de mais de 880 mil pessoas prestigiou a 26ª Bienal de São Paulo. Em 2004 e em 2005, respectivamente, Leonel Brizola e Miguel Arraes, dois líderes históricos e ex-governadores brasileiros, faleceram. Em abril de 2005, após a morte do papa João Paulo II, foi eleito para o posto o cardeal alemão Joseph Ratzinger, que se tornou Bento XVI. Ainda no mesmo ano, bombas explodiram no metrô e num ônibus em Londres, com um saldo de 56 mortos e mais de setecentos feridos. Os atentados foram realizados por quatro ingleses de origem árabe. Em 2006, após o sequestro de dois soldados israelenses, assistiu-se ao conflito entre Israel e o grupo Hezbollah no Líbano. O ex-presidente Saddam Hussein foi enforcado em Bagdá, condenado no processo que julgou o assassinato, em 1982, de 148 xiitas. O presidente Fidel Castro, desde 1959 no poder,

Acompanhado de toda a equipe do governo, o presidente visita a favela de Brasília Teimosa. Recife, 10 de janeiro de 2003.
Ricardo Stuckert/PR



delegou, por motivo de saúde, as funções de presidente de Cuba a seu irmão Raúl Castro; o presidente da Venezuela Hugo Chávez reelegeu-se para um período de seis anos; e morreu o ex-ditador do Chile Augusto Pinochet. Ainda em 2006, estreou no Brasil o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburger, indicado posteriormente para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro, e foram comemorados os cinquenta anos do livro *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa.



O presidente assina ato sobre o biodiesel. Brasília, 18 de maio de 2005.
Ricardo Stuckert/PR

1.1.2003 - 1.1.2007

Visita do presidente ao conjunto habitacional do Casarão Cordeiro, construído para receber as famílias vindas da favela de Brasília Teimosa. Recife, 19 de setembro de 2004. Ricardo Stuckert/PR



Campanha à reeleição.
Setembro de 2006.
Ricardo Stuckert/PR



Cerimônia de posse
no segundo mandato. Brasília,
1º de janeiro de 2007.
Ricardo Stuckert/PR





Luiz Inácio Lula da Silva

Período presidencial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito em segundo turno com cerca de 58 milhões de votos. Na ocasião, anunciou que, com um governo que “não gasta mais do que ganha”, o país cresceria mais rápido e poderia, assim, dar mais atenção aos pobres. As prioridades do orçamento público seriam direcionadas para aumentar o combate à pobreza e à desigualdade, e recuperar o investimento em infraestrutura e educação.

O governo Lula manteve uma política macroeconômica baseada em metas de inflação e de superávit primário. A redução gradual nas metas de inflação – de 9%, em 1999, para 4,5%, em 2010 – contribuiu para acelerar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e reduzir a taxa real de juros da economia.

De 2003 a 2007, o mundo cresceu de forma acelerada, com um grande aumento do fluxo de capitais para os países emergentes. Com isso, o comércio internacional se intensificou e os preços dos produtos exportados pelo Brasil aumentaram significativamente.

Em 22 de janeiro de 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se tornou a marca do segundo governo Lula.

O PAC foi planejado como um conjunto de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e melhoria da qualidade do gasto público. O programa, aliado a medidas econômicas, teve como objetivos incentivar os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. Incluía, assim, estratégias diversas – da geração de energia à construção de habitações populares, dos portos e aeroportos aos centros de logística e estradas.

O PAC contribuiu para que a taxa de investimento no Brasil subisse de 16,9% do PIB, no primeiro mandato, para 18,2%, no segundo, considerando, além do investimento público, os gastos realizados pelo setor privado na forma de concessões (hidrelétricas, rodovias, ferrovias etc.).

No entanto, ao final do governo, registraram-se atrasos em cerca de sessenta projetos do PAC, que deveriam, em sua maioria, ter sido concluídos em 2010. Entre os fatores para o não cumprimento do cronograma, foram identificados a demora na concessão de licenças ambientais, a falta de projetos básicos de qualidade, a interferência do Tribunal de Contas da União (TCU) e problemas de gestão.

Em 2007, foram iniciadas as obras do projeto de transposição do rio São Francisco, que visava levar água do rio para o semiárido do Nordeste. Em 2009, investiram-se R\$ 45,3 bilhões no setor de saneamento. Mais de 40% do valor aplicado no PAC, segundo dados oficiais do governo, foram direcionados para o esgotamento sanitário (implantação e ampliação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos). Apesar do volume de recursos alocados no setor e do aumento no número de domicílios ligados à rede de saneamento básico entre 2000 e 2008, o serviço ainda é deficiente, e sua distribuição é desigual pelo país, como revelou a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada em 2011. Segundo a pesquisa, a proporção de domicílios com acesso à rede de esgoto subiu de 33,5% para 44% no período –

um crescimento de 31,3% em oito anos. O estudo apontou também que havia tratamento inadequado do lixo na maioria dos municípios brasileiros e que 12 milhões de domicílios ainda não tinham acesso à rede geral de abastecimento de água.

O crescimento do comércio exterior brasileiro, na última década, criou novas necessidades para o sistema portuário nacional, como desobstruir as filas de navios para atracação no porto de Santos, a fim de facilitar a movimentação de centenas de caminhões em Paranaguá e Santos, sobretudo na época das principais safras. Assim, de 2007 a 2010, com as obras do PAC e a criação da Secretaria de Portos da Presidência da República, o investimento anual médio em infraestrutura portuária foi trezentas vezes maior que a média dos primeiros anos da década.

Na política econômica, o governo manteve o câmbio flutuante, mas o Banco Central acumulou um grande estoque de reservas internacionais na ordem de 204 bilhões de dólares. Isso foi fundamental para enfrentar um momento difícil da história do capitalismo mundial, que eclodiu em setembro de 2008. As políticas implementadas para reduzir as desigualdades, distribuir renda e fortalecer o mercado interno foram decisivas para minimizar o impacto da crise sobre o Brasil e a melhoria da renda dos brasileiros conseguiu sustentar o crescimento.

Além dessas ações macroeconômicas, fortaleceram-se as medidas microeconômicas com a expansão da oferta de crédito para os consumidores de baixa renda e para os agricultores familiares.

Os programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, ajudaram a sustentar a demanda interna. Os salários cresceram acima da inflação e o salário mínimo teve um aumento real de 67%. A renda das famílias subiu ininterruptamente entre 2003 e 2010 e a participação dos salários no PIB saltou de 31% para 35%. O consumo se ampliou em todas as classes, com especial ênfase na chamada classe C – ou nova classe média – que se tornou o grande mercado consumidor a impulsionar a economia nacional.

Outras decisões tiveram um efeito fundamental para conter os piores efeitos da crise de 2008. A diversificação dos parceiros comerciais, com o aumento do fluxo bilateral com a África, a América do Sul, a Ásia e o Oriente Médio, ajudou na hora da retração dos países desenvolvidos. O comércio com esses blocos regionais cresceu entre quatro e sete vezes nos últimos anos. No caso da Ásia, de 16 bilhões de dólares, em 2002, chegou-se a 112 bilhões de dólares, em 2010. Os vultosos investimentos em infraestrutura do PAC, iniciados em janeiro de 2007, já funcionavam a todo vapor em setembro de 2008 e serviram para manter a roda da economia girando e gerando empregos, com efeito anticíclico.

O governo tinha objetivos estratégicos quando lançou o PAC, no começo de 2007, com investimentos de 657 bilhões de reais até 2010 em infraestrutura, energia, habitação e saneamento. Almejava-se restaurar a capacidade de planejar a médio e longo prazo e retomar o papel do Estado como investidor em infraestrutura e indutor de investimentos pelo setor privado.

Outro aspecto a ressaltar a respeito dos dois mandatos do governo Lula foi o aumento da aplicação de recursos na área de pesquisa e tecnologia, que ajudaram o Brasil a ter um incremento, em 2010, de 11,6% na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, em relação à safra de 2009, segundo dados divulgados pelo IBGE, colocando o país na vanguarda dos produtores mundiais de alimentos. O governo defendeu ainda mais investimentos em tecnologia, pesquisa e sustentabilidade ambiental, considerado o tripé da política agrícola brasileira.

O governo conseguiu manter as conquistas da estabilidade da moeda, ampliou o consumo e manteve a rede de apoio social. As transferências de renda às famílias, pelas vias do Bolsa Família e do salário mínimo, e o estímulo ao crédito popular aumentaram de 6,8%, em 2002, para 9% do PIB, em 2010.

A queda do índice de desemprego foi um dos grandes ganhos, embora entre jovens de 18 a 24 anos ainda tenha ficado na marca dos 14%.

Mesmo assim, o presidente Lula deixou o governo com o nível de desemprego no país perto de 6%, o mais baixo em duas décadas. Entre 2003 e 2010, foram criados 14 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Novos desafios foram identificados: preparar o cidadão para o trabalho qualificado, investir a longo prazo no ensino fundamental, adequar o ensino técnico às necessidades regionais e promover a aproximação entre universidades e empresas.

Na área da educação, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi ampliado, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, representou a iniciativa pioneira de reunir, num só indicador, dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. No ensino superior, o governo Lula, além de aumentar o número de vagas nas universidades federais e expandir os *campi* universitários para o interior, criou o Prouni, programa que financia a entrada de estudantes em faculdades privadas. Com ele, 912 mil jovens de baixa renda puderam cursar o ensino superior. Jovens com bolsas do Prouni têm-se destacado em todas as áreas, liderando, em muitos casos, os exames nacionais de avaliação feitos pelo Ministério da Educação. Outra marca do governo Lula nesta área foi a implantação do sistema de cotas nas universidades públicas. Apesar de ser considerada uma medida polêmica, teve como objetivo atenuar a distância entre os menos favorecidos e as universidades federais. Como problema ainda a ser enfrentado, o país chegou ao fim de 2010 com 14 milhões de analfabetos com mais de 15 anos e uma população com 7,2 anos de estudo em média.

No campo da saúde, o governo Lula deixou sua marca com a ampliação do alcance das Farmácias Populares, ao disponibilizar um elenco maior de medicamentos, e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Os índices de mortalidade neonatal, infantil e materna sofreram queda ao longo de seu governo, mas o atendimento às populações ainda sofria pela insuficiência de médicos e de leitos.

Na área da segurança pública, pode-se destacar a ação de prevenção à violência e à criminalidade promovida pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – o Pronasci. Por meio desse programa, foi possível investir R\$1,2 bilhão por ano em ações com ênfase nos jovens e na pacificação de áreas urbanas dominadas pelo crime organizado, assim como no estabelecimento de parcerias com 22 estados e 150 municípios.

No que se refere às reformas tributária e previdenciária, não houve avanços significativos. Entre os países emergentes, o Brasil tinha a maior carga tributária, atingindo, em 2010, 37% do PIB. O sistema da previdência social teve um déficit de R\$ 44,5 bilhões em 2010. A projeção para 2020 de que o número de brasileiros com mais de 65 anos aumentaria e a relação do número de pessoas ativas para cada aposentado diminuiria, levando o déficit reposto pela União a retirar

Presidente Lula durante a comemoração dos 7 anos do Programa Bolsa Família e lançamento da nova versão do Cadastro Único dos Programas Sociais. Brasília, 7 de dezembro de 2010. Domingos Tadeu



recursos importantes de áreas prioritárias, conduziu a discussão sobre a necessidade de novas regras para o setor.

Em relação à política externa, o presidente Lula teve a preocupação de se voltar para alianças Sul-Sul, em especial com a África, visando questionar assimetrias e disparidades no sistema político-econômico internacional e criar parcerias estratégicas. No seu governo, o Brasil ganhou maior projeção no cenário mundial, principalmente por fazer parte do Bric, grupo formado pelos principais países emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China –, que buscam uma agenda comum. A intensificação das relações com os países em desenvolvimento, negligenciada em governos anteriores, permitiu a conquista de novos e importantes mercados, como China e Índia. Ao mesmo tempo que aumentou suas exportações, o Brasil diversificou suas parcerias, o que o ajudou a enfrentar a crise mundial de 2008 e tornar o país mais relevante no cenário internacional.

Entretanto, foram considerados pela oposição equívocos da política externa brasileira o apoio ao Irã e sua política nuclear; o relacionamento com os vizinhos Bolívia e Venezuela que, ao mudarem regras nacionais para funcionamento de empresas estrangeiras, afetaram a Petrobras; e o apoio a Cuba e ao Irã, em razão de referências a desrespeito aos direitos humanos.

Durante o governo Lula, o Brasil intensificou a ajuda humanitária com recursos de cooperação internacional para vários países. Um deles foi o Haiti, o país mais pobre das Américas, que sofreu um grande terremoto no dia 12 de janeiro de 2010, deixando mais de duzentos mil mortos, trezentos mil feridos e 1,5 milhão de cidadãos desabrigados. O Brasil liderou a missão de paz da ONU naquele país e destinou recursos da ordem de US\$ 244 mil para o fortalecimento do Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCS), que contempla a capacitação de profissionais haitianos e a implantação de cozinhas escolares.

O Brasil pode ser considerado um laboratório das melhores práticas no processo de inclusão social e redução das desigualdades, pois

conjugou uma agenda social, a partir dos programas Fome Zero e Bolsa Família, com uma agenda de desenvolvimento econômico e de aumento dos salários. Tirou 29,5 milhões de brasileiros da miséria, criou 15 milhões de empregos formais com carteira assinada e levou 39 milhões de pessoas para a classe média entre 2003 e 2010.

Em 2009, o presidente Lula recebeu o Prêmio Homem do Ano, entregue pelo jornal *Le Monde* (França), e o Prêmio Personalidade do Ano, conferido pelo jornal *El País* (Espanha). Destacam-se, também, o título de Estadista Global – concedido pelo Fórum Econômico Mundial, em sua edição de 2010, ocorrida em Davos, Suíça – e a escolha de Lula, pela revista *Time*, como um dos 25 líderes mais influentes do mundo em abril do mesmo ano.

Presidente Lula visita as obras do novo trecho da Ferrovia Norte-Sul que começa em Ouro Verde (GO) e vai até Estrela d'Oeste (SP). 23 de dezembro de 2010. Ricardo Stuckert/PR



O presidente, aos 65 anos, deixou o Palácio do Planalto com mais de 80% de popularidade. Depois da ditadura militar, nenhum presidente eleito diretamente deixou o cargo tão bem avaliado quanto Lula, o que se explica, sobretudo, pela melhora do emprego, da renda e de sua distribuição, alterando substancialmente o padrão de vida dos mais pobres.

O Brasil e o mundo

Em 2007, a primeira-dama Cristina Kirchner elegeu-se presidente da Argentina. Na Venezuela, o presidente Hugo Chávez foi derrotado em plebiscito que lhe permitiria se reeleger indefinidamente, resultado, porém, revertido em seu favor em 2009.

Foi em 2008 que os americanos elegeram, pelo Partido Democrata, o primeiro presidente negro de sua história: Barack Obama, que recebeu, em dezembro do ano seguinte, o Prêmio Nobel da Paz. Ainda em 2008, o filme *Tropa de elite*, do diretor José Padilha, ganhou o Urso de Ouro de melhor filme no Festival de Cinema de Berlim.

Em janeiro de 2009, eclodiu a guerra entre Israel e o governo do Hamas em Gaza. Em abril, uma crise iniciada no centro financeiro americano, Wall Street, alimentada pela valorização excessiva dos imóveis, ganhou proporções globais, atingindo não só a economia dos Estados Unidos, mas também diversos países europeus. No mês seguinte, milhares de pessoas enfrentaram a repressão no Irã para se manifestar contra a reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, marcada por denúncias de fraude. Em julho, o exército colombiano libertou Ingrid Betancourt, após seis anos de sequestro, e mais 14 prisioneiros dos narcoguerrilheiros das Farc. A escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 foi anunciada em outubro, em Copenhague, onde ocorreu, em dezembro, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP15), da qual o Brasil participou.

No início de 2010, um terremoto devastou o Haiti e entre os cerca de 250 mil mortos contaram-se militares brasileiros das forças de paz da ONU e a médica e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns. Em 21 de janeiro, o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, deixou a Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, onde havia se instalado, após ter ficado sob cerco por quatro meses. Em fevereiro, o preso político cubano Orlando Zapata Tamayo morreu depois de 85 dias em greve de fome. No meio do ano, iniciou-se o processo de libertação de presos políticos naquele país, com a mediação da Igreja Católica e o apoio do governo espanhol. Em maio, Brasil e Turquia fecharam um controvertido acordo para que o urânio iraniano levemente enriquecido fosse enviado ao território turco e, em troca, o país recebesse o produto enriquecido a 20%. A iniciativa pretendia encerrar a crise internacional em torno do programa nuclear iraniano. A última brigada de combate norte-americana retirou-se do Iraque em setembro, após sete anos de ocupação e cerca de quatro mil soldados americanos e dezenas de milhares de iraquianos mortos em confrontos e atentados terroristas. Em novembro, um ano após o fracasso da reunião em Copenhague, a XVI Conferência das Partes (COP-16), da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês), em Cancún, no México, concluiu um conjunto de medidas para combater as mudanças climáticas.

O ano econômico se encerrou com a notícia de que o PIB da China atingira a marca de 9,5% do total mundial, transformando o país na segunda maior economia do mundo, embora seu PIB *per capita* tenha ficado atrás da maioria dos países. No mês de dezembro, o site Wikileaks começou a divulgar 251.287 relatórios sigilosos da diplomacia americana num período que abrange entre 1966 e 2010, incluindo a comunicação com o Brasil. Distinguido com o Nobel da Paz, o dissidente chinês Liu Xiaobo, preso em Pequim, foi impedido pelo governo de seu país de receber o prêmio. Na cerimônia de outorga da honraria, em dezembro, na Noruega, uma cadeira vazia evidenciou sua ausência.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que pretende investir mais de R\$ 500 bilhões em infraestrutura até 2010. Brasília, 22 de janeiro de 2007. Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Presidente Lula visita as instalações da plataforma de petróleo no pré-sal do Campo Baleia Franca. Bacia de Campos/ES, 15 de junho de 2010. Ricardo Stuckert Filho/Instituto Lula



Dilma Vana Rousseff

Dados biográficos

Economista, nasceu em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1947. Em 1964, iniciou o ensino médio no Colégio Estadual Central (atual Escola Estadual Governador Milton Campos), conhecido por sua tendência liberal, que o diferenciava de outras instituições de ensino na capital mineira. Aos 16 anos, iniciou sua militância política, integrando organizações de combate ao regime militar. Militava nos quadros da Vanguarda Popular Revolucionária (VAR-Palmares) quando, em 1969, foi presa em São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban) e submetida à tortura, tendo cumprido pena no presídio Tiradentes até 1972. Mudou-se no ano seguinte para Porto Alegre, onde retomou, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o curso de economia. Com a abertura política, dedicou-se à campanha pela Anistia e, em 1979, participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido (1980-1985) e, entre 1986 e 1988, foi secretária municipal de Fazenda de Porto Alegre. Em 1989, foi nomeada diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, ano em que também participou da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto, na primeira

eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, apoiou o então candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. Presidiu a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1991-1993) e, em seguida, ocupou o cargo de secretária estadual de Minas, Energia e Comunicações, no governo de Alceu Collares (PDT), retornando ao posto no governo Olívio Dutra (1999-2002), do PT. Ainda em 1998, iniciou o doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chegou a defender a tese. Filiada ao PT desde 2000, participou da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, e assumiu, em 2003, o Ministério das Minas e Energia do novo governo, quando empreendeu a reformulação do marco regulatório do setor elétrico e criou o programa Luz para Todos. Em 2005, tornou-se ministra-chefe da Casa Civil, cabendo-lhe, a partir de

Presidenta Dilma Rousseff faz seu primeiro pronunciamento à nação durante solenidade no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2011. Roberto Stuckert Filho/PR



2007, a gestão de programas estratégicos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o programa Minha Casa Minha Vida. Sua candidatura à presidência da República pela coligação Para o Brasil Seguir Mudando foi oficializada em junho de 2010, tendo como vice o presidente do PMDB, deputado federal Michel Temer (SP). Venceu as eleições no segundo turno, tornando-se a primeira presidenta do Brasil, com cerca de 56 milhões de votos. Em seu discurso de posse, a presidenta Dilma estabeleceu como prioridades a erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos os brasileiros. Comprometeu-se com a educação de qualidade, o aprimoramento da saúde pública e a garantia de segurança pública, considerados por ela fundamentais. Em 2023, assumiu a presidência do Banco do BRICS.

Período presidencial

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff foi eleita com 56,05% dos votos, tornando-se a primeira mulher a ocupar a presidência da República no Brasil. Seu mandato teve início em um cenário de crescimento econômico impulsionado pelo consumo interno e pela redução de impostos.

Antes de completar um ano de governo, Dilma demitiu sete ministros, seis deles por acusações de corrupção. A forma enérgica como lidou com esses episódios fez dela a grande responsável pela “faxina ética” contra a corrupção. Isso, entre outros fatores, refletiu-se na aprovação recorde de 59% da população no primeiro ano de seu governo – o maior índice desde a redemocratização.

Logo no começo do mandato, em 2011, foi lançado o programa Brasil Sem Miséria, uma continuidade do Bolsa Família, com o objetivo de tirar 16 milhões de pessoas da condição de extrema pobreza. Dilma se tornou a primeira mulher a fazer o discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU. Nesse primeiro ano de governo, a presidenta recebeu diversos chefes de Estado para tratar de questões políticas e econômicas, entre eles o então mandatário dos EUA, Barack Obama.

No roteiro de viagens de Dilma, além de países da América do Sul e da África, constavam França, Bélgica, Grécia e Turquia.

Seu governo deu atenção significativa à educação, ampliando o programa de concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino (ProUni) e o fundo para financiamento de cursos superiores (Fies), além da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para educação técnica. Em 2012, a lei n. 12.711 estabeleceu a reserva de vagas em universidades e institutos federais para estudantes oriundos do ensino público, que também previa cotas para pessoas negras, pardas e indígenas. Pela primeira vez, as cotas para esses grupos – que já existiam em âmbito estadual – passaram a ter alcance federal.

Presidenta Dilma
Rousseff lança o
programa Mais Médicos
que visa a levar médicos
para o interior e regiões
metropolitanas do país.
Brasília, 8 de julho de
2013. Fabio Rodrigues
Pozzebom/Agência Brasil



Ainda em 2012, Dilma sancionou a Lei de Acesso à Informação, importante mecanismo de transparência que obriga os órgãos públicos de todo o país a prestarem informações sobre suas atividades a qualquer cidadão interessado.

No início de seu primeiro mandato, Dilma dispôs do capital político do ex-presidente Lula em suas relações com o Congresso. Em 2011, o PT tinha a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 88 parlamentares, e controlava 15 cadeiras do Senado, apenas cinco a menos que o PMDB. Porém, com o tempo, Dilma passou a enfrentar um Congresso que caminhava cada vez mais para a oposição, passando a ter dificuldades para a aprovação de projetos.

A crise política foi afetada também pelas condições econômicas que se deterioraram ao longo do mandato, em especial em razão da queda do preço das *commodities* e da retomada do crescimento de grandes potências após a crise de 2008, o que diminuiu temporariamente o poder de barganha do Brasil, afetou a balança comercial e, conseqüentemente, freou o processo de crescimento que o país obtivera nos anos anteriores.

Já no primeiro ano do governo Dilma, a economia dava sinais de desaceleração. Após o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ter crescido 7,5% em 2010, ainda no segundo mandato do presidente Lula, em 2011, o crescimento foi de apenas 2,7% – menos da metade dos 5,5% projetados. O ponto positivo ficou por conta do emprego formal, que se manteve em alta: apenas 5% da população economicamente ativa estava desempregada.

No entanto, à medida que o primeiro mandato avançava, a economia apresentava outros resultados preocupantes. Em 2014, o setor público gastou R\$32,5 bilhões a mais do que arrecadou com tributos — o equivalente a 0,63% do PIB, o primeiro déficit desde 2002.

Os protestos de junho de 2013, desencadeados pelo aumento das tarifas de transporte público, rapidamente se espalharam pelo país, refletindo

insatisfação com os serviços públicos, corrupção e gastos com a Copa do Mundo de 2014. A contestação, mesmo que muitas vezes de forma difusa e sem objetivos e pautas concretas, afetou visceralmente o governo, que teve que responder às demandas populares e apresentar respostas aos problemas elencados.

Assim, Dilma se viu pressionada, e a oposição aproveitou o momento conturbado para intensificar as críticas. Em março de 2014, foi iniciada a Operação Lava Jato, voltada especialmente para a investigação de corrupção durante os mandatos de Lula e Dilma. Da mesma forma, o Congresso Nacional aumentou sua hostilidade em relação ao governo, barganhando para a aprovação de projetos e dificultando a execução do programa político-econômico almejado pela presidenta.

Ainda em 2013, uma informação veio à tona, gerando mal-estar entre Brasil e EUA: documentos considerados ultrassecretos pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) mostraram que Dilma e alguns de seus assessores foram alvo de espionagem. O jornalista Glenn Greenwald foi quem recebeu os papéis de Edward Snowden, ex-funcionário da NSA que deixou os Estados Unidos com a intenção de denunciar ao mundo o sistema de espionagem norte-americano.

Apesar do momento conturbado vivido a partir de 2013, o governo se dedicou a iniciativas de impacto social. Em julho, foi lançado o programa Mais Médicos, política pública para enfrentar o desafio de melhoria no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo era levar médicos para regiões remotas, de difícil acesso e de alto índice de vulnerabilidade, onde havia escassez ou ausência desses profissionais. Ampliado em 2014, o programa alocou 18.240 médicos em 4.058 municípios e em 34 distritos sanitários especiais indígenas (Dsei), unidades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) responsáveis por organizar e prestar serviços de saúde de forma regionalizada para as populações indígenas no Brasil, atendendo

48 milhões de pessoas. Foram obtidos importantes resultados, como a ampliação do acesso à saúde e a redução de internações evitáveis, contribuindo para a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS e garantindo condições sanitárias adequadas, especialmente para as populações mais pobres, municípios pequenos e regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Em junho de 2013, ocorreu o lançamento do PAC Mobilidade Urbana, destinado a investir na mobilidade urbana em grandes e médios municípios, em ações como a adaptação de rodovias que fazem o contorno de cidades e a pavimentação de vias urbanas para facilitar o trânsito de veículos. Outro empreendimento de impacto dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi a expansão de redes de telecomunicação, com a ampliação do PAC Cidades Digitais. A ideia era melhorar tanto a oferta de internet banda larga quanto a velocidade da conexão. Acrescentam-se, ainda, as obras de saneamento básico e a continuação do programa Minha Casa Minha Vida.

Outra ação do governo Dilma foi a sanção da lei n. 12.858/2013, que destinou 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde, permitindo o aumento significativo dos investimentos em ambos os setores. Na educação básica, houve a criação de escolas de tempo integral e creches; no sistema de saúde, a ampliação da rede de hospitais, a compra de equipamentos e a contratação de profissionais.

Em 2014, a Copa do Mundo transcorreu sem maiores problemas, apesar de manifestações anteriores ao evento terem criticado tanto os gastos públicos gerados pelo mundial quanto a transformação de diversos estádios, entre eles o Maracanã, que teve a capacidade reduzida e a arquitetura original alterada.

A despeito de um contexto político desfavorável, Dilma Rousseff derrotou Aécio Neves nas eleições de outubro de 2014, por uma pequena margem (51,6% a 48,3%).

Nos últimos momentos de seu governo, em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, ocorreu a cerimônia de entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), quando Dilma se emocionou e foi aplaudida de pé. A CNV trabalhou por dois anos e sete meses, apurando, pesquisando e registrando violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, com destaque para os crimes cometidos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985. A presidenta, na ocasião, afirmou que “a busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar pela sua preservação”.

A presidenta Dilma Rousseff recebe o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 10 de dezembro de 2014. Roberto Stuckert Filho/PR



O Brasil e o mundo

A presença brasileira em órgãos multilaterais tradicionais, globais ou regionais, iniciada ainda nos governos anteriores, manteve-se, sobretudo por meio de uma atuação vigorosa do Itamaraty.

Foi durante seu primeiro ano de governo, na 3ª Cúpula realizada em Sanya, na China, que a África do Sul oficializou sua entrada no Brics. Ainda durante a gestão da presidenta, na 6ª Cúpula, foi sancionada a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), visto como um grande passo no fortalecimento da cooperação no âmbito do grupo, bem como uma excelente iniciativa para balancear a economia global e o peso do Banco Mundial. Para além das cúpulas oficiais, Dilma encontrou-se com os chefes de Estado dos países-membros do Brics em reuniões paralelas – multilaterais e bilaterais –, como a ocorrida em Los Cabos (México), em 2012, às margens da VII Reunião de Cúpula do G20, e em Brisbane (Austrália), em 2014.

A 17ª Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável prorrogou o Protocolo de Kyoto, em Durban, na África do Sul, em 2011, e discutiu a obrigatoriedade de metas de redução, postergando para 2020 decisões de todos os países nesse sentido. O Brasil comprometeu-se apenas a cumprir suas metas, e os Estados Unidos e a China, os maiores poluidores, aceitaram, enfim, o princípio da obrigatoriedade.

O esforço em normatizar a política internacional nesse setor chega à Rio+20, em junho de 2012. Nela compareceram delegações de 193 países, que não incluíam os líderes de grandes nações poluidoras. Apesar de a preocupação com a emissão de gases que afetam o clima ser prevalecente nos debates, mais uma vez, o documento final não expressou posições consensuais. Para Rousseff, a inclusão nele do combate à pobreza representou um avanço. Contudo, as organizações não governamentais (ONGs) o consideraram fraco, senão decepcionante, visto renovar promessas anteriores, consolidando-as em mais uma carta de boas intenções, sem clareza e sem compromisso com a obrigatoriedade.

As migrações internacionais motivadas por crises políticas, intolerância religiosa ou epidemias alcançaram o Brasil, que, devido a condições econômicas favoráveis, tornou-se um destino para cidadãos de países da África e do Oriente Médio, muitos chegando na condição de refugiados. O Comitê Nacional para Refugiados (Conare) alcança em 2013 a soma de 4.500 beneficiados pelo governo brasileiro com asilo político: 64% provenientes da África, 22% da América e 10% da Ásia. Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no mesmo ano, os deslocados dentro ou fora de seus países ultrapassaram a cifra de cinquenta milhões, e o Brasil recebeu mais de cinco mil pedidos de asilo no período. Outro fenômeno importante foi o regresso de brasileiros de vários países, como Japão, Portugal, Estados Unidos, entre outros. A boa fase econômica do Brasil e a crise na Europa, com o aumento do desemprego, que afetou principalmente Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, contribuíram para esse rumo migratório.

Entre as principais crises mundiais, registre-se uma onda de protestos populares iniciada em 2011 que varreu o norte da África e o Oriente Médio, denominada Primavera Árabe, uma rebelião civil contra regimes ditatoriais, como os da Tunísia e Egito. Na Síria, a escalada de violência entre as forças leais ao presidente Bashar al-Assad e os rebeldes deixou mais de trinta mil mortos e quase meio milhão de deslocados. Após uma década de guerra, em 2011, parecia ter chegado ao fim um ciclo de conflitos no Afeganistão com a retirada de tropas da Otan e a transferência da segurança do país às forças locais em um processo desenrolado em meio à violência. A retirada das tropas americanas do Iraque, nesse mesmo ano, não encerrou o conflito. Desafios significativos de segurança e estabilidade política foram agravados com a ascensão do Estado Islâmico, que se expandiu na região. A radicalização dessas organizações parece ter inspirado o atentado na Maratona de Boston, em 2013, considerado um “ato insano de violência”, nas palavras da presidenta Dilma Rousseff, que expressou sua “solidariedade, em nome de todos os brasileiros, às vítimas e suas famílias”.

Na Europa, em 2014, a Rússia anexa a Crimeia e tem início uma guerra no Donbass, no leste da Ucrânia, agravada pela queda do avião da Malaysia Airlines (MH17) que fazia a rota Amsterdã-Kuala Lumpur, abatido por um míssil BUK de fabricação soviética.

Tentativas de paz foram empreendidas pela ONU, a exemplo do reconhecimento da Palestina como Estado observador (2012) e do Tratado de Comércio de Armas (2013). Em 2013, foi firmado um acordo provisório entre o Irã e um grupo de potências mundiais, conhecido como P5+1 (China, França, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos, mais Alemanha), para a redução do programa nuclear iraniano em troca de um alívio nas sanções econômicas internacionais.

Em fevereiro de 2013, o papa Bento XVI surpreendeu o mundo anunciando sua abdicação, sendo sucedido pelo cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, que assumiu o pontificado com o nome de Francisco.



A presidenta Dilma Rousseff, o presidente Dmitri Medvedev (Rússia), o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, e os presidentes Hu Jintao (China), e Jacob Zuma (África do Sul) durante foto oficial da 4ª Cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Nova Déli, 29 de março de 2012. Roberto Stuckert Filho/PR

A reeleição de Barack Obama, em 2012, para um novo mandato possibilitou a reaproximação dos EUA com Cuba, normalizando relações diplomáticas entre os dois países, após cinco décadas. O anúncio, em 2014, foi feito em pronunciamentos dos presidentes Obama e Raúl Castro. A negociação intermediada pelo papa Francisco e pelo governo do Canadá envolveu a troca de prisioneiros entre os dois países.

Ainda em 2013, dois nomes de expressão desapareceram do cenário político. Em março, Hugo Chávez, presidente da Venezuela e fundador de um regime que nomeou de bolivarianismo, morre após dois anos de luta contra o câncer. No final do mesmo ano, após décadas de resistência, liderança e transformação do seu país, morre o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, aos 95 anos.

Na área econômica, observa-se a queda dos preços do petróleo devido ao declínio da demanda, à medida que o crescimento mundial desacelerava. Além disso, houve retomada da produção na Líbia, bem como extração de gás natural e petróleo de rochas subterrâneas, como o xisto, pelos EUA, através do fraturamento hidráulico (fracking), o que mudou a dinâmica do mercado energético.

A eleição, em 2014, do líder do partido nacionalista hindu Bharatiya Janata Party (BJP) Narendra Modi como primeiro-ministro da Índia representou uma guinada para a direita no país que havia sido governado durante os dez anos anteriores pelo Partido do Congresso da dinastia Nehru-Gandhi.

No campo das ciências, a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern) anunciou, em 2012, a descoberta do Bóson de Higgs, também conhecido como “a partícula de Deus”, e a missão Rosetta da Agência Espacial Europeia (ESA) conseguiu, em 2014, pousar uma sonda na superfície de um cometa. Em paralelo a essas conquistas, uma epidemia de ebola causou quase sete mil mortes, representando um dos maiores desafios de saúde pública no ano.

Cerimônia de sanção da lei que destina recursos dos royalties do petróleo para educação e saúde, no Palácio do Planalto. Brasília, 9 de setembro de 2013. José Cruz/Agência Brasil





Dilma Vana Rousseff

Período presidencial

Em uma das eleições diretas mais acirradas da história republicana do Brasil, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita em segundo turno com 54.501.118 votos válidos, o equivalente a 51,6%. Com a reeleição de Dilma, o Partido dos Trabalhadores (PT) se consolidou como a legenda que permaneceu mais tempo no poder desde a redemocratização.

Empossada em sessão solene na Câmara dos Deputados, com a participação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros; da Câmara, Henrique Eduardo Alves; e do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, Dilma prometeu manter a política desenvolvimentista, realizar uma reforma política, continuar o combate à corrupção e fazer altos investimentos em educação, o que motivou o novo lema do governo, Brasil: Pátria Educadora.

Dilma e seu ministério assumiram o poder em meio a uma grave crise política e econômica, agravada pelas denúncias da operação Lava Jato, que afetavam o governo e o PT, e pela crescente inflação. Já nos primeiros meses, começaram as mudanças nos ministérios e o vice-presidente Michel Temer foi nomeado articulador político do governo,

com o objetivo de melhorar a relação com o Congresso Nacional e o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No início do governo, com a nomeação de Joaquim Levy para o cargo de ministro da Fazenda, ficava clara a intenção de realizar um forte ajuste fiscal e cortar gastos em meio a uma grave crise econômica.

A prioridade do governo era reequilibrar as contas públicas, o que gerou medidas muito impopulares e atritos entre setores do governo, o PT e camadas da sociedade civil. Além do aumento do preço dos combustíveis, da energia elétrica e também dos impostos, como IPVA e IPTU, foram tomadas medidas que modificaram as regras para concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários. Houve, ainda, cortes em recursos para programas na área de educação, como o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) – que ofertava bolsas de estudo, parciais ou integrais, para alunos que desejassem cursar a graduação ou pós-graduação em instituições privadas de ensino. Ministérios como Cidades, Saúde, Educação, Transportes e Defesa também tiveram parte de seus orçamentos cortada. Essas medidas, entretanto, não conseguiram conter o aumento da inflação, o déficit na balança comercial, a desvalorização cambial, a diminuição do PIB e a queda na produção industrial, nas exportações e na geração de empregos. Os índices de aprovação do governo, muito baixos, refletiam esses problemas.

Apesar das dificuldades no governo, é importante salientar também os progressos, como a redução da desigualdade e os avanços em saúde e educação, políticas ambientais, de igualdade de gênero, combate ao preconceito e defesa dos direitos dos afrodescendentes e dos indígenas.

Em 2014, deu-se início à operação Lava Jato, um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal, ministérios públicos estaduais e federal e diversos juízos distribuídos pelo país, sobretudo o de Curitiba, que visavam apurar um grande esquema de lavagem de

dinheiro que movimentou ilicitamente bilhões de reais, principalmente na Petrobras. Os desdobramentos da operação ao longo de 2015 e 2016 contribuíram para agravar a crise política que o governo enfrentava, com a prisão de empresários e executivos de grandes empresas e construtoras nacionais, que atuavam também no mercado externo, e a condenação e prisão de membros importantes do PT, como o tesoureiro João Vaccari Neto.

Em julho de 2015, o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB), rompeu oficialmente com o governo, que não o defendeu das acusações de corrupção nem tomou providências para evitar o processo de sua cassação. Esse gesto agravou ainda mais a crise política do país e aumentou o atrito entre o governo e o PT, e entre o PMDB e o vice-presidente.



O sírio Armin Nachawaty, 25 anos, vende esfirras com a família no Rio de Janeiro, onde vivem refugiados da guerra na Síria, 20 de setembro de 2015. Fernando Frazão/Agência Brasil

Em outubro daquele ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a reprovação das contas do primeiro governo de Dilma Rousseff, acusando-a de adotar manobras para aliviar as contas públicas – as chamadas pedaladas fiscais –, desrespeitando, assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou um dos pedidos de abertura de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff. A ação foi protocolada pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal. Nela, Dilma era acusada de crime de responsabilidade por violação das leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse ínterim, o ministro da Fazenda pediu demissão e assumiu Nelson Barbosa, pessoa de confiança da presidenta, evidenciando que as medidas adotadas na economia não estavam surtindo efeito na crise enfrentada.

Com a instalação do *impeachment*, os aliados de Dilma cobravam um posicionamento de Michel Temer. Este escreveu uma carta à presidenta, na qual reclamava de que Dilma desconfiava dele e de seu partido, e de que era apenas um “vice decorativo”, que não tinha protagonismo político no governo. No início de 2016, o PMDB rompeu oficialmente com o governo Dilma, isolando ainda mais a presidenta politicamente e comprometendo sua governabilidade. O agravamento da crise política e econômica causou também muitos protestos nas ruas pedindo a saída de Dilma do governo, que contava com um índice de aprovação de apenas 8%. Setores da imprensa brasileira, nessa época, ajudaram a aprofundar a crise, divulgando majoritariamente os problemas do governo, noticiando as acusações e prisões da Lava Jato, exaltando a atuação do então juiz Sergio Moro e destacando as manifestações que pediam a saída de Dilma e do PT do poder.

Foi criada uma Comissão Especial eleita pela Câmara para analisar o processo de *impeachment* e o ex-ministro da Justiça e então advogado-geral da União, José Eduardo Cardoso, assumiu a defesa da presidenta. Em seu argumento, afirmava que não havia dolo ou má-fé na abertura dos créditos suplementares e no caso das pedaladas fiscais; portanto,

Dilma não havia cometido nenhuma ilegalidade. Cardoso também denunciou que a abertura de processo de *impeachment* pelo deputado Eduardo Cunha era uma vingança por não ter recebido auxílio do governo e da bancada do PT na Câmara para evitar sua iminente cassação, que ocorreria somente em setembro de 2016.

Em abril de 2016, a Comissão Especial da Câmara aprovou a continuidade do processo de *impeachment*. O plenário da Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril, aprovou por 376 votos contra 137 o prosseguimento do processo para o Senado Federal, que aceitou sua abertura. A presidenta foi afastada por 180 dias para cuidar de sua própria defesa, assumindo o poder o vice-presidente Michel Temer.



Leitura do relatório final do deputado Jovair Arantes, na comissão especial da Câmara que trata do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Brasília, 6 de abril de 2016. Valter Campanato/Agência Brasil

Em agosto, a Comissão Especial da Câmara decidiu levar Dilma a julgamento – os senadores aprovaram a denúncia contra a presidenta e deliberaram julgá-la por crime de responsabilidade. O julgamento começou no final daquele mês. No dia 29, Dilma foi pessoalmente ao Senado fazer sua defesa, afirmou que estava sendo vítima de um golpe de Estado e negou os crimes que lhe eram imputados. A votação definitiva ocorreu em 31 de agosto e a presidenta foi destituída do cargo, mas manteve seus direitos políticos. Dilma entrou com uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a perda de seu

Em pronunciamento no Palácio da Alvorada, Dilma Rousseff diz que, com a aprovação do *impeachment*, sofreu o segundo golpe de Estado em sua vida. Brasília, 31 de agosto de 2016. José Cruz/Agência Brasil



mandato, porém o ministro Teori Zavascki negou o pedido, alegando que a interferência do STF traria “instabilidade” ao país.

Em 2023, Dilma Rousseff foi inocentada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) da ação das pedaladas fiscais, o que reforça o discurso de que o *impeachment* foi, na verdade, um golpe parlamentar contra o seu governo, em um grande acordo nacional para estancar a operação Lava Jato, como confirmam os diálogos vazados com o empresário Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, em que o senador Romero Jucá diz: “É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional. Com o Supremo, com tudo. Com tudo, aí parava tudo”.

O Brasil e o mundo

Duas tragédias se abateram sobre o Brasil em 2015: a epidemia do vírus zika e o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais.

Transmitida pelo mesmo mosquito vetor da dengue e da febre chicungunha, o *Aedes aegypti*, a zika é um flavivírus originário do continente africano e provavelmente foi introduzida na América do Sul durante a Copa do Mundo de futebol de 2014, realizada no Brasil. Entre 2015 e 2016, o país viveu uma epidemia de zika vírus. Considerada a princípio uma versão mais leve da dengue, com sintomas parecidos, a zika começou a causar pânico quando foram associados a ela os muitos casos de microcefalia congênita, identificados em bebês cujas mães foram infectadas pelo vírus durante a gestação, e também casos de síndrome de Guillain-Barré.

Outro grave acontecimento no Brasil em 2015 foi o rompimento da barragem do Fundão, no município de Mariana, em Minas Gerais, pior desastre ambiental do país até então. A barragem com detritos de mineração pertencia à empresa brasileira Samarco Mineração, controlada por uma *joint venture* entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton, duas das maiores empresas mineradoras do mundo.

No dia 5 de novembro, foram derramados 62 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos de minério de ferro que atingiram cidades, mataram 19 pessoas e chegaram ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Boa parte da lama chegou até o oceano Atlântico pela foz do rio e causou um desastre ambiental de enormes proporções, cuja contaminação pode durar mais de cem anos, até que haja recuperação do rio e seus afluentes e das áreas afetadas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) avaliou que dezenas das espécies de peixes que ocorrem no rio

Área afetada pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana. Minas Gerais, 7 de novembro de 2015. Antonio Cruz/Agência Brasil



Doce estão ameaçadas de extinção ou foram extintas com o desastre, comprometendo atividades como a pesca e a agricultura nas margens do rio. O abastecimento de água também foi comprometido, colocando toda a região em estado de calamidade pública.

No mundo, marcaram os anos de 2015-2016 os muitos atentados promovidos pelo Estado Islâmico contra países do Ocidente e Oriente. Em 2015, na França, houve alguns atentados, entre os quais sobressaem as bombas na sede do jornal *Charlie Hebdo* e na tradicional casa de espetáculos Bataclan. Houve atentados igualmente na Turquia, Indonésia, Bélgica, Bangladesh, Alemanha, Estados Unidos, Burkina Faso, Afeganistão, entre outros países, que deixaram muitos feridos e mortos.

Ainda nesse período, grandes massas de imigrantes saíram de países pobres e em conflito ou guerra e marcharam para o continente europeu em busca de refúgio, acolhida e melhoria de vida. Nesse surto migratório, o maior desde a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos refugiados e imigrantes veio de países da África subsaariana e da Síria, país em emergência humanitária, assolado por uma guerra que já durava quatro anos. No trajeto, que para muitos dos imigrantes significava a travessia do mar Mediterrâneo, milhares de homens, mulheres, crianças e idosos pereceram em naufrágios de embarcações precárias e superlotadas.

Em julho de 2015, foi suspenso o embargo econômico dos Estados Unidos contra Cuba e os dois países retomaram relações comerciais e diplomáticas depois de mais de cinquenta anos, o que seria consolidado no ano seguinte por um encontro dos presidentes Barack Obama, dos Estados Unidos, e Raúl Castro, de Cuba, em Havana. No final de 2015, representantes de 196 países assinaram o Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) na capital francesa. O tratado internacional representou um avanço, pois obrigava todos os países assinantes a apresentar e pôr em prática metas de redução na emissão de carbono e contenção da temperatura

no planeta. Entretanto, o acordo não criou formas de controle do cumprimento dessas metas.

Houve ainda a assinatura de um acordo histórico com o Irã para diminuição do alcance de seu programa nuclear. Nesse acordo, o Irã se comprometeu a reduzir sua atividade nuclear em troca da suspensão de sanções contra o país e sua economia por nações do Ocidente. Outro acontecimento digno de nota foi a saída do Reino Unido da União Europeia, que se chamou de Brexit. Na América Latina, especificamente na Colômbia, outro acordo histórico de paz foi assinado entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), organização paramilitar de inspiração comunista que atuava por meio de guerrilhas, considerada pelo Estado como terrorista.

Pela primeira vez na América do Sul, foram realizados, em agosto de 2016, os Jogos Olímpicos de Verão. As Paralimpíadas realizaram-se em setembro do mesmo ano.

Na esfera da política externa, o segundo governo Dilma Rousseff manteve as relações de integração com a América do Sul, mas houve uma diminuição do protagonismo internacional do Brasil, afinal, havia problemas internos mais prementes que exigiam maior atenção da presidenta. Entretanto, importantes acordos de cooperação multilaterais foram assinados no período, principalmente para intercâmbio científico e tecnológico, nos campos da educação e inovação. Um exemplo foi o exitoso projeto Ciência sem Fronteiras, que promovia o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação com países como Estados Unidos e Canadá, para aperfeiçoamento e desenvolvimento científico.

A China firmou-se como o principal e maior parceiro comercial do Brasil (só em 2015, foram negociados mais de 66 bilhões de dólares) e a Índia também esteve bastante presente na agenda diplomática brasileira. Aliás, o Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além de Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia,

Indonésia e Irã, bloco de países em desenvolvimento que se reúnem para articulação e cooperação no Sul Global – foi o foco da política externa do governo de Dilma e o Brasil teve destacada participação no bloco, principalmente com uma agenda voltada para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza no mundo.

Presidenta Dilma Rousseff posa para foto oficial durante 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – COP21. Paris, 30 de novembro de 2015. Roberto Stuckert Filho/PR.





Michel Miguel Elias Temer Lulia

Dados biográficos

Nascido em 23 de setembro de 1940, em Tietê, interior do estado de São Paulo, Michel Miguel Elias Temer Lulia é filho de pais libaneses que imigraram para o Brasil na década de 1920. Formado em direito pela Universidade de São Paulo em 1963, dedicou-se especialmente à área constitucional. Alcançou o cargo de procurador do estado de São Paulo por meio de concurso público em 1970.

Em 1981, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), recém-criado a partir do antigo MDB, único partido de oposição que a ditadura militar permitia atuar. O então governador de São Paulo, Franco Montoro, indicou seu nome para procurador-geral do estado, cargo que ocupou até 1984, quando Montoro o designou secretário de Segurança Pública. Em 1986, desligou-se do cargo de secretário para concorrer a uma vaga de deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito suplente, mas acabou assumindo o cargo em razão do licenciamento do titular. Na constituinte, posicionou-se contra a pena de morte, a estabilidade no emprego, a reforma agrária, a jornada de trabalho de quarenta horas, entre outros pontos; e a favor da legalização do aborto, do direito de greve e da

aposentadoria proporcional. Após a Constituinte, Michel Temer exerceu mais seis mandatos como deputado federal, sempre pelo PMDB.

Após o massacre no complexo presidiário do Carandiru, em 1992, foi nomeado secretário de Segurança Pública pelo governador Fleury Filho. Candidatou-se mais uma vez a deputado federal em 1994, obtendo uma vaga no Congresso, onde se tornou o líder do seu partido na Câmara. Desempenhou papel-chave na reforma da previdência do final dos anos 1990 e foi relator da reforma em 1996. A oposição, contudo, entrou com pedido de afastamento, alegando que o processo de pedido de aposentadoria de Michel Temer como procurador continha irregularidades. Apesar da aprovação da proposta do governo em junho de 1996, ao longo dos meses subsequentes, a oposição derrotaria o governo em vários pontos, minando a proposta inicial e mantendo alguns direitos que o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso buscou eliminar. Em fevereiro de 1997, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, para um mandato de dois anos.

Em 1998, reelegeu-se deputado federal, o mais votado do PMDB, sendo igualmente reeleito para a presidência da Câmara. Presidente do PMDB a partir de 2002, e reeleito deputado federal naquele mesmo ano, apoiou a candidatura de José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), à presidência da República. No primeiro governo Lula, participou da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara e foi reeleito presidente do seu partido. Em 2006, mais uma vez, apoiou a candidatura do PSDB (Geraldo Alckmin) e, com nova derrota, acabou integrando negociações para participação do PMDB no segundo mandato de Lula. Em junho de 2010, após o fim do seu terceiro mandato como presidente da Câmara dos Deputados, foi convidado a integrar a chapa de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência da República. Assim, em 31 de outubro de 2010, Michel Temer foi eleito vice-presidente do Brasil.

Atuou principalmente como articulador político do governo, inclusive em relações com outros países. Figura central do PMDB,

centralizava as demandas e pressões do seu partido, integrante da base governista, em prol de maior participação no mandato. A chapa Dilma-Temer repetiu-se em 2014, obtendo vitória, após disputa acirrada, diante de Aécio Neves (PSDB). Mais uma vez apontado como responsável pela articulação política, permaneceu pouco tempo na função, até agosto de 2015. A partir daí, Temer e seu partido passaram a se afastar cada vez mais do governo de Dilma Rousseff, abrindo uma crise agravada por manifestações populares em algumas grandes cidades, inclusive Brasília, a maioria em oposição ao governo.

No final de 2015, Temer deixa claro que abandonaria o governo e inevitavelmente apoiaria o processo de *impeachment* a ser aberto pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), desafeto de Dilma Rousseff. Apesar de um último aparente esforço de conciliação no início de 2016 – quando Temer foi reeleito presidente do PMDB pela sexta vez com aval do governo –, o anúncio de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocuparia a Casa Civil e Mauro Lopes (PMDB/MG), a Aviação Civil pegou o vice-presidente de surpresa, afastando-o do governo de forma irremediável. Seu partido não perdeu tempo e, no final de março de 2016, anunciou o rompimento.

Entre denúncias e desconfianças, os meses seguintes demonstraram que Temer se articulava com Eduardo Cunha no sentido de concretizar o *impeachment*, colocando-se como uma saída “conciliatória” capaz de compor um governo de “salvação nacional”. Em maio daquele ano, foi aberto o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, baseado na edição de seis decretos de créditos suplementares assinados em 2015 sem autorização do Legislativo. A inconsistência dos argumentos legais utilizados para a denúncia foi exaustivamente apontada, em especial por aliados do governo e, posteriormente, por juristas e cientistas políticos, como evidência de que todo o processo mascarou um golpe, que objetivava retirar da presidência o PT, já que a aprovação de tais créditos suplementares, conhecida por “pedalada fiscal”, não é incomum no Executivo brasileiro.

31.8.2016 - 31.12.2018

Pronunciamento à imprensa.
Brasília, 29 de dezembro de 2016.
Agência Brasil



Michel Temer coordena primeira
reunião com sua equipe após
tomar posse na presidência da
República. Brasília, 31 de agosto
de 2016. Valter Campanato/
Agência Brasil



Em março de 2019, Michel Temer foi preso preventivamente pela força-tarefa da operação Lava Jato do Rio de Janeiro. A investigação estava relacionada às obras da usina nuclear Angra 3 e ao pagamento de propina no valor de um milhão de reais por uma das empresas do consórcio responsável pelo projeto ao grupo do qual Temer fazia parte. Após alguns dias de prisão, o ex-presidente foi posto em liberdade, beneficiado por um *habeas corpus*. Em 2022, foi absolvido por suposta corrupção e lavagem de dinheiro.

Período presidencial

Dilma Rousseff foi afastada da função por 180 dias em maio de 2016 e o vice-presidente Michel Temer assumiu como presidente em exercício. Temer imediatamente recompôs todo o ministério, sem a participação do PT e partidos aliados. PMDB, Partido Progressistas (PP), PSDB, Partido Social Democrático (PSD), Democratas (DEM), Republicanos (PRB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PPS (atual Cidadania), Partido Verde (PV) e Partido da República (PR) integraram a nova equipe. A reforma diminuiu o número de pastas de 32 para 23: o ministério de Direitos Humanos, Política para Mulheres e Igualdade Racial foi incorporado ao da Justiça, que recebeu o nome de ministério da Justiça e Cidadania; as pastas do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário foram integradas ao ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e as da Educação e da Cultura foram aglutinadas – medida suspensa depois de uma avalanche de críticas. Esses são os exemplos mais significativos da reforma ministerial do novo governo, mas não foram as únicas mudanças. Temer governou com um ministério formado apenas por homens, ao contrário de sua antecessora, que, ao longo de seis anos, contou com a participação de 14 mulheres nessas funções.

Denúncias de corrupção levaram o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Romero Jucá, pessoa de confiança de Temer, a deixar a pasta após 12 dias de gestão, seguido de Fabiano

Silveira, ministro da Transparência, Fiscalização e Controle. A operação Lava Jato também atingiu o governo, sem que a Câmara dos Deputados se mobilizasse para abrir um processo de investigação contra o presidente.

Em junho de 2016, Michel Temer apresentou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional que congelaria os gastos públicos. Chamada PEC do Teto de Gastos, apelidada de Teto da Morte, que resultou na emenda constitucional 95, foi apresentada como essencial para os planos do governo no sentido de controlar a inflação e alavancar o crescimento econômico, sanando, assim, os problemas herdados da administração anterior. Por esta proposta, os gastos públicos ficariam limitados à correção inflacionária, a partir de 2017, por vinte anos. O ministro da Fazenda Henrique Meirelles, defensor de uma política econômica ortodoxa e nome de agrado do mercado, permaneceu no cargo durante todo o governo de Michel Temer. Nos anos seguintes, esse mecanismo acabou caindo em descrédito com seguidas propostas de emenda constitucional que abriam exceções a esse teto.

O mandato de Dilma Rousseff foi cassado pelo Senado Federal em agosto de 2016 e Michel Temer assumiu oficialmente a presidência da República até 31 de dezembro de 2018. Ao longo desses dois anos, enfrentou protestos das ruas, que questionavam sua legitimidade, e terminou seu mandato com baixíssimo índice de popularidade – avaliação ruim e péssima atingiu quase oitenta por cento em junho de 2018.

Em 2017, Michel Temer conseguiu implementar o Novo Ensino Médio (lei n. 13.415). Lançada como medida provisória de Reforma do Ensino Médio Nacional no final de 2016 e aprovada pelo Congresso no ano seguinte, a reforma – alterada significativamente em 2024 – foi intensamente criticada por educadores, pesquisadores e estudantes. Propunha uma alteração curricular que, segundo seus propositores, solucionaria por si só os problemas fundamentais da

educação no Brasil, permitindo maior liberdade de escolha do aluno e adequação ao mercado de trabalho. Na prática, isso seria traduzido em uma centralização excessiva, precarização do trabalho docente, aumento de desigualdades escolares, despreparo das redes de ensino para implementar a reestruturação. As críticas à reforma aumentaram nos anos seguintes, com alegações de que o Novo Ensino Médio cristalizava as desigualdades de oportunidades entre ricos e pobres, e que o objetivo da reforma na verdade era simplificar a formação de uma massa de jovens para um mercado de trabalho precarizado, em contraponto à necessidade de formar cidadãos e indivíduos capazes de escolher suas carreiras e seus caminhos.

Outra iniciativa impopular realizada no governo Michel Temer foi a reforma trabalhista, aprovada no Congresso em 2017 (lei n. 13.467), que fragilizou os direitos dos trabalhadores, flexibilizando regras estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e precarizando as relações de trabalho. Articulada pelo Executivo



Michel Temer toma posse na Presidência da República em cerimônia realizada no Plenário do Senado. Brasília, 31 de agosto de 2016. Agência Brasil

31.8.2016 - 31.12.2018

Presidente Michel Temer faz o discurso de abertura da 72ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Nova Iorque – EUA, 19 de setembro de 2017. Beto Barata/PR



Presidente da República, Michel Temer, posa para foto oficial com Chefes de Estado e de Governo do G20. Buenos Aires, 30 de novembro de 2018. Cesar Itiberê/PR



e aprovada em tempo recorde pelo Congresso Nacional (mais de duzentas alterações em poucos meses), sem discussões ampliadas entre sindicatos e outras organizações da sociedade civil, essa reforma trabalhista é vista por muitos como uma vitória das propostas neoliberais que lidam com as crises do capitalismo por meio de programas de austeridade, desmonte de políticas sociais e de proteção ao trabalhador e ao indivíduo, e ataques às organizações (como sindicatos) capazes de fazer frente a mudanças que alteram a vida dos trabalhadores.

Uma decisão do presidente Michel Temer que teria amplas consequências no futuro, após o fim do seu mandato, foi a nomeação de Alexandre de Moraes para o Superior Tribunal Federal. Escolhido para o Ministério da Justiça em 2016, ele foi indicado para a vaga de Teori Zavascki no início de 2017 e aprovado pelo Senado em fevereiro daquele ano.

Brasil e o mundo

Desde o início de seu governo, Michel Temer realizou cortes de gastos no Itamaraty e deixou claro que a política externa passaria por um processo de realinhamento e posicionamento menos proativo em relação aos governos anteriores, em especial aos do ex-presidente Lula. José Serra (PSDB-SP), oponente de Lula derrotado em duas eleições presidenciais, foi o ministro das Relações Exteriores de maio de 2016 a fevereiro de 2017, sendo sucedido por Aloysio Nunes (PSDB-SP), que permaneceu até o fim do governo Temer.

Ao longo do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e após a concretização de sua saída da Presidência, a política externa foi utilizada como peça estratégica nos embates políticos e na polarização do país. Assim, compreende-se que uma das tarefas do Itamaraty sob Temer foi distanciar-se do projeto de protagonismo do Brasil em termos geopolíticos, buscando a instrumentalização da política externa como meio para alcançar boas relações comerciais.

José Serra, disposto a concorrer mais uma vez em 2018, tentou deixar sua marca na imagem do país, voltando-se para os “parceiros tradicionais” (Estados Unidos e Europa), em detrimento dos Brics e da América do Sul, afastando o Brasil de discussões sobre sua entrada no Conselho de Segurança Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU) e criticando países cujos governos mantinham estreitas relações com os governos petistas: Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua. O presidente Michel Temer agiu como contraponto aos excessos de seu chanceler, limitando seu raio de ação e apresentando uma posição conciliatória em relação à Venezuela, ao Conselho de Segurança, à Palestina.

José Serra deixa o ministério em fevereiro de 2017, sob alegações de corrupção no âmbito da Lava Jato, e retorna ao Senado. Seu sucessor, Aloysio Nunes, atuou de forma mais discreta, seguindo a atuação da presidência da República que se apoiava em uma agenda comercial

Os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e do Brasil, Michel Temer, durante jantar de trabalho oferecido pelo presidente americano. Nova Iorque (EUA), 18 de setembro de 2017. Beto Barata/PR



liberalizante como forma de incrementar as relações com outros países. O ministro da Fazenda Henrique Meirelles assumiu a responsabilidade pela reivindicação brasileira de adesão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pedido este oficializado em maio de 2017, inclusive em termos de campanha política e pública. Temer também recriou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), estruturada por Lula em 2008 e extinta por Dilma em 2015, que se tornou crucial para a concretização da agenda econômica do governo.

Ainda visando otimizar os fluxos comerciais, Michel Temer buscou manter uma relação equidistante com China e Estados Unidos, os maiores parceiros comerciais do Brasil. A vitória de Donald Trump nas eleições americanas de 2016 trouxe uma política agressiva àquele país, que passou a pressionar em prol de interesses imediatos (fusão da Embraer com a Boeing; controle do centro de lançamentos aéreos de Alcântara, no Maranhão; abertura dos leilões do pré-sal a empresas privadas), ao mesmo tempo em que explicitava seu desprezo pela América Latina de forma geral.

Em relação à China, Temer – que visitou o país duas vezes como presidente –, além de interesses comerciais, deu continuidade aos debates sobre temas que aproximavam os dois países, em especial o desenvolvimento sustentável e a reforma das instituições multilaterais.

As relações Sul-Sul tiveram algum destaque na agenda internacional do período, com uma visita do ministro Aloysio Nunes a Malásia, Cingapura e Vietnã, e a retomada de iniciativas comerciais e diplomáticas com a Índia. Nunes também esteve em diversos países africanos – Tunísia, São Tomé e Príncipe, Namíbia, Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Benin, Botsuana, Malauí, Moçambique, Argélia e África do Sul –, além do Oriente Médio – Palestina, Jordânia, Líbano e Israel. Na agenda, cooperação técnica, comércio e direitos humanos.

Em contrapartida, a política regional passou por um período de estagnação, com poucas iniciativas em relação ao Mercosul.



Jair Messias Bolsonaro

Dados biográficos

Militar, nasceu em Glicério, estado de São Paulo, em 21 de março de 1955. Ingressou na Escola de Cadetes de Campinas em 1973. Ao final daquele ano, prestou concurso para a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), situada em Resende, Rio de Janeiro. Em 1977, finalizou a formação na Aman, tendo escolhido a artilharia, e realizou treinamento para se tornar paraquedista do Exército. Dos paraquedistas incorporou o brado “Brasil acima de tudo”, utilizado como lema de sua campanha presidencial (2018), acompanhado de “Deus acima de todos”. Após a conclusão do curso, integrou o Grupo de Artilharia do Exército, no Rio de Janeiro; em seguida, foi para Nioaque, no Mato Grosso do Sul, onde permaneceu por dois anos.

Em 1986, o capitão retorna ao Rio de Janeiro e, servindo como fiscal administrativo, se manifesta sobre os salários dos militares. Escreve o artigo “O salário está baixo”, publicado na revista *Veja* em setembro, o que lhe rendeu 15 dias de prisão.

No ano seguinte, matéria publicada pela *Veja* afirma que ele e o capitão Fábio Passos da Silva planejavam explodir bombas em várias unidades

militares do Rio de Janeiro, de modo a protestar contra a prisão de um capitão que reivindicava melhores salários. Em novembro, a matéria “De próprio punho”, da mesma revista, revelou croquis feitos à mão por Jair Bolsonaro mostrando a adutora do Guandu, que abastece de água o Rio de Janeiro, e o rabisco de uma bomba relógio.

Submetido à investigação pelo Conselho de Justificação do Exército, Bolsonaro foi condenado por três votos a zero. Ao recorrer ao Superior Tribunal Militar, foi julgado, por maioria de votos, como “não culpado”, graças à tese de que dois laudos periciais foram inconclusivos em relação à autoria dos esboços publicados pela *Veja*.

Notabilizando-se, no Rio de Janeiro, pela defesa dos interesses corporativistas de militares, Jair Bolsonaro foi eleito vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em novembro de 1988. Após sua diplomação, em dezembro, foi transferido para a reserva remunerada como capitão. Em 1990, elegeu-se deputado federal, cargo mantido durante sete mandatos e 28 anos, até ser eleito presidente da República. Nesse período, passou por nove partidos, entre eles, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Progressista (PP), tendo conseguido aprovação para dois projetos de lei de sua autoria: um que estendia o benefício de isenção de IPI para produtos de informática (1996) e outro que autorizava o uso da chamada “pílula do câncer” – a fosfoetanolamina sintética (2016). Este último foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2020, pelo fato de a substância não ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), segundo protocolos cientificamente validados. Em três ocasiões, Bolsonaro disputou, sem sucesso, a presidência da Câmara (2005, 2011, 2017); na última tentativa, obteve quatro votos.

Em seu mandato, manifestou-se, por diversas vezes, em defesa da ditadura militar (1964-1985), incluindo suas práticas de tortura. Ao proferir voto em favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que

havia comandado o DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura militar onde Dilma e outros 500 presos políticos foram torturados, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade.

Na Câmara dos Deputados, encampou pautas conservadoras, contrárias aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+, foi um ativo defensor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos e se opôs à aprovação da PEC das Domésticas, que visava a proteger essas trabalhadoras da informalidade. Bolsonaro também foi um dos autores do projeto de lei que pediu a revogação do atendimento obrigatório às vítimas de estupro.

Em 2011, foi absolvido pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados da acusação de quebra do decoro parlamentar, protocolado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entre as denúncias encaminhadas contra ele estava a divulgação de um panfleto contra o kit de combate à homofobia, denominado pejorativamente de “kit gay”. O material, que seria distribuído às instituições de ensino de todo o país, integrava o programa Escola Sem Homofobia, em elaboração pelo Ministério da Educação (MEC). Por pressão de setores conservadores da sociedade e de parte do Congresso Nacional, o projeto não foi lançado.

Em 2014, a deputada federal Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores (PT), protocolou uma queixa-crime por injúria e calúnia contra o então deputado no STF. Em discurso no Plenário da Câmara, Jair Bolsonaro havia afirmado que não a estupraria porque ela “não merece”. O ataque ocorreu após Maria do Rosário afirmar em discurso que a ditadura militar foi vergonha absoluta para o Brasil. Em 2015, Bolsonaro foi condenado a pagar R\$ 10 mil à deputada por danos morais, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Ainda em 2014, Bolsonaro, eleito o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, pelo PP, expressa o desejo de se candidatar à presidência da Câmara, em busca de voos mais altos. Em 2016, migra para o Partido Social Cristão (PSC) e anuncia a pré-candidatura à presidência da

República. No ano seguinte, viaja para eventos de cunho político por diversas cidades do país. Sua candidatura é anunciada na convenção do Partido Social Liberal (PSL), no Rio de Janeiro, em julho de 2017.

Desde o *impeachment* de Dilma, Bolsonaro insistia em um discurso antissistema, agradando a parcela da população que buscava um político que se distanciasse dos modelos tradicionais. Construiu narrativas contrárias à esquerda, investiu na polarização e defendeu pautas que evidenciavam simpatia pela extrema direita. Entre as suas promessas de campanha estavam: a simplificação de abertura/ fechamento de empresas; a reforma administrativa; a redução da carga tributária para atrair investimentos estrangeiros; a privatização de estatais; a venda de ativos da Petrobras; a isenção de imposto de renda na faixa até cinco salários mínimos e alíquota de 20% para os demais; o fim da reeleição para presidente e a redução do número de parlamentares; a expansão dos colégios militares; a expulsão dos médicos cubanos e a criação da carreira de Médico de Estado, para atender áreas remotas; a reformulação do estatuto do desarmamento; a extinção da redução de pena de presos e saídas temporárias; a diminuição da maioria penal; o endurecimento da legislação para quem comete crimes contra mulheres; a proibição da adoção de crianças por casais homossexuais; o corte do financiamento para organizações de direitos humanos; a transformação do ministério da Cultura em uma secretaria; a retirada do Brasil do Acordo de Paris; a titularização das terras indígenas e a permissão da sua exploração e venda.

Durante um ato de campanha, em setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora, Bolsonaro foi esfaqueado por Adélio Bispo de Oliveira, pedreiro, portador de transtorno mental. A partir desse evento, optou por não participar de debates políticos, concedendo entrevistas apenas para canais de televisão de perfil conservador. Em campanha ancorada majoritariamente no uso de redes sociais, com total controle do seu discurso e da sua narrativa, Jair Bolsonaro obteve, nas eleições de 7 de outubro de 2018, 46% dos votos, contra 29% de Fernando

Haddad, do PT, o que qualificava os dois candidatos para a disputa do segundo turno.

Após disputar a reeleição em 2022, tendo perdido para Luiz Inácio Lula da Silva por uma diferença de 2,1 milhões de votos, Jair Bolsonaro retoma a campanha contra a segurança das urnas eletrônicas brasileiras, pondo em xeque a vitória de seu oponente. Nos meses de novembro e dezembro, seus apoiadores promovem acampamentos próximos aos quartéis em diversas cidades do país, e caminhoneiros bloqueiam rodovias federais. Conforme apurado posteriormente, militares ligados a Jair Bolsonaro organizavam um golpe que visava impedir a posse de Lula e de seu vice, Geraldo Alckmin. A operação Punhal Verde e Amarelo previa o assassinato de autoridades e o fechamento de instituições, além da instalação de um gabinete paralelo.

A culminância das ações contra a ordem constitucional do país se daria no dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão dos prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto. Sob a alegação de fraude eleitoral, apoiadores do ex-presidente depredaram as instalações, destruíram móveis e obras de arte e picharam as paredes. Mais de duas mil pessoas foram investigadas por participação nos atentados.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal declara Jair Bolsonaro inelegível por oito anos por abuso de poder político e violação da legislação eleitoral. No ano seguinte, ele é indiciado pela Polícia Federal por tentativa de golpe de Estado, como um dos articuladores dos planos para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, que incluíam os assassinatos do presidente eleito e do ministro do STF, Alexandre de Moraes. Em fevereiro de 2025, a Procuradoria-Geral da República (PGR) formaliza a denúncia contra Bolsonaro e 33 outros envolvidos na tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito. Em julho, o ex-presidente passa a ser monitorado por tornozeleira eletrônica, conforme decisão do STF, e, em agosto, é

decretada a sua prisão domiciliar. Em 2 de setembro de 2025, tem início o julgamento da ação penal 2.668 pela 1ª turma do STF e, no dia 11, a sentença é conhecida: a condenação de Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de detenção e o pagamento de multa de cerca de 370 mil reais pela trama golpista que visava implantar um projeto autoritário de poder.

Período presidencial

Em 29 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República com 55,13% dos votos válidos, correspondendo a 57.797.847 eleitores.

Entre as primeiras medidas anunciadas, após a sua posse, estava a nova estrutura ministerial, com a diminuição do número de pastas para vinte e duas. Conforme promessa de campanha, foi extinto o ministério da Cultura, transformado em uma Secretaria do ministério da Cidadania. A reforma vinculou a Fundação Nacional do Índio (Funai) ao ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e retirou daquele órgão a atribuição de demarcar terras indígenas. Caberia ao ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a identificação, delimitação, demarcação e registros das terras tradicionalmente habitadas por indígenas, bem como a delimitação de territórios de comunidades quilombolas. À pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos também ficou subordinada a Comissão de Anistia, responsável pelas políticas de reparação e memória para as vítimas da ditadura brasileira, antes vinculada ao ministério da Justiça.

O mandato de Jair Bolsonaro foi marcado por uma atenção a demandas de grupos específicos. Caçadores, atiradores esportivos e colecionadores (CACs) foram contemplados com decretos que flexibilizavam e ampliavam o acesso às armas. Armamentos de uso restrito às forças de segurança passaram a ser acessíveis inclusive aos cidadãos comuns, que não necessitavam comprovar a motivação para a posse de até quatro armas. Ainda no campo da segurança pública,



O presidente Jair Bolsonaro posa para foto oficial. Brasília, 1º de janeiro de 2019. Valter Campanato/Agência Brasil



O presidente da República, Jair Bolsonaro, participa do desfile cívico-militar de 7 de setembro de 2022 em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil. Brasília, 7 de setembro de 2022. Antonio Cruz/Agência Brasil

em 2019, durante a gestão do ex-juiz Sergio Moro na pasta da Justiça, o projeto de ampliação do excludente de ilicitude foi encaminhado ao Congresso Nacional, mas não prosperou. O projeto, retomado em 2022, definia as situações em que militares e agentes de segurança poderiam ser isentados de punição em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Considerava ausência de crime nas mortes ou lesões ocorridas em confrontos policiais no caso de reação a injusta agressão e responsabilizava os agentes de segurança apenas por excesso de força intencional.

Segmentos das igrejas evangélicas, base de apoio fundamental para a eleição de Jair Bolsonaro, totalizando cerca de 20,5 milhões de votos válidos, foram agraciados com a nomeação de líderes religiosos para altos cargos no governo. Encontros frequentes com a bancada evangélica e pastores e aprovação de leis alinhadas aos seus interesses tornaram-se frequentes durante seu mandato.

Jair Bolsonaro participou de diversos eventos com evangélicos, tendo sido o primeiro presidente a comparecer ao mais expressivo deles, a Marcha para Jesus. Em 2019, sancionou lei que prorroga até 31 de dezembro de 2032 a isenção de pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para entidades beneficentes e templos de qualquer culto. Em 2022, a Receita Federal isentou da cobrança de impostos os valores recebidos por líderes religiosos.

Ex-assessora do senador Magno Malta e consultora jurídica da Frente Evangélica, Damares Alves, à frente do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, priorizou políticas voltadas para fortalecer os vínculos familiares, esvaziando aquelas direcionadas às questões identitárias, de gênero e à comunidade LGBTQIAPN+. Forte opositora do aborto e com enorme capacidade de mobilização em torno do tema, em 2020, enviou emissários do ministério ao Espírito Santo para evitar que uma menina de dez anos, estuprada pelo tio e correndo risco de morte, duas condições previstas pelo Código Penal para o aborto legal, pudesse interromper a gravidez. Submetida à pressão de grupos

antiaborto e com o caso exposto amplamente pela mídia, a criança só conseguiu ter a gravidez interrompida em Recife, após intervenção do Ministério Público.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado uma nova cepa (tipo) de coronavírus nunca antes encontrada em seres humanos. A doença causada pelo SARS-CoV-2 foi nomeada covid-19. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto desse novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

O governo Bolsonaro amparou-se nos discursos religiosos e economicistas para questionar as medidas de contenção do patógeno recomendadas pela OMS, que preconizava o isolamento social como a forma mais eficaz e necessária no combate à pandemia em seus primórdios. Bolsonaro se opunha ao *lockdown* e defendia o retorno imediato das atividades econômicas. Juntamente com membros da Frente Parlamentar Evangélica, lutou para garantir o funcionamento das igrejas, tendo assinado decreto que permitiu a classificação das atividades religiosas como essenciais naquele período. Mencionada como “gripezinha ou resfriadinho”, Bolsonaro defendeu, com frequência, as pesquisas com a cloroquina – remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite – no tratamento da covid-19.

A pandemia e outros temas eram abordados no chamado “cercadinho”, estrutura montada no Palácio da Alvorada, onde o presidente conversava com seus apoiadores, concedia entrevistas e dirigia ataques a seus opositores. No cercadinho, Bolsonaro proferiu ataques misóginos à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de São Paulo*, que

havia publicado, em 2018, uma reportagem denunciando empresários que patrocinaram campanha contra o PT nas eleições pelo *WhatsApp*.

A atuação do ministério da Saúde durante a pandemia variou consoante o ministro: o primeiro deles, o médico Luiz Henrique Mandetta, defendia medidas de isolamento e as recomendações da OMS. A discordância quanto ao uso da cloroquina, entre outros fatos, acabou levando à sua saída. O segundo ministro da Saúde, o oncologista Nelson Teich, permaneceu na pasta por um mês. Assim como o seu antecessor, defendia o isolamento social e discordava do uso da cloroquina no tratamento da covid-19. Pressionado a alterar o protocolo do ministério, adotando esse medicamento, acabou se afastando do cargo. O ministro seguinte, Eduardo Pazuello, general da ativa do Exército, indicou o uso de cloroquina para pacientes com quadros leves de covid-19, a despeito da OMS observar que o medicamento não possuía eficácia comprovada. Sua gestão foi marcada pela demora em negociar com os laboratórios a compra de vacinas contra a covid-19, impactando o início da imunização. Somente em janeiro de 2021 foi assinado o contrato com o Instituto Butantan, que vinha desenvolvendo havia meses a Coronavac em parceria com o laboratório chinês Sinovac. Em 17 de janeiro daquele ano, após a autorização emergencial da Anvisa, a vacinação tem início, em São Paulo, com o uso da Coronavac.

A baixa testagem da população e a crise sanitária no Amazonas também caracterizaram a passagem de Pazuello pelo ministério. A dificuldade em conseguir leito nas unidades de saúde e a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus levaram mais de quatro mil pacientes à morte na cidade nos dois primeiros meses de 2021. Para informar a população, veículos de imprensa se uniram e passaram a publicar números sobre a pandemia encaminhados pelas secretarias de saúde, face ao atraso da divulgação dos dados pelo ministério da Saúde.

Pazuello deixou o ministério em março de 2021, e em abril foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, presidida pelo

senador Omar Aziz (PSD), com a finalidade de apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento à pandemia da covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas, com a ausência de oxigênio para os pacientes internados. Com grande repercussão nacional, a CPI recomendou o indiciamento de mais de 80 pessoas físicas e jurídicas, entre elas o presidente da República, pela prática de nove infrações, além de três dos seus filhos e ministros de Estado.

Servidor da Fiocruz prepara vacina de Oxford/AstraZeneca para a primeira aplicação no Brasil. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2021. Tomaz Silva/Agência Brasil



O último ministro da Saúde do governo Bolsonaro, o cardiologista Marcelo Queiroga, tomou posse no pior momento da pandemia: março de 2021 foi o mês mais letal, quando 81.253 pessoas morreram. Queiroga conseguiu a antecipação de entregas de vacinas, contudo, não implementou ações capazes de conter efetivamente o avanço da pandemia, como medidas de restrição, ampla política de testagem e a coordenação integrada com estados, e ainda enfrentou denúncias de irregularidades na compra de vacinas. Em dezembro de 2022, ao final do governo de Jair Bolsonaro, o Brasil contabilizava quase 700 mil mortos por covid-19.

A política econômica da gestão Bolsonaro ficou concentrada em Paulo Guedes, fiador do presidente junto ao empresariado e ao mercado financeiro. À frente do ministério da Economia, Guedes tentou implantar a cartilha liberal, no estilo ortodoxo de redução do tamanho do Estado com a venda de estatais, controle dos gastos públicos e diminuição de barreiras para o investimento privado com

O ministro da Economia, Paulo Guedes, discursa durante almoço de trabalho, O Futuro do Brasil. Davos, 23 de janeiro de 2019.
Alan Santos/PR



capital nacional e internacional. Escolhas de ministros e presidentes de estatais, como Petrobras e Banco do Brasil, tiveram a influência do ministro. Entre as suas principais promessas ao assumir o cargo estavam zerar o déficit público em um ano e arrecadar 2 trilhões de reais com privatizações e venda de imóveis da União. No primeiro ano de mandato, Guedes conseguiu aprovar a reforma da previdência e fez com que a dívida pública caísse, mas os gastos extras necessários para combater a pandemia de covid-19 e seus efeitos econômicos, como auxílio emergencial, benefício financeiro para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável, elevaram o endividamento público em R\$5 trilhões em 2020, o maior valor já registrado.

Em 2020, foi lançado o PIX, ferramenta criada pelo Banco Central que permite fazer transferências e pagamentos de forma instantânea, ágil e segura. A ideia surgiu a partir de estudos iniciados em 2016, quando o economista Ilan Goldfajn presidia a instituição. Também em 2020, Guedes obteve a aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco legal do saneamento básico, que visa à universalização do saneamento no Brasil em até sete anos. A pandemia, cortes no orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) além de dificuldades logísticas adiaram o início e a conclusão dos trabalhos do Censo Demográfico que deveriam ter sido feitos em 2020, conforme determina a legislação. No final de 2021, o governo conseguiu que o Congresso aprovasse a chamada PEC dos Precatórios, com objetivo de abrir espaço no orçamento para manter o Auxílio Brasil em R\$400 reais. A PEC autorizou o atraso no pagamento das dívidas da União com pessoas e empresas já reconhecidas pela Justiça, abrindo uma folga de mais R\$49 bilhões no teto.

Em 2022, aconteceu a privatização da Eletrobras. No mesmo ano, em julho, o Congresso aprovou a chamada PEC Kamikaze, autorizando uma série de benefícios acima do limite constitucional, como o aumento do Auxílio Brasil de R\$400,00 para R\$600,00, e novos auxílios para caminhoneiros e taxistas. Para tanto, foi necessário modificar a

Constituição, devido ao limite do teto de gastos e à legislação eleitoral, que veda a criação de benefícios às vésperas da eleição. A gestão de Paulo Guedes se encerrou com índices acima do teto de gastos no valor de R\$794,9 bilhões entre 2019 e 2022.

A gestão de Bolsonaro na área de educação se caracterizou por baixos investimentos, cortes nos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, bloqueios e contingenciamentos de recursos, com impacto nas reformas de universidades e escolas, obras em laboratórios, compras de equipamentos e livros.

O ministério da Educação foi um dos que mais expressaram a influência do ideólogo Olavo de Carvalho. Ricardo Vélez, ao assumir, prometeu dar ênfase à educação moral e cívica, em todas as etapas da educação básica. Nessa direção, enviou carta às escolas do país com o *slogan* de campanha do presidente Bolsonaro e solicitou que, após a sua leitura, professores, alunos e demais funcionários ficassem perfilados diante da bandeira do Brasil durante a execução do hino nacional. Propôs ainda que diretores das escolas filmassem a cerimônia. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) atravessou uma série de crises: problemas com a gráfica para a impressão das provas; contratação de nova empresa por dispensa de licitação; vazamento de uma foto da prova de redação na Internet durante a aplicação do exame.

Três meses depois, um novo ministro, Abraham Weintraub, também afinado com as ideias de Olavo de Carvalho, anunciou o congelamento de R\$1,7 bilhão dos gastos das universidades, de um total de R\$49,6 bilhões, e o corte de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Por outro lado, investiu na criação de escolas cívico militares, cujo orçamento foi triplicado. Poucas semanas depois de o presidente Jair Bolsonaro determinar ao MEC a criação de um projeto de lei para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de Ensino Fundamental, o ministro encaminhou ofício para as redes de ensino que retomava as bases do movimento “Escola sem Partido”.

A pandemia colaborou para ampliar as desigualdades no ensino público no Brasil: dificuldade do acesso remoto às aulas e problemas financeiros fizeram com que alunos das classes D e E liderassem as taxas de evasão escolar. Também em função da pandemia, o Enem de 2020 foi adiado para o ano seguinte, apresentando o menor índice de estudantes que se declararam vulneráveis.

Em seu último ano de governo e com a justificativa de atender ao teto de gastos, o governo federal determinou o corte de 3,2 bilhões do orçamento do MEC, o que afetou 14,5% das políticas da pasta, universidades, institutos federais e órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep).

No que se refere ao meio ambiente, o governo Bolsonaro, logo em seu início, enfrentou um grave desastre: em 25 de janeiro de 2019, uma barragem da mineradora Vale, localizada na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), entrou em colapso. Ao todo, 272 pessoas morreram: trabalhadores, turistas e moradores da região. A água suja e contaminada que desceu pelo rio Paraopebas afetou 26 municípios, devastando comunidades, a fauna e a flora da região.

A gestão da área ambiental foi marcada por um aumento acentuado nas taxas de desmatamento da Amazônia e medidas que afrouxaram a fiscalização. No ministério do Meio Ambiente, Ricardo Salles anunciou a retirada de representantes da sociedade civil do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e entregou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) ao ministério da Agricultura. Policiais militares foram nomeados para postos relevantes no Ibama e no ICMBio.

A estrutura de proteção ambiental no Brasil foi questionada por ambientalistas e cientistas. No final de 2019, a alta no desmatamento evidenciava que a taxa de devastação da Amazônia estava seguindo a tendência indicada pela nova política. Bolsonaro e Ricardo Salles acusaram o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de inflar os números de desmatamento e queimadas no Brasil, a despeito das evidências da falta de investimento em medidas de prevenção e

combate ao fogo observadas durante as queimadas que atingiram a Amazônia e o Pantanal em 2020.

Em reunião ministerial de 22 de abril de 2020, Ricardo Salles defendeu que o governo aproveitasse o momento em que a atenção da sociedade se voltava para o novo coronavírus para “ir passando a boiada, mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de

Região atingida pelo rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. Minas Gerais, 26 de janeiro de 2019. Isac Nóbrega/PR



ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente”. Durante a sua gestão, o ministro manteve um relacionamento próximo ao agronegócio e a líderes garimpeiros e madeireiros. Salles enfrentou dois inquéritos no STF, foi alvo de mandados de busca e apreensão e teve seus sigilos bancário e fiscal quebrados, no âmbito da Operação Akunduba, da Polícia Federal (PF), que apurava crimes praticados por agentes públicos e empresários suspeitos de integrarem um esquema internacional de exportação ilegal de madeira. Em junho de 2021, pediu exoneração do cargo.

Documento elaborado pela ONG Global Witness apontou que, em 2022, 39 ativistas ambientais foram assassinados na Amazônia, o que torna o bioma um dos mais perigosos do mundo. O assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, mortos no Vale do Javari, no Amazonas, em junho de 2022, após registrarem pesca ilegal na região, é um dos casos emblemáticos mencionados no relatório.

Jair Bolsonaro rebaixou o status do ministério da Cultura para Secretaria Especial da Cultura, vinculada aos ministérios da Cidadania e do Turismo. Ocuparam o cargo de secretário o diretor teatral Roberto Alvim, afastado após uma fala inspirada em Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, a atriz Regina Duarte e o ator Mário Frias. Ao longo dos quatro anos, os recursos para o setor sofreram cortes substantivos: em 2022, eram 63% menores em relação a 2018. O número de aprovações na Lei de Incentivo à Cultura, novo nome da Lei Rouanet, caiu mais de um terço, chegando ao máximo de 12,8 mil projetos aprovados, concentrados no Sudeste. A Agência Nacional do Cinema (Ancine) sofreu cortes drásticos no orçamento, assim como o financiamento às peças teatrais.

A Fundação Palmares, especialmente sob a gestão de Sergio Camargo, teve suas funções esvaziadas. Sua gestão foi marcada pelas declarações polêmicas, conflitos e a ausência do diálogo entre a Fundação e os movimentos negros. Pautas antirracistas e de preservação e

valorização da cultura afro-brasileira foram desqualificadas pelo órgão, que também questionou o protagonismo de negras e negros na formação do Brasil e promoveu ataques a personalidades contemporâneas, sendo 27 delas excluídas da lista de homenageados da Fundação. Em 2021, Camargo alegou que parte substantiva do acervo de livros não dialogava com a sua missão, devendo ser encaminhada aos cursos de Humanas das universidades federais. Entre os autores estavam Max Weber, Eric Hobsbawm, H. G. Wells, Celso Furtado, Marco Antônio Villa e Câmara Cascudo.

Em abril de 2022, Jair Bolsonaro vetou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 73/21, que repassaria R\$3,86 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento a atividades e produtos culturais em razão dos efeitos econômicos e sociais da pandemia. Batizada de “Lei Paulo Gustavo”, em homenagem ao ator que morreu vítima da covid-19, acabou sendo regulamentada apenas em 2023.

Enquanto os recursos para a Cultura diminuía, a gestão de Jair Bolsonaro permitiu a criação do orçamento secreto, instrumento que lhe garantia apoio no Congresso. Entre junho e dezembro de 2022, foram liberados R\$7 bilhões para a modalidade, também conhecida como emenda do relator, uma vez que os parlamentares beneficiados não são identificados. Essa quantia era mais que o triplo do orçamento da Cultura para aquele ano.

Tendo anunciado que não passaria a faixa para o seu sucessor, Bolsonaro embarca para os Estados Unidos em 30 de dezembro de 2022.

O Brasil e o mundo

No que respeita às relações internacionais, a administração de Jair Bolsonaro se caracterizou por um maior isolamento do Brasil e uma centralização da política externa em torno do presidente, seus filhos

e assessores mais próximos. A escolha de Ernesto Araújo para o Ministério de Relações Exteriores, indicado por Olavo de Carvalho, revela uma guinada na direção contrária ao multilateralismo, uma distância da comunidade internacional no que se referia ao meio ambiente e direitos humanos e uma maior proximidade de países com governos autoritários, como a Hungria, a Polônia e a Rússia.

Durante o seu mandato, Bolsonaro realizou viagens oficiais a 22 países distintos, nenhuma ao continente africano. Foi ao Reino Unido apenas uma vez, para os funerais da Rainha Elizabeth II. Parceiros históricos do Brasil na Europa - Portugal, Espanha, Alemanha e França - não foram visitados por ele.

Na América Latina, deixou de ir ao México, Colômbia, Peru e Bolívia. A região vivia um movimento denominado “onda vermelha”, elegendo Gabriel Boric para a presidência do Chile em maio de 2022 e, no mês



Os presidentes da República do Brasil, Jair Bolsonaro, e da Federação Russa, Vladimir Putin, durante declaração à imprensa. Moscou, 16 de fevereiro de 2022. Alan Santos/PR

seguinte, Gustavo Petro como primeiro líder do campo progressista a governar a Colômbia. No âmbito de uma geopolítica restritiva de isolamento internacional, Bolsonaro visitou o Qatar, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita.

Dois destinos do presidente merecem atenção: Estados Unidos e Rússia. Bolsonaro foi sete vezes aos Estados Unidos, destino de sua primeira viagem internacional em março de 2019. A visita explicitou o alinhamento com aquele país, acima dos vizinhos do Mercosul ou da China, sobretudo durante a presidência de Donald Trump, com quem ele compartilha a agenda ideológica e os métodos de fazer política. Bolsonaro fez uma série de movimentos unilaterais em favor dos norte-americanos nos primeiros meses de seu mandato: isentou os cidadãos do país da exigência de visto de turismo; apoiou a posição americana quanto à Venezuela; determinou aumento na importação de etanol de milho. Durante seu encontro com o presidente Joe Biden, na Cúpula das Américas, reforçou que Brasil e Estados Unidos compartilham os mesmos valores em defesa da liberdade e da democracia e destacou que o país adotava esforços para proteger a Amazônia.

Bolsonaro viajou à Rússia em fevereiro de 2022, em um momento de elevada tensão entre aquele país e o Ocidente, em função do acúmulo de tropas russas na região de fronteira com a Ucrânia. Uma semana após a visita, localidades próximas à capital ucraniana, Kiev, foram invadidas, iniciando uma guerra que se estende até o momento. Ao se encontrar com Vladimir Putin, o presidente brasileiro afirmou que o Brasil era “solidário à Rússia” e que ambos os países tinham “muito no que colaborar”, citando temas de defesa, agricultura e petróleo e gás.

Outras viagens internacionais se destacaram na agenda do presidente: Fórum Econômico Mundial, em Davos (2019); Reunião do G-20, em Osaka (2019) e Roma (2020); Assembleia Geral da ONU, Nova Iorque (2019, 2020, 2021, 2022); Cúpula das Américas, Los Angeles (2022).

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, dá uma camiseta da Seleção Brasileira de Futebol para o presidente dos EUA, Donald Trump, durante reunião no Salão Oval da Casa Branca. Washington/EUA, 19 de março de 2019. Isac Nóbrega/PR





Luiz Inácio Lula da Silva

Dados biográficos

Em 30 de outubro de 2022, ao fim de uma acirrada disputa eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro brasileiro a ocupar três vezes a presidência da República pela vontade popular e o primeiro candidato a derrotar um presidente que tentava a reeleição. Mais de sessenta milhões de brasileiros e brasileiras concederam a Lula a maior votação da história do país.

Ao final de seu segundo governo, em 2011, Lula dedicou-se à organização do instituto que receberia seu nome e passou a realizar conferências ao redor do mundo, tendo visitado mais de trinta países em cerca de seis meses. Porém, em outubro daquele ano, foi diagnosticado com câncer na laringe, batalha vencida definitivamente em fevereiro de 2012, quando os médicos informaram que o tumor havia desaparecido.

Em 2014, com a operação Lava Jato, foi iniciada uma investigação para apurar desvios bilionários ocorridos na Petrobras durante os governos Lula e Dilma. A operação, inicialmente saudada pelo combate à corrupção, acabou apontada como uma das causas para a perda de investimentos e de milhões de empregos no país, e suas

ações foram questionadas pela opinião pública por supostos fins políticos. Em julho de 2016, Lula foi feito réu nessa investigação.

Em 3 de fevereiro de 2017, sofreu duro golpe com o falecimento da esposa, Marisa Letícia Lula da Silva, mãe de quatro dos seus cinco filhos, com quem era casado desde 1974. Meses depois, foi condenado em primeira instância. Nesse contexto, no início de 2018, ano eleitoral, Lula se preparava para o lançamento de sua candidatura à presidência da República, aparecendo como líder das principais pesquisas eleitorais, quando foi julgado culpado em segunda instância, tornando-se inelegível devido à Lei da Ficha Limpa. O comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou que Lula não fosse impedido de concorrer até que sua condenação transitasse em julgado. No entanto, o Tribunal Superior Eleitoral indeferiu o registro de sua candidatura.

Em 7 de abril de 2018, com a prisão decretada pelo juiz Sergio Moro, apresentou-se voluntariamente à Polícia Federal para o cumprimento da medida, após missa campal que reuniu uma multidão em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Na ocasião, declarou que confiava na lei brasileira e que provaria sua inocência, e não aceitou outras alternativas para cumprimento da pena. Em janeiro de 2019, Sergio Moro se tornaria ministro da Justiça no governo Bolsonaro.

Lula se manteve resistente apesar dos revezes, mesmo tendo sofrido perdas significativas: primeiro, o irmão, do qual foi impedido de se despedir por decisão do ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal (STF); em seguida, o neto de sete anos, vitimado por uma infecção generalizada.

Durante o período em que esteve preso, na Superintendência Regional da Polícia Federal em Curitiba, Lula recebeu importantes líderes políticos do Brasil e do mundo, entre os quais o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Esquivel, o então candidato e futuro presidente da Argentina, Alberto Fernandez, o ex-presidente colombiano Ernesto Samper e o ex-presidente uruguaio José Mujica.

Movimentos sociais organizaram a Vigília Lula Livre, permanecendo diante do prédio da Polícia Federal de 7 de abril de 2018 até o momento de sua libertação, em 8 de novembro de 2019. Durante a prisão, Lula recebeu o apoio da socióloga Rosângela da Silva, a Janja – paranaense, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1983 –, que lhe enviou 580 cartas, uma para cada dia de encarceramento.

Solenidade de posse do 39º presidente do Brasil. Palácio do Planalto, Brasília, 1º de janeiro de 2023. Ricardo Stuckert/PR



Finalmente, foi decretada a anulação da sentença por parte do STF, que decidiu pela incompetência da vara de Curitiba para julgar o ex-presidente, além de reconhecer a parcialidade do juiz Sergio Moro. Em março de 2021, com a anulação de todas as condenações proferidas por Moro, os direitos políticos de Lula foram restabelecidos, possibilitando que ele voltasse ao cenário político nacional na condição de candidato. Por não possuir condenação com trânsito em julgado, Lula é considerado juridicamente inocente.

Na campanha presidencial de 2022, o PT reuniu em sua coligação nove partidos, entre os quais o PSB, que integrou a chapa lançando o candidato a vice-presidente Geraldo Alckmin, antigo adversário político de Lula que havia se desfilado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Estiveram na coalizão também legendas como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que renunciou à candidatura própria em contraponto ao programa do PT para apoiar Lula em uma frente ampla.

Lula defendeu um programa centrado nas questões sociais, em particular no poder de compra e na proteção ambiental. No decorrer da campanha, aumentou o alcance da frente ampla com o apoio de diversas figuras políticas, incluindo os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, além de Simone Tebet, terceira colocada no primeiro turno, que se engajou em sua campanha no segundo turno.

No seu primeiro discurso, logo após o resultado das eleições, classificou o governo derrotado como fascista e afirmou que aquela era uma vitória “de todas as mulheres e homens que amam a democracia, que querem liberdade, que querem um país mais justo”. E, em 1º de janeiro de 2023, Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto ao lado de representantes da diversidade do povo brasileiro, recebendo a faixa presidencial das mãos da catadora de materiais recicláveis Aline Sousa, que chegou à universidade graças às políticas públicas realizadas nos dois mandatos anteriores de Lula.

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobe a rampa do Planalto acompanhado de representantes do povo brasileiro. Palácio do Planalto, Brasília 1º de janeiro de 2023. Ricardo Stuckert/PR



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sérgio Augusto de; SOBRINHO, Luiz Fernando; SILVA FILHO, Edson Bezerra da. A agenda da política externa brasileira no período pós-crise: uma análise crítica. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio et al. (org.). Dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: Ipea; Funag, 2018. p. 25-38. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap01.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado; LEITE, Iara Costa. O primeiro governo Lula e o Mercosul: iniciativas intra e extrarregionais. *Revista de economia heterodoxa*, n. 7, ano VI, 2007.

ARAGÃO, Alexandre. Jair Bolsonaro: a trajetória militar e política do presidente que busca a reeleição, JOTA, Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/jair-bolsonaro-a-trajetoria-militar-e-politica-do-presidente-que-busca-a-reeleicao> Acesso em: 25 de junho de 2025

ARAÚJO, Valdei Lopes; KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (orgs.). *Do fake ao fato: des (atualizando) Bolsonaro*. Vitória: Milfontes, 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, e172129, 2017.

BISSIATI, Edson Lugatti Silva; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. Populismo e Religião: Governo Bolsonaro e a sua relação com os evangélicos (2019-2022), O público e o privado Fortaleza, CE v. 23 n. 1, 2025, pp. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/publicooprivado/article/view/15073>. Acesso em: 21 de julho de 2025

BRAGA, Thallys, Bueno, Renata. GORZIZA, Amanda. O rombo no orçamento da cultura. Revista Piauí, 19 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-rombo-no-orcamento-da-cultura/> Acesso em: 27 de julho de 2025

BRASIL. Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/biografia>.

BRASIL. Presidência da República. *Governos da República*. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Presidência da República. *Informações históricas: galeria dos presidentes*. Disponível em: <https://biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Universidade para Todos. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DvpPCb3h3xmWLNzLRgXGcJB/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARVALHO, Luís Maklouf. *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. *Aisthesis*, n. 70, p. 439-473, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7764/aisth.70.19>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Os presidentes da República: guia de acervos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CHAGAS, Paulo Victor. Presidenta enfrenta dificuldades no primeiro ano de seu segundo mandato. *Agência Brasil*, Brasília, 31 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/dilma-enfrenta-dificuldades-politicas-e-economicas-no-inicio-do-segundo>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CORSI, Francisco. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016. DOI: 10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8495>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CRISTALDO, Heloisa. Dilma declara repúdio a ataque em Boston e solidariedade às vítimas. *Agência Brasil*, 15 abr. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/04/dilma-declara-repudio-a-ataque-em-boston-e-declara-solidariedade-as>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Alzira Alves de Abreu et al. (coord.). 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; CPDOC, 2001. 5v.

ENCICLOPÉDIA Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 10v.

ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.estadao.com.br>.

FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. 4v. (História geral da civilização brasileira, tomo III).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FLORENCIO SOBRINHO, Sergio Augusto de Abreu e Lima; SILVA FILHO, Edison Benedito. A agenda da política externa brasileira no período pós-crise: uma análise crítica. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio et al. *Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: Ipea; Funag, 2018. p. 25-38. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Política%20externa%20brasileira%20em%20debate_dimensões%20e%20estratégias%20de%20inserção.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

FOLHA ONLINE ESPECIAL 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes>.

GOVERNO Temer tem aprovação de 4% e reprovação de 78%, diz pesquisa Ibope. *G1*, São Paulo, 19 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/19/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-78-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2025.

HIPPÓLITO, Lúcia. *Por dentro do governo Lula: anotações num diário de bordo*. São Paulo: Futura, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LIMA, Maria; MACIEL, Suellen Lopes. A reforma do ensino médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e230058, 2018.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LOPES, Joyce Cristine Silva. Dilma Rousseff e o fim do pacto social de 2015 a 2016. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Anpuh, 32., 2017, São Luís. Anais do 32º Simpósio Nacional de História –

Democracia e direitos humanos: desafios para uma história profissional. São Luís: Anpuh, 2017. Disponível em: <https://www.snh2023.anpuh.org/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018– 2021). *Aisthesis*, n. 70, p. 223-249, dez. 2021.

MONTENEGRO, Darlan; HIPOLITO, Regina. Dilma Rousseff (verbete). In: *DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO*. CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MUNDIM, Paulo Sérgio. A batalha pela opinião pública e o *impeachment* de Dilma Rousseff. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 119, p. 292-321, 2023.

MUSEU DA REPÚBLICA. Centro de Referência da História Republicana Brasileira. *Presidências*. Disponível em: <http://republicaonline.org.br>.

OCKÉ-REIS, Cláudio de Oliveira; BENEVIDES, Rodrigo; FUNCIA, Francisco; MELO, Mariana. *Evolução do piso federal em saúde: 2013-2020*. Brasília, DF: Ipea, 2023.

O GLOBO. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/especiais>.

PENA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINTO, Eduardo Costa. Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”. Artigo de opinião (não publicado). 16 ago. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/14967341/Dilma_de_cora%C3%A7%C3%A3o_valente_%C3%A0_presidenta_acuada. Acesso em: 18 jun. 2025.

MILENA, Lilian. Reforma trabalhista aprofundou crise e dificulta retomada do crescimento no Brasil, apontam pesquisadores. *Jornal GGN*, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/midia/reforma-trabalhista-aprofundou-crise-e-dificulta-retomada-do-crescimento-no-brasil-apontam-pesquisadores>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Retrato narrado: Bolsonaro. Apresentação, reportagem e roteiro: Carol Pires. Rádio Novelo, out., 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4jqpeAOzOKCLBg3Pc0eZ6j> Acesso em 4 de julho de 2025.

ROCHA, Camila. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. *Revista TOMO*, 2020. *periodicos.ufs.br*, Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/12777>. Acesso em 21 de julho de 2025.

REVISTA VEJA. Arquivo Veja. Disponível em: <http://vejaonline.abril.com.br>.

SILVA, Maurício Ferreira; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu. [Trabalhos apresentados]. Montevideu: ALACIP, 2017. p. [1-22]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/items/654eb521-c823-43da-987d-78f083ee09f4>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VEJA. *Acervo digital*. Disponível em: <https://complemento.veja.abril.com.br/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Veja. O artigo em VEJA e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/> Acesso em 9 de maio de 2025.

VIEIRA, Rafaela. Crise do governo Dilma: a crise econômica internacional e o “ensaio desenvolvimentista”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. *Anais...* Vitória: Ufes, 2018. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/abepss/article/view/23463>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VIEIRA, Taciele Silva. *A mudança da política externa a partir do governo Dilma: uma análise da atuação brasileira no Brics de 2010 a 2018*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201293>. Acesso em: 1 jul. 2025.

